

POSSIBILIDADES DE UMA  
**ARQUITETURA REVERSA**  
A PARTIR DA LEITURA DAS OCUPAÇÕES URBANAS

**Renata Salas Soares**  
Orientadora Prof. Dra. Denise Morado Nascimento

Renata Salas Soares

# POSSIBILIDADES DE UMA ARQUITETURA REVERSA A PARTIR DA LEITURA DAS OCUPAÇÕES URBANAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise  
Morado Nascimento

Belo Horizonte  
2020



## FICHA CATALOGRÁFICA

S676p

Soares, Renata Salas.

Possibilidades de uma arquitetura reversa a partir da leitura das ocupações urbanas [manuscrito] / Renata Salas Soares. - 2020.

191f. : il.

Orientador: Denise Morado Nascimento.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Arquitetura - Teses. 3. Antropologia - Teses. 4. Timóteo (MG) - Teses. I. Nascimento, Denise Morado . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.108



**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
RENATA SALAS SOARES  
Matrícula número 2018712440**

Às quinze horas do dia seis de novembro de dois mil e vinte, reuniu-se por videoconferência a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho intitulado Possibilidades de uma Arquitetura Reversa a partir da leitura das ocupações urbanas requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração “Teoria, produção e experiência do espaço”. Abrindo a sessão, a orientadora – Professora Denise Morado Nascimento – após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à aluna Renata Salas Soares para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- ( X ) Aprovação;  
( ) Aprovação condicionada à entrega das revisões constantes nesta Ata e aceitas pela orientadora, no prazo de 30 dias;  
( ) Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Sessão, com as seguintes considerações da Comissão Examinadora:

---

---

---

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento (Orientadora-EA-UFMG)

Profa. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes (FAE-UFMG)

Profa. Dra. Gisela Barcellos de Souza (EA-UFMG)

Profa. MSc. Kênia de Souza Barbosa (UNILESTE)

Ciente:

Discente Renata Salas Soares



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me acompanharam nesta trajetória.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup>. Denise Morado Nascimento, pela confiança e provocações, sempre me incentivando em busca de novos caminhos.

A toda equipe do PRAXIS-EA/UFMG por todas as conversas, pela companhia e pelo aprendizado.

A Paula, secretária do NPGAU, por toda paciência e eficiência.

Muito especialmente, agradeço às Ocupações de Timóteo. Em especial a: Jaqueline, Juliana, Marco Aurélio, Mirella, Sr. Salatiel, Larília, Dona Rosângela, Dona Marta e Agnaldo. Agradeço pela confiança, pelas conversas, por me receberem de portas abertas e pela generosidade em compartilhar comigo os seus saberes.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Rabelo Gomes e Dr<sup>a</sup>. Gisela Barcellos de Souza pelas importantes contribuições.

À professora Kênia de Souza Barbosa, minha eterna gratidão por todos os ensinamentos e por compartilhar as inquietações que despertaram meu olhar para outras possibilidades da arquitetura.

A Paula De Bellis pela ajuda e suporte.

Agradeço também a Flávia Nolasco, Victor Schittini e Luís Fernando.

A Cleide por me acompanhar neste processo de forma segura.

Ao meu companheiro, Kelson, pela cumplicidade e apoio em todos os momentos de angústia e ansiedade. A vida é mais leve com você.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar”.  
(Clifford Geertz, *Nova Luz sobre a Antropologia*, 2001).

“[...] Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir”.  
(Emicida, *AmarElo*, 2019).



## RESUMO

Este trabalho busca aproximar o conceito de Antropologia Reversa à arquitetura e discutir a possibilidade de uma Arquitetura Reversa como contraponto à atual prática arquitetônica. A partir do diálogo com a antropologia foi possível buscar novas perspectivas e trazer para uma discussão dentro do campo arquitetônico conceitos e autores não comumente discutidos na arquitetura. Assim, repensar as relações culturais, simbólicas e as convenções enraizadas na prática arquitetônica que reforçam a arquitetura vinculada a um saber elitista e supérfluo das classes dominantes. Neste sentido, a leitura do território contrapõe as análises próprias de *diagnóstico-solução de problemas* comuns na prática arquitetônica. A proposta de Arquitetura Reversa consiste em uma forma de transpor os símbolos convencionados em uma experimentação e em uma mediação que reconheçam no Outro, que mora e ocupa, a capacidade de conhecer, compreender e agir no território, colocando em paralelo o saber científico com o olhar inventivo e criativo. Para tal, foi proposto um trabalho no campo para o desenvolvimento de uma leitura do território das ocupações urbanas da cidade de Timóteo a partir de um desvio etnográfico. Durante o trabalho no campo surgiram diversas surpresas e novos questionamentos a respeito da prática arquitetônica e suas convenções culturais. Por fim, este trabalho não possui a pretensão de resolver problemas, mas criar novas inquietações capazes de fissurar os moldes de conhecimento e o sistema de reprodução das convenções próprias da prática arquitetônica.

**Palavras-chave:** Antropologia reversa; Leitura do território; Ocupação urbana.

## ABSTRACT

This paper aims to approximate the concept of reverse anthropology to architecture and discuss the possibility of reverse architecture being a counterpoint to the current architectural practice. From the exchange with anthropology it was possible to find new perspectives and bring into discussion concepts and authors not commonly used within the architectural field. Thus, the aim is to rethink cultural and symbolic relations as well as conventions rooted in architectural practices that reinforce architecture as an elitist and superfluous knowledge of the dominant classes. In this sense, the reading of the territory opposes the *diagnostic analysis-solutions* of common problems in architectural practice. The reverse architecture proposal consists of a way of transposing the agreed symbols in experimentation and in mediation so that they recognize in the Other, who lives and occupies, the capacity to know, understand and act in the territory, placing scientific knowledge in parallel with the inventive and creative look. In order to do so, a field study was proposed so that a reading was developed regarding the territory of urban occupations in the city of Timóteo from an ethnographic detour. During the field study, there were several surprises and new questions about architectural practice and its cultural conventions. Finally, this paper does not intend to solve problems, rather it intends to create new concerns capable of cracking the molds of knowledge and the reproduction system of architectural practice conventions.

**Keywords:** Reverse Anthropology; Reading of the territory; Occupations.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ocupação Massaranduba em Timóteo .....	19
Figura 2 - Caminho do pensamento .....	22
Figura 3 - Caminho metodológico.....	58
Figura 4 - Região Metropolitana do Vale do Aço e Colar Metropolitano .....	60
Figura 5 – Timóteo.....	62
Figura 6 – Primeiros bairros industriais de Timóteo .....	63
Figura 7 – Evolução urbana de Timóteo.....	65
Figura 8 - Setores de Timóteo .....	66
Figura 9 – Ocupação Massaranduba .....	67
Figura 10 - Ocupações urbanas de Timóteo .....	68
Figura 11 – Ocupação do Macuco .....	70
Figura 12 - Levantamento técnico da PMT .....	73
Figura 13 - Foto ilustrada da Ocupação Massaranduba no Documentário Ouro em Pó.....	77
Figura 14 - Diagrama da divisão de lotes.....	78
Figura 15 - Jaqueline na Ocupação Massaranduba .....	79
Figura 16 - Ponte na Ocupação Massaranduba .....	80
Figura 17 - Ocupação Macuco .....	81
Figura 18 - Diagrama da evolução construtiva.....	82
Figura 19 - Casa de alvenaria e telha na ocupação Massaranduba .....	83
Figura 20 - Manifestações em Timóteo.....	85
Figura 21 - Linha do tempo das Ocupações de Timóteo .....	88
Figura 22 - Foto ilustrada da Ocupação Massaranduba .....	91
Figura 23 - Antes e depois das ocupações .....	91
Figura 24 - Ponto de encontro na Ocupação Massaranduba.....	92
Figura 25 - Diagrama dos percursos .....	93
Figura 26 - Ponto de encontro na Ocupação do Macuco.....	94
Figura 27 – Ocupação do Macuco em 2015.....	95
Figura 28 - Ocupação do Macuco em 2019 .....	95
Figura 29 - Encontro na Ocupação do Posto.....	96
Figura 30 – Caminhada pelas ocupações .....	97
Figura 31 – Ocupação da Igreja Católica .....	97
Figura 32 - Percurso no campo .....	99
Figura 33 - Bar do Lula.....	100
Figura 34 - Início da Ocupação Massaranduba 2015.....	101
Figura 35 - Início da Ocupação Massaranduba 2020.....	101
Figura 36 - Diagrama da evolução construtiva.....	102

Figura 37 - Casas em ampliação.....	102
Figura 38 - Materiais de construção.....	103
Figura 39 - Casa na Ocupação Massaranduba.....	104
Figura 40 - Manutenção nos postes.....	105
Figura 41 - Casa da adura.....	106
Figura 42 - Carro dos correios.....	107
Figura 43 - Croqui da casa.....	108
Figura 44 - Primeira casa de alvenaria em reforma.....	108
Figura 45 - Imagem de satélite.....	109
Figura 46 - Casas mais próximas ao PERD.....	109
Figura 47 - Escada para segundo pavimento.....	110
Figura 48 – Croqui do muro de contenção.....	111
Figura 49 - Muro de contenção.....	111
Figura 50 - Descida da rua 2015.....	112
Figura 51 - Descida da rua 2020.....	112
Figura 52 - Rua de baixo.....	113
Figura 53 - Ponte que conecta a ocupação Massaranduba a outros bairros.....	114
Figura 54 - Percurso da Ocupação Massaranduba.....	115
Figura 55 - Fotos pelo percurso.....	116
Figura 56 - Caminho.....	117
Figura 57 - Antigas casas do bairro Recanto Verde.....	118
Figura 58 - Igreja Católica.....	119
Figura 59- Diagrama da ocupação.....	120
Figura 60 - Rua da Ocupação da Igreja Católica em 2015.....	121
Figura 61 - Ocupação da Igreja Católica em 2020.....	121
Figura 62 - Vista da parte de trás da igreja em 2015.....	122
Figura 63 - Vista da parte de trás da igreja em 2020.....	122
Figura 64 - Percurso da Ocupação da Igreja Católica.....	123
Figura 65 - Fotos pelo percurso na Ocupação da Igreja Católica.....	124
Figura 66 - Ocupação da Rua Bálsamo.....	125
Figura 67 - Percurso da ocupação da rua Bálsamo.....	126
Figura 68 - Fotos pelo percurso da rua Bálsamo.....	127
Figura 69 - Diagrama da Ocupação Pingo de Riga.....	128
Figura 70 - Ocupação da Rua Pingo de Riga.....	129
Figura 71 - Rua Pingo de Riga.....	130
Figura 72 - Percurso da ocupação da rua Pingo de Riga.....	131
Figura 73 - Fotos pelo percurso na ocupação da rua Pingo de Riga.....	132
Figura 74 - Diagrama da rua Canela.....	133



Figura 75 - Croqui das casas.....	134
Figura 76 - Ocupação da rua Canela em 2015 .....	135
Figura 77 - Ocupação da rua Canela em 2020 .....	135
Figura 78 - Percurso da ocupação da rua Canela.....	136
Figura 79 - Fotos pelo percurso na Ocupação da rua Canela.....	137
Figura 80 - Casa 664 .....	138
Figura 81 - Campo de futebol em 2015.....	139
Figura 82 - Quadra municipal em 2020 .....	139
Figura 83 - Percurso da ocupação da rua Bálamo (quadra).....	140
Figura 84 - Fotos pelo percurso na ocupação da rua Bálamo (quadra) .....	141
Figura 85 - Diagrama da Ocupação do Posto .....	142
Figura 86 - Posto de gasolina que dá o nome à ocupação – Esquina com a rua Candeia .....	142
Figura 87 - Continuação da rua Candeia .....	143
Figura 88 - Fundos da Escola Estadual Professora Haydée De Souza Abreu .....	144
Figura 89 - Divisa com o posto de gasolina .....	144
Figura 90 - Vista da Ocupação do Posto .....	145
Figura 91 - Vista da rua Candeia entrando na Ocupação do Posto – Terraço da Shirlei no canto superior esquerdo .....	146
Figura 92 - Percurso pela Ocupação do Posto .....	147
Figura 93 - Foto pelo percurso na Ocupação do Posto .....	148
Figura 94 - Diagrama da casa .....	149
Figura 95 - Quintal .....	150
Figura 96 – Fotos no Quintal .....	151
Figura 97 - Ponte e córrego no quintal.....	152
Figura 98 - Galinheiro .....	153
Figura 99 - Fogão a lenha .....	153
Figura 100 - Ilustração manjeriço .....	154
Figura 101 - Foto com Marco Aurélio e Mirella .....	155
Figura 102 - Marco Aurélio colhendo taioba em seu quintal.....	156
Figura 103 - Ocupação do Macuco .....	157
Figura 104 - Ocupação do Macuco .....	158
Figura 105 - Juliana para documentário em 2015 .....	159
Figura 106 – Croqui das portas e janelas .....	160
Figura 107 - Foto ilustrada da casa de Juliana em 2020.....	161
Figura 108 - Casa de Juliana em 2015 .....	161
Figura 109 - Via após chuva .....	162
Figura 110 - Casa de Juliana em 2015 .....	163
Figura 111 - Ocupação do Macuco .....	164

Figura 112 - Aquarela da roda de conversa .....	166
Figura 113 - Ocupação do Macuco .....	168
Figura 114 - Casa na Ocupação do Macuco .....	170
Figura 115 - Croqui da casa do Agnaldo .....	171
Figura 116 - Vista da casa do Agnaldo .....	171
Figura 117 - Terraço da casa do Agnaldo .....	172
Figura 118- Mutirão para reformar a ponte .....	175

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Levantamento qualitativo PMT .....	73
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. ESTRANHANDO O FAMILIAR: O CAMPO DA ARQUITETURA.....	23
2. DISCUSSÕES ANTROPOLÓGICAS .....	31
2.1 Antropologia Reversa.....	36
3. CONSTRUINDO UMA ARQUITETURA REVERSA: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES CULTURAIS E SIMBÓLICAS NO CAMPO DA ARQUITETURA .....	47
4. TRABALHO NO CAMPO .....	57
4.1 Olhando para trás: O histórico e o Reverso a partir das ocupações urbanas.....	59
4.2 De volta ao campo .....	90
4.2.1 Percursos no campo.....	98
4.2.2 Roda de conversa .....	157
4.2.3 Novas perspectivas.....	173
5. FINALIZANDO... ..	180
REFERÊNCIAS .....	187

## INTRODUÇÃO

As inquietações que motivaram esta dissertação partem de observações de minha prática profissional, enquanto arquiteta urbanista e pesquisadora, e das experiências compartilhadas com moradoras<sup>1</sup> de ocupações urbanas e movimentos de luta por moradia. Tais inquietações me acompanham desde a graduação, passando por diferentes pesquisas, a contar da extensão sobre moradia e remoções na região do Vale do Aço, passando por meu trabalho final de graduação — “Direto à Moradia: uma análise a partir das ocupações urbanas de Timóteo”, até o “Documentário Ouro em Pó”,<sup>2</sup> desenvolvido em 2015 com as moradoras das ocupações urbanas de Timóteo.

Os trabalhos desenvolvidos com as ocupações urbanas de Timóteo não se conformaram de imediato. Uma vez que não havia nenhum trabalho dentro dessa temática desenvolvido em nenhuma universidade do Vale do Aço, passei a questionar a falta de informação existente sobre as ocupações locais. Essa falta de conteúdo contrastava, por exemplo, com o ocorrido com as Ocupações do Izidora<sup>3</sup> em Belo Horizonte, que possuíam grande visibilidade, sendo possível acompanhar notícias através de diversas redes sociais, jornais e internet, além de serem tema de diversos trabalhos de extensão e pesquisa da UFMG.

Por meio de uma página em uma rede social, consegui dois telefones disponíveis para entrar em contato e conversar com lideranças a respeito das ocupações de Timóteo. Na primeira ligação, apresentei-me como uma estudante de arquitetura e urbanismo que estava interessada em conhecer as ocupações. Marco Aurélio foi quem me atendeu e, assim que ouviu a palavra “arquitetura”, aumentou o tom de voz e começou a fazer perguntas em um tom angustiado: “*O que você quer com a gente? É da prefeitura?*”<sup>4</sup>. Expliquei novamente que era apenas estudante e

---

<sup>1</sup> A variação de gênero na língua portuguesa, como no termo “moradores/as”, expõe a problemática das relações de poder na linguagem, colocando o feminino em segundo lugar e reproduzindo uma lógica binária, excluindo outros gêneros (KILOMBA, 2019, p. 16). Neste sentido, cabe ressaltar que a maioria das pessoas envolvidas na liderança das ocupações são mulheres. Portanto, opto por escrever ao longo desta dissertação sempre no gênero feminino: moradoras.

<sup>2</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rIuCsCHKJbY&t=3s>> Acesso em: 20 maio 2020

<sup>3</sup> As Ocupações da Izidora são um conjunto de assentamentos urbanos localizados na área norte do município de Belo Horizonte. Iniciadas em junho de 2013, as áreas são consideradas o “maior conflito urbano da América Latina e o sétimo maior conflito fundiário do mundo”, nas palavras do Tribunal Internacional de Despejos. Disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/izidora/>>. Acesso em: 20 maio 2020

<sup>4</sup> As falas descritas nesta dissertação serão sinalizadas por itálico e aspas. Mantive o registro o mais próximo possível da forma como se deu o diálogo, mantendo traços da oralidade e da forma de se expressar das pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa.



gostaria de conversar. Ele desligou o telefone sem dizer mais nada. Mais tarde, passei a madrugada inteira recebendo ligações com mais perguntas em um tom preocupado e aflito: *“Mas é arquitetura do quê? Da prefeitura? Não sei o que você quer com a gente, mas cuidado, que a gente é perigoso!”*.

Por fim, consegui conversar com a Dra. Michele Farias, advogada do Coletivo Margarida Alves<sup>5</sup> e militante das Brigadas Populares<sup>6</sup>, responsável pelo processo jurídico das ocupações. Por intermédio da Dra. Michele, foi possível realizar o primeiro encontro com as moradoras das ocupações logo no dia seguinte, dia 24 de março de 2015, no plenário do Legislativo. Lá aconteceria uma Audiência Pública, convocada pelo presidente da Câmara Municipal de Timóteo, a respeito do processo de reintegração de posse de um dos terrenos ocupados.

Durante a audiência, compunham a mesa o então Secretário Municipal de Governo, o presidente do CONSEP - Conselho Comunitário de Segurança Pública, um Major e outros representantes da Polícia Militar e os então vereadores. Naquele ambiente teatral da câmara municipal, sobre um palco com tapete vermelho de camurça, em uma mesa à frente da sala, discutiam moradia os representantes de segurança pública e os policiais: todos homens brancos, trajando roupas sociais ou fardas. Do outro lado da sala, as moradoras das ocupações, em sua maioria mulheres negras. Assisti à audiência ao lado delas, tomando notas e tirando algumas fotos, o que gerou um certo burburinho e despertou a curiosidade das pessoas, que queriam entender o que eu fazia ali.

Após este primeiro encontro, foi possível um diálogo com as ocupações com a mediação da Dra. Michele, que explicou o papel fundamental e social da universidade, citando também a importância da atuação dos arquitetos nas ocupações. A partir de então, passei a frequentar as ocupações, além das reuniões com as lideranças, movimentos sociais, assembleias e manifestações. Se deu início um processo de construção de uma relação com as moradoras e desenvolvimento de uma rede de apoio das ocupações de Timóteo.

---

<sup>5</sup> O Coletivo Margarida Alves realiza trabalhos de assessoria popular voltados para movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais, coletivos organizados, dentre vários outros grupos que politizam as relações sociais no campo e na cidade. Ver <https://coletivomargaridaalves.org/>

<sup>6</sup> As Brigadas Populares são uma organização política brasileira e socialista, tendo como *slogan*: "Unidade Aberta por uma Nova Maioria", atuando em várias frentes, principalmente pela Reforma Urbana, o que inclui o direito à moradia, e nas atuações com várias ocupações urbanas pelo país. Ver <https://brigadaspopulares.org.br>

A construção desta relação com as moradoras ocorreu aos poucos, desenvolvendo diálogos, construindo pontes e me envolvendo no dia-a-dia das ocupações. Assim, foi possível desconstruir o estranhamento das moradoras em relação à arquitetura. Neste sentido, não só as moradoras tiveram dificuldade de compreender o que uma estudante de arquitetura fazia na ocupação, mas também havia um estranhamento compartilhado por vários colegas da arquitetura que não compreendiam minha ação ali. Defendiam que “*arquitetura não é para pobre*” ou associavam minha presença ali à solução de problemas, sugerindo a função de “*revitalizar, fazer melhorias*” ou um “*projeto urbanístico para a “invasão”*”<sup>7</sup>. Esta percepção também precisou ser fissurada e desconstruída aos poucos.

Esse relato nos permite compreender um pouco do contexto e o ponto de partida que motivou este trabalho. A partir disso foi possível me empenhar no assunto da vida das ocupações e estabelecer relações. As experiências compartilhadas com moradoras de ocupações urbanas e movimentos de luta por moradia levantaram, por diversas vezes, questões sobre a prática arquitetônica e a cidade, e possibilitaram outro olhar diante de saberes e práticas, em grande medida, não ensinados nos cursos de arquitetura e urbanismo.

---

<sup>7</sup> O termo “invasão” é rejeitado por movimentos sociais, pois carrega um sentido de ilegalidade e ignora o valor e a função social da propriedade.

**Figura 1- Ocupação Massaranduba em Timóteo**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



A hesitação compartilhada pelos profissionais da arquitetura que não compreendiam o que uma arquiteta faria em uma “*invasão*”, além do estranhamento partilhado pelas moradoras das ocupações que não entendiam o que uma arquiteta faria na ocupação me fizeram não só estranhar o próprio campo da arquitetura, mas também questionar minha posição nele.

Junto ao grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG<sup>8</sup>, do qual faço parte, discutimos a importância de criar fronteiras interdisciplinares e recorrer à antropologia, principalmente para ouvir o Outro e “ser afetado” (GOLDMAN, 2008, p.450). Portanto entendemos a oportunidade de buscar novas perspectivas e trazer para uma discussão dentro do campo arquitetônico conceitos e autores de outros campos de conhecimento, principalmente da antropologia contemporânea, não comumente discutidos na arquitetura.

O diálogo entre diversos campos de conhecimento é cada vez mais necessário, principalmente no que diz respeito à cidade, à realidade contemporânea brasileira e a uma busca de contraposição às relações de poder na sociedade. Nesse sentido, a antropologia, das teorias clássicas às contemporâneas, pode oferecer ferramentas para ampliar o horizonte do conhecimento sobre a cidade. Pensar essa aproximação entre diferentes áreas pode também fissurar os moldes de conhecimento que os próprios campos sustentam.

À luz dessas inquietações, este trabalho busca aproximar o conceito de Antropologia Reversa à arquitetura e discutir a possibilidade de uma Arquitetura Reversa como contraponto da atual prática arquitetônica. O trabalho foi conduzido a partir da seguinte pergunta: Quais seriam os benefícios e entraves de uma arquitetura reversa a partir da leitura dos territórios das ocupações urbanas?

A investigação proposta possui três momentos: formação teórica, trabalho no campo e escrita. A proposta inicial da construção de uma Arquitetura Reversa, assim como a análise do próprio campo da arquitetura, só foi possível a partir da familiaridade com a bibliografia, principalmente na obra de Roy Wagner. O trabalho no campo pretende desenvolver uma leitura do território das ocupações a partir de um desvio etnográfico. O terceiro momento da pesquisa, após a conclusão do trabalho no

---

<sup>8</sup> PRAXIS é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento e pelo Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG), com projetos financiados pela FAPEMIG, CNPq e PROEX/UFMG.

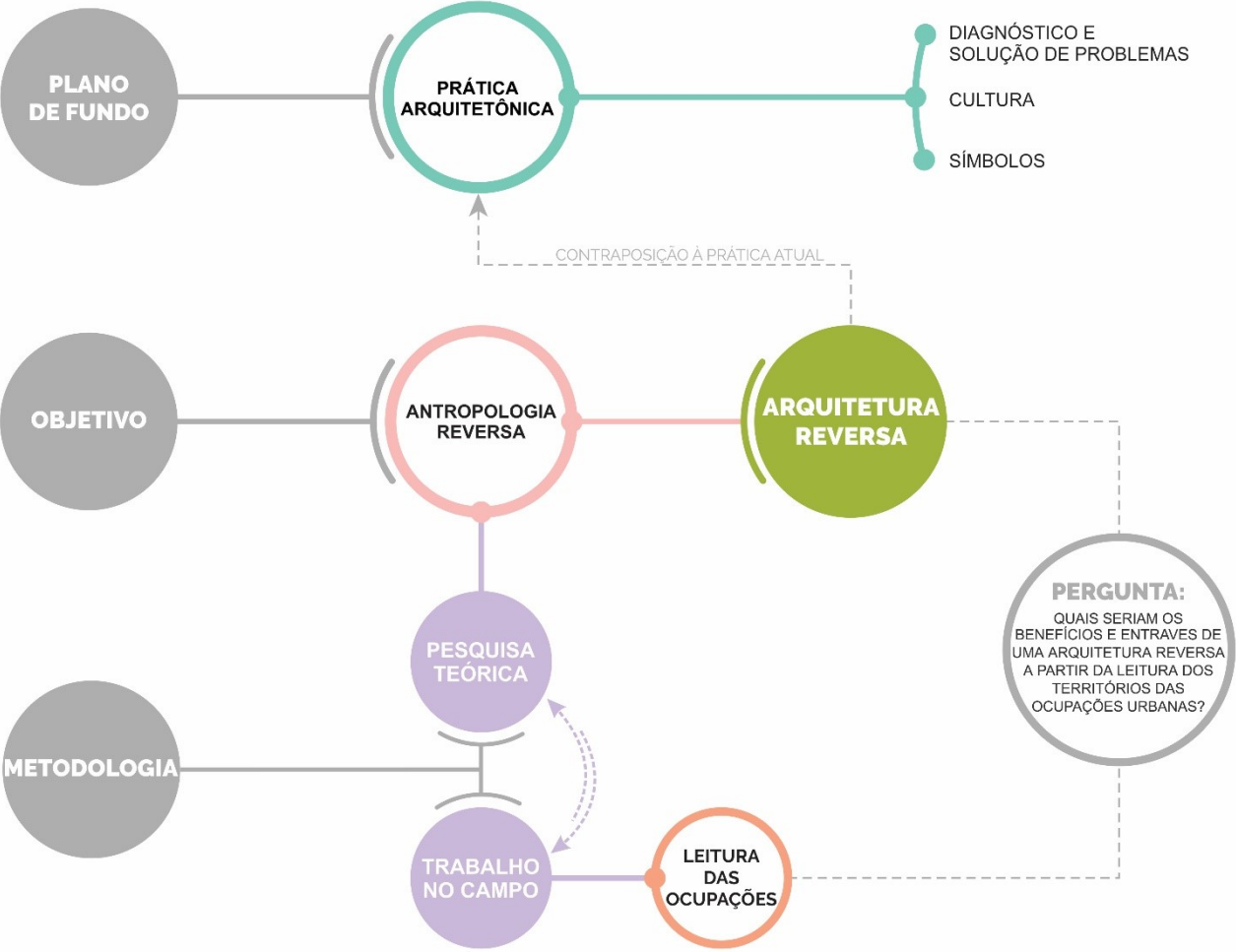
campo, consiste em analisar teoria e prática em um momento de recuo para análise e conexão da teoria com o campo, ainda sem qualquer pretensão de resultado absoluto ou definitivo, considerando as surpresas que apenas o campo é capaz de proporcionar.

No primeiro capítulo será discutido o campo da arquitetura, plano de fundo deste trabalho. No segundo capítulo será feita a discussão teórica base. No terceiro, haverá uma breve crítica apresentando a proposta de Arquitetura Reversa. O quarto capítulo abordará o trabalho no campo e, por último, haverá a finalização do texto. O diagrama (figura 2) apresentado ao final desta seção ilustra o caminho do pensamento desta pesquisa.

É necessário ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida durante o mandato do presidente eleito Jair Bolsonaro (posse em 1º de janeiro de 2019), em meio a diversas incertezas no rumo da educação e pesquisa no Brasil e principalmente no que diz respeito ao direito das minorias. Já a redação final desta Dissertação se deu durante os meses de quarentena e isolamento social, devido à pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19). Este relato nos permite entender o contexto no qual este Mestrado foi sendo desenvolvido e os diversos impasses que surgiram, principalmente durante a pesquisa no campo. Tais aspectos serão discutidos no decorrer do quarto capítulo.

Figura 2 - Caminho do pensamento

Fonte: Próprio autor (2020)





# 1. ESTRANHANDO O FAMILIAR: o campo da arquitetura

Quer ele saiba ou não, quer tenha a intenção ou não, seu ato 'seguro' de tornar o estranho familiar sempre torna o familiar um pouco estranho. E, quanto mais familiar se torna o estranho, ainda mais estranho parecerá o familiar. (WAGNER, *A Invenção da Cultura*, 2017)

A prática do profissional da arquitetura pode ser extremamente variável, vinculada a diferentes tipos de atuação e inserção no mercado, por exemplo: pequenos escritórios, arquitetura de marca ou até mesmo grandes arquitetos do “star-system” (ARANTES, 2010). É histórica a discussão acerca do que é arquitetura e o que, de fato, define a prática arquitetônica. Contudo, na trajetória de atuação do arquiteto, recebem destaque somente os profissionais intelectuais que produzem “edifícios de poder e gosto” para as classes dominantes, uma vez que essas classes sempre determinaram o que deveria ser construído (STEVENS, 2003, p. 244).

Morado Nascimento (2017, p. 283) afirma que o arquiteto ainda continua atuando “sob as sombras do profissional quase-artista, elitista ou supérfluo”. O produto arquitetônico é caracterizado e valorizado enquanto arte, forma e mercadoria em função ao lucro (HARVEY, 1989), o que reforça o caráter do arquiteto como um “artista sábio”, que prioriza o apego à monumentalidade (LEFEBVRE, 2008).

Stevens (2003), ao analisar o campo da arquitetura, amparado pelos conceitos de Bourdieu, identifica dois conjuntos de atuação, ambos ligados à produção: o de massa e o restrito. O subcampo de atuação em massa é dirigido por demandas econômicas para as os grupos com menos capital econômico, como a produção de habitação popular e edifícios residenciais. Os arquitetos que atuam nesse campo possuem pouca autonomia e atendem a um mercado que depende do contexto local em que se insere.

O subcampo restrito é mais valorizado, inclusive pelos próprios arquitetos, pois permite maior autonomia, uma vez que a produção é destinada especificamente à cultura dominante, regida pelo valor simbólico, estético e intelectual. As dinâmicas entre esses subcampos de produção da arquitetura variam em função dos capitais de interesse específico, seja capital econômico ou intelectual (STEVENS, 2003). O próprio campo da arquitetura rejeita os arquitetos que atuam no subcampo de massa, atribuindo essa prática ao arquiteto projetista do campo da construção civil.

A prática arquitetônica mantém o modelo de escritório de prestação de serviço para as classes dominantes, adequados para aplicar as convenções estéticas que garantem as posições de privilégio, glamour e da arquitetura como artigo de luxo dentro da sociedade (FERRO, 2006, p. 39). A prática dentro do modelo tradicional de escritório está, em grande parte, relacionada ao modelo de projeto e execução, no qual a atuação do profissional da arquitetura, seja do subcampo de massa ou do campo restrito, existe apenas “quando a execução da construção está separada de sua encomenda” (STEVENS, 2003, p. 30).

Nesse sentido, o desenho técnico faz parte dos instrumentos de manutenção desse modelo tradicional. Ferro (2006) define o desenho como um instrumento de mediação e separação do fazer e do pensar, uma ferramenta capaz de interferir nas relações de poder entre os campos. O arquiteto, ainda aquele que atua no subcampo das massas e é visto como arquiteto projetista, se diferencia do construtor mantendo um modelo hierárquico separado pelo saber intelectual — do arquiteto que planeja e desenha — e o prático, do construtor que executa. Existe, portanto, uma relação de poder entre um agente formado academicamente e o trabalhador da construção, e nessa relação o arquiteto garante e reproduz as relações de poder por meio da linguagem de códigos e símbolos do desenho, sendo o único “sujeito possuidor dos diferentes códigos” (FERRO, 2006, p. 153).

Stevens (2003, p. 103) também destaca como o campo da arquitetura “historicamente, tem se inclinado a excluir de seu discurso não somente os projetistas de edifícios produzidos em massa, mas muitas vezes os edifícios para as massas”. O trabalho voltado à população de baixa renda é restrito e limitado, geralmente produzido em larga escala, como na produção de habitação social, o que faz com que a prática possua pouca autonomia. O apelo do campo da arquitetura para obter autonomia tem sido feito por meio da estética, recusando o campo político e social.

O produto arquitetônico reforça e reafirma os estilos cultivados pelas elites e os interesses do mercado, configurando a profissão a partir das demandas do capital e excluindo o caráter social da arquitetura (STEVENS, 2003). A prática passa a ser parte do jogo ditado pelo mercado e pelo Estado-Capital, tanto na produção de moradias quanto na produção do espaço urbano. As “novas agendas” (ARANTES, 2010, p. 286) da arquitetura parecem se preocupar cada vez menos com as

desigualdades e com a responsabilidade da prática arquitetônica enquanto construção da cidade e do habitar. Como afirma Stevens:

Não só tal situação cria um sistema autônomo de estratificação, mas comodamente remove a arquitetura da arena política: recusando-se a considerar seriamente o “bem-estar social” pela negação de que este seja de responsabilidade dos grandes arquitetos, neutraliza-se como ator político e deixa a fração dominante das classes dominantes livres de crítica, ao menos na esfera da arquitetura (2003, p. 114).

Isso ofusca cada vez mais o entendimento conceitual da própria arquitetura enquanto ação do homem no espaço, principalmente quando se trata da atuação no espaço urbano. O próprio campo da arquitetura rejeita o urbanismo, excluindo não só a prática urbanista, mas ignorando o próprio espaço urbano e a cidade no ato de projetar, isto é, o arquiteto ignora o seu papel enquanto urbanista e a responsabilidade de reconhecer que, ao projetar um edifício, ele também está projetando a cidade. O campo da arquitetura, responsável pela produção social do espaço, ainda tem dificuldade em abordar questões urbanas e compreender o espaço social da arquitetura na produção da cidade. Como afirma Lefebvre (2008, p. 24), o arquiteto ainda não encontrou o seu lugar “entre os promotores imobiliários, os usuários, os investidores, as autoridades” e passou a “se situar mal entre o engenheiro e o desenhista”.

Há uma interpretação da prática arquitetônica, principalmente quando se trata do planejamento urbano, enquanto *solução de problemas* e existe um pressuposto geral de que o arquiteto tenha que desenvolver, antes do projeto técnico, um *Relatório de diagnóstico*. Essa perspectiva, segundo Lopes e Morado Nascimento (2013), pressupõe que o espaço já existente seja tratado como errado ou como algo doente, dando, assim, o teor de diagnosticar algo que precise ser medicado ou tratado, afirmando os arquitetos em uma posição de poder e controle, enquanto possuidores dos códigos, e como “provedores de soluções aos problemas diagnosticados no espaço urbano” (MORADO NASCIMENTO, 2017, p. 291).

Dentro do campo do planejamento urbano, as políticas públicas de intervenção e reestruturação dos territórios para resolução dos chamados *problemas urbanos*, são apoiadas no modelo de análise *problema-diagnóstico-solução* (ALMEIDA, MORADO, 2019). Nesse cenário, os discursos institucionais e científicos, balizadores dos processos de tomada de decisão, passam apenas a reproduzir números que “acabam por validar ideias e indicadores que reduzem a vida cotidiana

a questões genéricas e universais, insuficientes para a compreensão das singularidades, diversidades e desigualdades dos territórios” (ALMEIDA, MORADO, 2019, p. 01).

Assim, territórios completamente diferentes passam a ser observados e igualmente caracterizados por aproximação de dados, excluindo toda a complexidade de questões próprias do território urbano, além de toda subjetividade que acaba por ser agrupada em categorias pré-determinadas. O diagnóstico urbano se configura como uma prática “legitimada e consolidada por especialistas (Estado, entidades, universidades, instituições intergovernamentais, etc.)”, ou seja, uma prática institucionalizada por nós, arquitetos e urbanistas, que oculta aqueles que vivem e moram na cidade, além daqueles que a ocupam (ALMEIDA, MORADO, 2019, p. 01).

Ao recusar esse padrão de diagnóstico-solução e as análises próprias do campo do urbanismo, Morado Nascimento *et al.* (2019) propõe, em vez de diagnosticar e resolver problemas, “ler o território” em processos “menos verticalizados e mais abertos à complexidade e ao contraditório, seus processos de produção e os agentes e regras neles envolvidos” (MORADO NASCIMENTO *et al.*, 2019, p. 21).

A Leitura do território busca desvelar o território pelo olhar do Outro (PRAXIS-EA/UFMG, 2019, p. 34), que mora nesse lugar e ocupa-o, para além da visão técnica, que planeja e atua nas camadas de decisões sobre a cidade e o território. Por meio da leitura, é possível se aproximar de outra prática dentro do campo, que reconheça as percepções do Outro e perceba singularidades do território que por vezes podem passar despercebidas ao olhar técnico viciado em determinados atributos do território.

Tomando em conta o debate em torno da questão urbana, Magnani (2002) afirma que entre os inúmeros seminários e organizações nacionais e internacionais, é possível destacar a ausência de atores sociais que vivenciam a cidade e o papel determinante de outros. Para essa perspectiva, a cidade é tratada como um simples cenário, desprovida de ações “à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro” (MAGNANI, 2002, p. 14).

Nesse sentido, as análises que discutem e apresentam a dinâmica da cidade são, em sua maioria, diretamente creditadas ao sistema capitalista, no qual discutem e criam propostas de intervenção, utilizando os termos reconhecidos, como: melhorias, requalificação e intervenção. Nesse caso, aparecem os autores sociais representantes dos processos de tomada de decisão e os que o autor chama de “animadores culturais — consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais” (MAGNANI, 2002, p. 15) que também estão interessados no capital e a seu serviço. Os moradores, por sua vez, são excluídos da discussão ou são atribuídos às mesmas características específicas, como afirma o autor:

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. Nas leituras mais militantes, por certo, esses atores são recuperados, mas como sujeitos de estratégias políticas como o orçamento participativo, um “urbanismo socialmente incluyente”, associações de vários tipos etc. (MAGNANI, 2002, p. 15)

O estranhamento compartilhado pelos profissionais da arquitetura que não compreendiam o que uma arquiteta faria em uma “invasão”, ou não concordavam com uma “arquitetura feita para pobres”, diz respeito ao funcionamento do próprio campo que mantém as imposições de domínio sob as camadas sociais. O termo “invasão” é utilizado como um símbolo que reforça as relações de poder, ignorando a função social da propriedade e a legitimidade de quem mora no território e ocupa-o.

O mesmo estranhamento compartilhado pelas moradoras das ocupações, que não entendiam o que uma arquiteta faria ali, diz respeito à forma como o campo da arquitetura se estruturou pelas e para classes dominantes. A lógica de produção da cidade privilegia determinadas classes sociais, deixando de lado os menos favorecidos, classificados na chamada posição de “baixa renda” e nos “aglomerados subnormais”. Dessa forma, a cidade é feita por e para quem tem maior poder aquisitivo, convertendo o direito à cidade em direito à propriedade. Pensar essa dinâmica no contexto nacional faz com que a cidade seja analisada sempre a partir de uma ótica excludente e tecnocrática, em que prevalece o valorizado pelo capital.

Uma pesquisa organizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR, 2015) junto ao Datafolha apontou que, dentro da parcela de 54% da população brasileira que já construiu ou reformou um imóvel, apenas 15% contou com

serviços de arquitetos ou engenheiros. Ou seja, 85% dessa parcela é autoconstrutora e construiu ou reformou informalmente. Apesar de a ilegalidade poder estar presente da ausência de aprovação de projetos e diretrizes urbanísticas até as diferenças entre projeto aprovado e projeto executado (MARICATO, 2002), a parcela que ilustra e representa a ilegalidade na cidade quase sempre está atribuída à população pobre.

Ainda que a maior parte da população, segundo a pesquisa anteriormente citada, se enquadre fora da lógica formal, a compreensão do “errado”, “ilegal” ou “informal” no imaginário social está atrelada à falta de capital econômico, atribuindo tais práticas apenas às favelas e ocupações em terrenos ou edifícios vazios, priorizando a lógica da propriedade da terra ou edifício ocupado, ignorando completamente a ilegalidade em relação à função social. Essa realidade não é compreendida nem pelas instituições, mídias, ou pela própria universidade (MARICATO, 2003), uma vez que é analisada a partir da ótica jurídica da *ilegalidade* ou *informalidade*.

Essa ótica atua como um pano ideológico capaz de ofuscar a realidade e subjugar ao entendimento coletivo injustiças e preconceitos sobre as populações, naturalizando a desigualdade social. Sendo assim, a parcela da população “ilegal” que faz parte da cidade e é a cidade construída dentro das condições possíveis não é debatida enquanto cidade, devido à própria lógica arquitetônica. Nesse sentido, a forma de pensar e se relacionar com a parcela excluída acontece como uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989), reproduzindo e reafirmando os dominantes como a principal parcela da cidade, enquanto os dominados são classificados fora do contexto do que é cidade.

A partir dessas definições referentes à prática arquitetônica é possível destacar como o próprio campo da arquitetura mantém o arquiteto em um status privilegiado, diferenciando-o daquele que constrói e daquele que vivencia o lugar. O arquiteto mantém sua posição de poder e deslegitima o saber e a prática do Outro, ainda que este seja quem vive e quem constrói. Como afirma Stevens:

Uma determinada classe de atividades — as profissões — como algo bem diferente das demais, como sendo de certo modo "mais elevada", mais nobre e de maior prestígio. As pessoas acham que é melhor que sua ocupação seja uma profissão em vez de apenas um emprego: o nome tem força simbólica. (STEVENS, 2003, p. 33).



Com base na discussão apresentada até aqui, entende-se como o funcionamento do próprio campo da arquitetura reproduz as implicações das classes dominantes, reforçando os símbolos e as relações que mantêm as imposições de domínio dentro do campo, e do próprio campo em relação às camadas sociais. Sendo assim, a relação de poder, *status* e classe mantida no profissional reafirma a arquitetura enquanto um saber exclusivo dos arquitetos, que por sua vez são os únicos capazes de intervir no espaço. Nesse cenário, as ações, vivências e percepções daqueles que habitam e ocupam a cidade são excluídas e deslegitimadas. Por fim, é possível investigar outras possibilidades da prática que reconheçam o olhar do Outro, alterando os métodos de análise com base em instrumentos da antropologia.

## 2. DISCUSSÕES ANTROPOLÓGICAS

A discussão elaborada no capítulo anterior, a respeito do funcionamento do campo da arquitetura, reforça a existência de uma cultura arquitetônica que sustenta o arquiteto enquanto o único portador dos códigos necessários para intervir no espaço, mantendo-o em um *status* privilegiado, cultivando as relações de poder e as imposições de domínio sob as camadas sociais. Entre as discussões junto ao grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG<sup>9</sup>, surgiu o interesse em ler o território por meio do Outro e buscar outras práticas que promovessem um diálogo entre campos de conhecimento.

Assim o interesse em recorrer à antropologia surgiu a partir da necessidade de reconhecer e legitimar as percepções de quem mora e ocupa, ou seja, de quem cotidianamente constrói, vivencia e experimenta o território. É exatamente pela etnografia que se dá a busca por um olhar mais próximo e menos generalista sobre o território, por meio do olhar do Outro, reverso aos discursos dominantes, olhares que passariam despercebidos se enquadrados nas visões macro e dos grandes dados técnicos. Esse olhar reverso permitiria desvelar outros aspectos sobre a dinâmica do território para além do olhar “que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (MAGNANI, 2002, p. 16).

Essa discussão nos levou ao conceito de Antropologia Reversa, apresentado na obra *A invenção da cultura*, de Roy Wagner. O conceito será aprofundado mais à frente neste capítulo. De antemão, é preciso ponderar que, uma vez que me encontro dentro do campo da arquitetura, é necessário perpassar por alguns pontos conceituais do campo da antropologia. O propósito deste capítulo é apresentar e discutir o conceito de Antropologia Reversa como base teórica central deste trabalho e desenvolver um exercício de reflexão que tome contribuições teóricas do conhecimento antropológico, não comumente abordadas na arquitetura. Isso sem qualquer pretensão de apresentar uma reconstrução histórica do conhecimento

---

<sup>9</sup> Projetos de pesquisa: “Ocupações, remoções, despejos e resistências: intervenções territoriais na produção das metrópoles” e “Territórios populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras”; coordenado por Profa. Dra. Denise Morado Nascimento e Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas. Equipe: Maurício Lage de Araújo Teixeira, Marina Lima de São José, Renata Salas Soares, Carolina de Oliveira Almeida, Marcos Vinicius Valério Dias e Thais Grazielle de Melo Camargos. Participantes: Daniel Braga Escada, Eduarda Assis Carmo, Gabriel da Cruz Nascimento, Philip Weimann, Wallace Stanzani Iglessias. Ver: <http://praxis.arq.ufmg.br/territorios-populares/>

antropológico, tampouco reconstituir os debates do campo e as mudanças dos significados de diversos conceitos antropológicos.

Pensar em Antropologia nos remete em geral às pesquisas a respeito das populações indígenas e não ocidentais. Essa percepção ocorre, principalmente, devido ao legado da antropologia clássica, com referência ao século XIX, que buscava, de uma forma geral, reconstruir a história dos povos humanos, alguns considerados “civilizados” e muitos outros considerados atrasados, chamados como “selvagens” ou “bárbaros”. Com isso, no século XIX a antropologia se tornou o estudo dos povos ditos primitivos, e os antropólogos de gabinete faziam suas análises pela leitura dos relatos de viajantes, missionários etc. (URIARTE, 2012).

Apenas no final do século XIX os antropólogos passam a sair dos escritórios e integrar as expedições científicas. O grande marco dessa transição ocorre em 1914 a partir de um acaso: o antropólogo Bronislaw Malinowski, que fazia seu doutorado nas ilhas Trobriand, na costa oriental da Nova Guiné, não pôde retornar para onde veio com a tripulação de um navio inglês. Dessa forma permaneceu na ilha, onde aprendeu a língua nativa e conviveu com a população por mais de três anos. Dessa experiência nasce a primeira formulação do método etnográfico, *Os argonautas no Pacífico Ocidental*, publicada em 1922. O autor destaca:

Foi graças a isto, e a capacidade em apreciar a sua companhia e partilhar alguns de seus jogos e diversões, que me comecei a sentir em verdadeiro contacto com os nativos. E esta é, certamente, a condição prévia para poder levar a cabo com êxito o trabalho de campo. (MALINOWSKI, 1922, p. 23)

Apenas a partir dessa vivência em campo e da compreensão por dentro do cotidiano do outro e pelo “deixar-se envolver” (MALINOWSKI, 1922, p. 33) com o Outro, Malinowski compreende os sistemas culturais dos nativos, que até então eram considerados primitivos selvagens. Malinowski acreditava que seria possível passar despercebido entre os nativos e, ao longo da convivência, compreender o “ponto de vista do nativo” (GEERTZ, 1997, p.85). Assim, o discurso do outro passa a relativizar a vivência entre os nativos por meio do método etnográfico e deixa de ter como centro a sociedade do pesquisador.

Essa breve contextualização de como nasceu a etnografia representa um dos mais importantes marcos que mudaram o método de trabalho da disciplina e do próprio conhecimento antropológico. Com isso, a Antropologia passa a se interessar

por todas as sociedades humanas e define seu espaço no estudo da alteridade e cultura por meio da etnografia. Com o seu desenvolvimento, e mesmo com diversas revisões críticas e epistemológicas, a etnografia ainda se apresenta como principal método de trabalho da Antropologia no estudo da alteridade e da cultura.

A percepção citada anteriormente — da antropologia clássica enquanto ciência que discorre somente sobre as populações indígenas e não ocidentais — já não se enquadra na antropologia contemporânea. O Outro, o nativo, ou o observado já não são apenas aqueles ditos como selvagens, indígenas ou estrangeiros. Magnani (2009) afirma que esse legado da antropologia clássica contribui em diversos pontos para uma análise atual a respeito das cidades contemporâneas como uma perspectiva diferencial à compreensão das diversas culturas, dinâmicas sociais e aos modos de vida que passariam despercebidos pelos nossos olhares.

Igualmente, o termo cultura se desenvolve com o conhecimento antropológico como resultado da construção do próprio campo de conhecimento. Transforma-se, à medida do amadurecimento da própria pesquisa etnográfica, nos elementos, particularidades, estrutura, análise de sistemas simbólicos, dos símbolos, significados e significantes e especificidades de cada povo. Com diversas mudanças no conhecimento antropológico, as próprias análises passaram a questionar suas perspectivas etnocêntricas.

Entre os mais recentes estudos, Uriarte define que a Antropologia é “o lugar para se pensar a diferença” com interesse na cultura, alteridade dos povos, suas singularidades, que fazem as “sociedades serem o que são” (2012, p. 4). A autora também define o antropólogo como um ser raro, que se interessa pelo Outro e suas peculiaridades, pois “em lugar de querer defender uma identidade, queremos ser atingidos pelo Outro, em vez de nos enraizarmos num território de certezas, buscamos o desenraizamento crônico que nos leva à busca pelo Outro” (2012, p. 4).

Da mesma forma, Viveiros de Castro (2002, p.113) define o antropólogo como um observador, alguém que “discorre sobre o discurso de um “nativo” — o observado. Os discursos do antropólogo, e principalmente do nativo, compreendem um significado para além do sentido textual e envolvem todas as práticas e experiências. O cerne dessa questão é exatamente a relação que o antropólogo estabelece entre o seu discurso e o discurso do nativo:

Essa relação é uma relação de sentido, ou, como se diz quando o primeiro discurso pretende à Ciência, uma relação de conhecimento. Mas o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 114)

Essa relação se constrói no campo por meio da etnografia, em que se abrem possibilidades para a compreensão de dinâmicas e fenômenos culturais nas mais diversas formas de sociabilidade. Nesse sentido, Magnani afirma que o método etnográfico não consiste apenas em ir a campo, tampouco em uma simples técnica, mas em um fazer que “pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (2002, p. 17). Assim, o fazer etnográfico consiste em um mergulho profundo na vida do Outro, como afirma Uriarte:

Fazer etnografia supõe uma vocação de desenraizamento, uma formação para ver o mundo de maneira descentrada, uma preparação teórica para entender o “campo” que queremos pesquisar, um “se jogar de cabeça” no mundo que pretendemos desvendar, um tempo prolongado dialogando com as pessoas que pretendemos entender, um “levar a sério” a sua palavra, um encontrar uma ordem nas coisas e, depois, um colocar as coisas em ordem mediante uma escrita realista, polifônica e intersubjetiva. (2012, p. 4)

A etnografia possui três momentos: formação teórica, trabalho no campo e escrita. Para se preparar para o mergulho etnográfico, é preciso criar uma base teórica, indispensável para estar no campo, pois possibilita perceber situações, “enxergar certa ordem nas coisas” (URIARTE, 2012, p. 6) e nos acontecimentos. A formação teórica, ainda que se inicie no começo da pesquisa, é inseparável do campo e percorre todo o momento etnográfico.

No campo são coletadas e transcritas as falas, depoimentos e informações em detalhes. Uriarte (2012, p. 5) afirma que os dados são coletados mediante um ver e ouvir que “dá a palavra, não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os nossos interlocutores têm a dizer [...] a palavra cedida se dá num contexto de diálogo, numa relação dialógica, e é nesse diálogo que os dados se fazem para o pesquisador”. Esse momento de diálogo requer que se olhe para coisas que não existem em uma ordem clara, como procurar algo que não se sabe exatamente o que é. Todo o processo é de fato bastante confuso, uma atividade que precisa ser construída. Geertz (1989, p. 20) afirma que “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir

uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos".

Apenas com o decorrer do tempo e com dedicação ao imergir neste processo ele começa a se tornar mais claro. Ocorre o que Magnani (2009, p. 136) chama de "sacada": quando começamos a encontrar o que não sabíamos que procurávamos, as coisas passam a apresentar uma certa ordem. Esse momento pode ser em virtude de algum fato específico ou não, mas ocorre principalmente em virtude da atenção ao que se vive no campo, como destaca o autor:

Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento, voltando à citação de Lévi-Strauss. (MAGNANI, 2009, p. 136)

O terceiro momento da etnografia, a partir o decorrer do campo, consiste em encontrar uma "ordem das coisas" analisando teoria e prática. Esse é um momento de recuo para análise e conexão da teoria com o campo, em que o pesquisador já não é mais aquele que iniciou a pesquisa (URIARTE, 2012) e compreende o seu local de fala e a mediação com o Outro. Isso se dá como um momento de retorno, uma vez que "se o campo se iniciou com um trabalho de formação teórica, ele culmina, novamente, na teoria, pois é ela que ajuda a pôr as coisas em ordem, por mais mínima que essa ordem seja". (URIARTE, 2012, p. 8)

A partir do que discutimos até aqui, faremos na próxima seção um aprofundamento na discussão teórica de Roy Wagner na obra *A invenção da cultura* (2017)<sup>10</sup>, chave teórica central desta pesquisa. Essa obra foi traduzida e publicada no Brasil pela primeira vez após 35 anos de seu lançamento, quando revolucionou a antropologia contemporânea brasileira.

## 2.1 Antropologia Reversa

Durante muito tempo, acreditou-se que o profissional/pesquisador antropólogo se diferenciava do nativo pela sua capacidade de utilizar da sua própria cultura e do seu conhecimento, enquanto o nativo estaria inerte à própria cultura

---

<sup>10</sup> Apesar de utilizar uma edição traduzida, destaca-se a data da publicação original: *The Invention of Culture* (1975).



(LARAIA, 1997). Wagner (2017) propõe um debate acerca da importância dos símbolos e seus significados junto à cultura e sua compreensão, para além de uma simples teoria da simbolização. Para o autor, os símbolos se relacionam entre si, não sendo designados por uma realidade externa à cultura, mas ao ambiente em que os símbolos se relacionam, chamado contexto cultural.

O conceito de Antropologia Reversa é relatado por Roy Wagner em seu trabalho no campo, junto aos Daribi, povo da Nova Guiné, na Melanésia, região da Oceania, no extremo oeste do Oceano Pacífico e a nordeste da Austrália. Wagner (2017) percebeu que sua presença nesse local enquanto forasteiro provocava curiosidade. As diferenças culturais causaram um estranhamento nos próprios nativos, que não compreendiam aspectos referentes à cultura do pesquisador, como casamento, culinária e trabalho. Se em determinado momento o pesquisador estava ali para compreender aquela cultura, em outro momento os nativos se organizavam para questionar o pesquisador sobre o mundo ocidental e observá-lo realizar tarefas comuns ao pesquisador, a saber: cozinhar e jantar (WAGNER, 2017). Simultaneamente, o pesquisador está ali para observar e compreender a cultura do Outro e o Outro busca dar sentido à presença do pesquisador.

Acontece, portanto, uma dupla antropologia: uma realizada pelo antropólogo em campo, que inventa o Outro como cultura, e uma outra antropologia, inventada pelo nativo. Ao falar com o Outro inventamos o que nós entendemos como a nossa cultura, da mesma forma que o Outro inventa o que ele quer dizer sobre si e o mundo em que vive. Nessa relação é importante destacar que a cultura interpretada pelo antropólogo é também uma invenção. Assim, a experiência antropológica envolve uma experiência criativa, em relação a si mesmo e ao que vem de fora. A partir dessa observação, o conceito de Antropologia Reversa surge como uma forma de transpor as relações culturais e simbólicas do outro por meio de uma experimentação e mediação com este e, portanto, com o nosso próprio pensamento (WAGNER, 2017). Nesse sentido, ambos estão “em pé de igualdade” (WAGNER, 2017, p. 26), portanto na abordagem wagneriana não existe uma relação sujeito-objeto.

É importante ressaltar que a antropologia reversa não se refere somente às reflexões dos nativos sobre o mundo dos antropólogos. Tanto o antropólogo quanto o nativo estão em uma relação criativa, ao tentar compreender culturalmente o outro. Ao afirmar que “o equívoco deles a meu respeito não era o mesmo que o meu

equivoco acerca deles” (WAGNER, 2017, p. 49), o autor entende que lidamos com várias interpretações de mundo, sem levar em consideração que estamos em um mundo em que inventamos o outro e nós mesmos, num processo de simbolização. Se, como seres culturais, os antropólogos refletem e constroem teorias sobre os nativos, deve-se esperar que estes também reflitam sobre os antropólogos. Porém, e esse é o ponto crucial na proposta de Wagner, os nativos o fazem em seus próprios termos. Compreender esses termos envolve uma relação entre dois mundos criativos, que cabe ser decifrada em uma mediação.

Nessa mediação entre dois mundos, o autor revê a antropologia como resultado de um processo criativo, partindo do pressuposto de que a relação entre pesquisador e pesquisado, quando vivenciada e partilhada, ultrapassa o conhecimento epistemológico, igualando, dessa forma, antropólogo e nativo. Dessa forma, é possível relacionar diferentes culturas como uma extensão e mediação entre dois mundos: o que está lá (o Outro) e aquele em que estamos imersos (o eu). Portanto a mediação é tanto um elemento capaz de relacionar os dois mundos quanto um próprio resultado da invenção.

A interpretação wagneriana retira o Outro do lugar de mero objeto e o reafirma enquanto sujeito imerso em um contexto cultural, no mesmo nível daquele que o observa. Se para o pesquisador o outro o é estranho, para o Outro o pesquisador também o é. Cabe, então, mediar essa relação por meio da diferença: o antropólogo, ao descobrir uma diferença em relação ao Outro, acaba por descobrir a si mesmo. Em outras palavras, o que está visível e compreendido revela o que está oculto, ou, ainda: “todo entendimento de outra cultura é um experimento com a nossa própria” (WAGNER, 2017, p. 12). Portanto o conhecimento não nasce por si só, mas de uma mediação entre seres culturais — eu com o Outro — e o próprio pensamento, muito além de uma interpretação do pensamento do Outro.

O termo “invenção”, que dá título à obra do autor, surge como resultado desse movimento dialético entre pesquisador e pesquisado, onde ambos acabam por *inventar* a cultura. A invenção “transforma a mera pressuposição da cultura numa arte criativa”. (WAGNER, 2017, p. 37) Portanto o termo é, antes de mais nada, de ordem criativa, tendo como base a compreensão de que o mundo e os seres são sempre criados e recriados a partir de algo já existente. Wagner sustenta que não há nada

“misterioso” ao usar o termo invenção, e este nem tampouco é uma simples elucubração sobre a cultura:

Somos forçados pelos nossos sistemas de educação e nossas fábricas de conhecimento a pensar na invenção apenas através do prisma da memória (...) A invenção constitui a intenção. Ela constitui a intencionalidade humana, a inteligência antecipatória, pois prevê o futuro. Isso não é trivial, é fundamental; é uma das duas coisas que nos formam. (WAGNER, 2011, p. 969)

A abordagem wagneriana aponta a antropologia como disciplina que inventa a cultura a partir da cultura, de modo que seu estudo é instrumento para sua própria invenção. É nesse sentido que o autor propõe que a antropologia, sobretudo dada pelo estudo etnográfico no trabalho no campo, tem que ser capaz de compreender a dimensão inventiva e criativa da própria cultura, seja no caso do pesquisador ou no caso do nativo em sua relação com o pesquisador.

O autor esclarece que o termo invenção muitas vezes traz consigo a associação a algo fantástico e fantasioso, ou até mesmo ao sentido artificial, como algo que se opõe à realidade. Contudo, a invenção wagneriana se aproxima mais da arte, da capacidade criativa de conceber algo novo. Assim se afasta dos modelos capitalistas de produção e propriedade mais recorrentes para pensar o ato de criação, uma vez que não consiste no sentido do termo de descoberta ou ato de criação de algo puramente novo (GOLDMAN, 2008). O termo invenção não se dá por mero acaso; o autor faz uma metáfora com a própria linguagem. A nossa relação com a cultura e conseqüentemente com o Outro se dá por relações e buscas por significados que façam sentido a cada contexto cultural. Como afirma o autor:

Estou usando esse termo, “invenção”, como uma palavra mágica. A invenção é a metáfora. A metáfora é o que acontece quando inventamos com a linguagem. De certa forma, é como se fosse uma composição musical; é como se fossem muitas formas de arte. O que ocorre no âmago da metáfora é uma invenção que na verdade trai as palavras que usamos para evocar a metáfora. Dentro da metáfora, existe uma alteração de perspectiva que apenas as palavras que são empregadas camuflam. (WAGNER, 2011, p. 968)

A invenção é definida justamente pela criatividade, e a criatividade do antropólogo depende da criatividade do Outro. Assim, a prática antropológica só é possível a partir do reconhecimento da capacidade criativa do Outro, e o antropólogo deve reconhecer naquele que ele estuda a mesma criatividade que acredita possuir.

Mais do que isso, a criatividade do Outro não deve ser atribuída ou assimilada àquela que o próprio antropólogo pratica.

A invenção não pode ser considerada uma simples “invençione” (GOLDMAN, 2008) de uma construção social do nativo ditada pelos interesses de um antropólogo. Como afirma Marilyn Strathern (2006, p. XII), as “etnografias são construções analíticas de acadêmicos; os povos que eles estudam não”. Assim o desenvolvimento da atividade antropológica deve “reconhecer que a criatividade desses povos é maior do que o que pode ser compreendido por qualquer análise”. Wagner reconhece que a invenção não ocorre por uma falta de compreensão do antropólogo. O problema, de fato, é que no trabalho antropológico existem muitas coisas para se ver e compreender, e muito pouco tempo para se fazer. Assim, o antropólogo faz o que pode (GOLDMAN, 2008) ao inventar a cultura como uma tentativa de minimamente pôr ordem das coisas.

A invenção é inseparável daquilo que a cultura inventa: um existe para desvelar o outro, como duas facetas da mesma ideia, nomeadas pelo autor, de convenção e diferenciação, dois mecanismos centrais que constituem uma semiótica particular adotada pelo autor (GOLDMAN, 2008). Dessa forma, a simbolização consiste em utilizar de forma diferenciada os símbolos que são convencionais a uma cultura. A convenção corresponde à cultura inventada, enquanto a diferenciação corresponde à cultura inventante.

Para Wagner (2017), não existiria sociedade sem inovação. Assim como não haveria inventores, novas tecnologias, arte, *design* e todos esses personagens que exercem uma força inventiva nas sociedades, à sua maneira, “porque a partir do momento em que uma sociedade se compromete com a convenção, ela não tem como ir a lugar algum sem a diferenciação”. (WAGNER, 2011, p. 967) Nesse âmbito, o autor faz a seguinte observação:

A antropologia reversa, então, acontece quando a civilização consegue fazer uso da dádiva incrível dos povos indígenas. Os índios se interessam pela diferenciação desde o nascimento. Eles são artistas de nascença. Eles são inventores de nascença (WAGNER, 2011, p. 967).

Quando confrontamos *nossa* própria cultura com o *outro* tendemos a confundir o convencional e o diferenciante. Nesse sentido, Wagner (2017) reafirma o caráter convencional da cultura: o mundo que inventamos e compreendemos como

nosso se torna tão universal e convencional que acabamos por exigir do outro a compreensão desse mundo como verdade absoluta. Há um risco em atuar de maneira etnocêntrica ao criar uma universalidade de interpretação do mundo e da sociedade a partir de características particulares à própria cultura do pesquisador. Assim, a teoria de Wagner (2017) compreende a necessidade de buscar uma autoconsciência daquilo que somos e “sustentamos que nos determina”. (GOLDMAN, 2008, p. 196)

O autor esclarece que do ponto de vista antropológico, como cientista, a consciência da cultura pode gerar uma qualificação objetiva. Desse modo, o pesquisador deve se contrapor à noção de objetividade pura e à pretensão racionalista, que espera que, na relação entre pesquisador e pesquisado, o primeiro seja omissos em relação à sua própria cultura ou sua própria vivência, acreditando ser capaz de assumir uma posição neutra. Assim, o autor propõe uma “objetividade relativa baseada em características de sua própria cultura”. (WAGNER, 2017, p. 26) A “objetividade relativa” implica que nós mesmos (o antropólogo/o eu) pertencemos a uma cultura, e desse modo devemos descobrir quais são “as maneiras pelas quais a nossa cultura nos permite compreender uma outra e as limitações que isso impõe a tal compreensão”. (WAGNER, 2017, p. 26)

Seguindo essa proposta, a própria ideia de cultura coloca o pesquisador e pesquisado em igualdade, uma vez que “cada qual pertence a uma cultura” e ainda “cada cultura, como tal, é equivalente a qualquer outra” (WAGNER, 2017, p. 27). Esse pressuposto, de que todas as culturas se equivalem, é chamado pelo autor de *relatividade cultural*. Cada cultura deve ser compreendida como um fenômeno humano, sem um modo classificatório presumindo tipos naturais, como selvagens ou incultos. Nesse sentido, o autor afirma:

Se nossa cultura é criativa, então as "culturas" que estudamos, assim como outros casos desse fenômeno, também têm de sê-lo. Pois toda vez que fazemos com que outros se tornem parte de uma "realidade" que inventamos sozinhos, negando-lhes sua criatividade ao usurpar seu direito de criar, usamos essas pessoas e seu modo de vida e as tornamos subservientes a nós. (WAGNER, 2017, p. 43)

Os dois termos propostos pelo autor — objetividade relativa e relatividade cultural — quando combinados implicam que “a compreensão de uma cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas”. (WAGNER, 2017, p. 27) Desse modo, é importante destacar a repetição do termo “relativo”, que sugere uma relação, “mais apropriada à

conciliação de duas entidades ou ponto de vistas equivalentes do que noções como “análise” ou “exame”, com suas pretensões de objetividade absoluta” (WAGNER, 2017, p. 27). Assim, o estudo de uma cultura é a relação entre duas entidades que estão em equivalência: o eu e o Outro.

O local da prática e mediação da relação entre o antropólogo e o nativo é o trabalho de campo, em uma forma de produção criativa e por isso como um “trabalho no campo” (WAGNER, 2017, p. 45), que demanda horas de labor dedicadas à participação nas atividades locais e no desenvolvimento da etnografia. Esse envolvimento no campo implica “uma espécie de jogo onde ‘jogamos com’ nossos próprios conceitos por intermédio das vidas e ações de Outros”. (WAGNER, 2017, p. 38)

A estranheza vivida no trabalho no campo é, para Wagner, o caráter medial do antropólogo. É nesse sentido que a cultura só pode ser inventada a partir do choque cultural que, segundo o autor, é uma condição para estabelecer a ponte entre o pesquisador e o pesquisado, como um primeiro momento que faz o pesquisador perceber o contraste do Outro em relação a si. O antropólogo, nesse primeiro momento, denomina o Outro, a situação que ele estuda em termos familiares a ele mesmo, como afirma o autor:

O que o pesquisador de campo inventa, portanto, é seu próprio entendimento: as analogias que ele cria são extensões de suas próprias noções e daquelas de sua cultura, transformadas por suas experiências da situação de campo. (Wagner, 2017, p. 40).

É nesse sentido que se ressalta a importância do trabalho no campo em um processo de experimentação, mediação e aprendizagem. O pesquisador “gradualmente, no curso do trabalho de campo, se torna o elo entre as culturas por força de sua vivência em ambas”, (WAGNER, 2017, p. 28) e estabelece o lugar do eu, com mais ou menos condições especiais, capaz de mediar e traçar igualdade entre “conhecedor (que vem a conhecer a si próprio) e o conhecido (que constitui uma comunidade de conhecedores)”. (2017, p. 28) O trabalho no campo almeja uma vivência em dois ou mais mundos de vida, sem a pretensão de transcender as culturas (GOLDMAN 2008), nas quais estão esse conhecimento e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada. “Cultura, nesse sentido, traça um sinal de igualdade invisível” (WAGNER, 2017, p. 28). Por isso, todo antropólogo é

apenas um ser humano e “todo ser humano é um ‘antropólogo’, um inventor de cultura”. (WAGNER, 2017, p. 76)

Em sua obra, Roy Wagner discute “A invenção da Antropologia” (2017, p. 203) e propõe uma antropologia que “inventa cultura em vez de ‘a nossa Cultura’” (2017, p. 204) ser proposta como mediante universal. Nesse sentido o autor afirma que estudar uma cultura é na verdade estudar a “nossa cultura”, pois utilizamos de mecanismos próprios e convencionais à nossa cultura, como nossos termos, palavras, conceitos e formas para elaborar outras definições. Como afirma o autor:

Todo empreendimento antropológico situa-se, portanto, numa encruzilhada: pode escolher entre uma experiência aberta e de criatividade mútua, na qual a "cultura" em geral é criada por meio das "culturas" que criamos com o uso desse conceito, e uma imposição de nossas próprias concepções a outros povos. (WAGNER, 2017, p. 43)

A obra do autor critica a antropologia pós-moderna e os mecanismos de controle empregados pelo antropólogo tradicional que trabalha como crítico especialista, no sentido de crítico de arte, que é polido em relação ao outro. Como o próprio autor aponta, sua teoria implica o “fim da antropologia sintética” (WAGNER 2017, p. 229) como parte da cultura de grandes obras e grandes pensadores. Nesse sentido, Wagner faz a seguinte provocação:

"Vá garimpar a literatura", dizem os estadistas mais velhos e os editores de "readers" [coletâneas] cada vez mais abrangentes, "e você achará o que está procurando: tudo já foi dito antes". E, é claro, quase tudo foi. Essa amnésia acadêmica, essa obliteração da invenção por via da página impressa, equivale meramente a um teatro mais sério e institucionalizado na batalha contra a relativização cultural e a consciência da relatividade cultural que ela traz. (2017, p. 235)

Essa contraposição à antropologia pós-moderna muito se assemelha às características do campo da arquitetura, em que os profissionais atuam como uma espécie de críticos em posição de autoridade. Contudo, a crítica à forma pela qual o próprio campo se estrutura dentro da academia, e vice-versa, não significa simplesmente menosprezar ou ignorar todos os conceitos e discussões teóricas, mas contrapor-se a uma prática “que se recusa a aceitar a universalidade da mediação, que reduz o significado a crenças, dogma e certezas” (WAGNER, 2017, p. 63) e transpor a prática pela importância de um processo que “vem a significar algo mais do que mera descrição ou compreensão de um povo” (2017, p. 40).

Wagner (2011) indaga como determinados conceitos convencionados ao longo das produções acadêmicas exigem ser repensados pelo pesquisador, de modo que “essas noções parecem ter perdido seu poder de nos fazer pensar” (WAGNER, 2011, p. 968). A prática desprendida de um viés etnocêntrico e academicista só é possível a partir de uma autorreflexão na busca de uma mediação entre pensamentos distintos em suas próprias referências simbólicas. A esse respeito, o autor afirma:

Voltaire observou que se Deus não existisse teria sido necessário inventá-Lo. E eu acrescentaria, à maneira dos teólogos do Mu'tazila islâmico, que se Deus existe isso torna ainda mais necessário inventá-Lo, pois a invenção é a forma da nossa experiência e de nosso entendimento. Se temos algo a aprender com esses "iluminados" pensadores e filosofias do passado (que eram tão "ilusórios" quanto tudo ornais), é que o homem não deveria tergiversar sobre a existência ou não existência de tais ilusões, mas antes exercer seu direito categórico de escolher entre elas. (WAGNER, 2017, p. 283)

Nesse sentido, a particularidade criativa da experimentação vivenciada no campo predispõe à noção da crença. Ou seja, é importante levar a sério o que o outro diz e os conceitos que o outro cria em um mundo que não é propriamente o nosso. O antropólogo deve, portanto, se entregar para além do que se inventa do outro “e para além de qualquer coisa que possamos descobrir sobre essa invenção” (WAGNER 2017, p. 283).

A ideia de “levar o outro a sério” é extremamente significativa para a compreensão do que Wagner propõe na antropologia reversa. Para ilustrar, o autor relata um pequeno caso após sua passagem pelo Brasil, mais precisamente em Manaus, no ano de 2011. Davi Kopenawa, escritor, xamã e líder político Yanomami, questiona-o: “Você conhece a Lua de perto?”. Wagner demonstra espanto e desconforto ao não entender o que Kopenawa queria dizer com isso, ou o que queria dizer a ele. Todos os conhecimentos corriqueiros de que ele dispunha sobre a Lua, como a sua importância para a existência da vida na terra, não significavam nada para Davi. Assim, Kopenawa afirmou: “olha, quando você chegar na Lua, quando você for à Lua, vai ventar muito forte e você vai ter que se segurar”. Wagner só começou a compreendê-lo quando percebeu que ele apenas contrastava a sua própria maneira de ir à Lua com a maneira de Davi ir à Lua. Por fim Wagner afirma: “Eu acho que o Davi provavelmente foi à lua. Eu aposto que ele foi à lua” (WAGNER, 2011).



Wagner também relata outro encontro com tukanos<sup>11</sup> e a experiência com o chá de ayahuasca<sup>12</sup>. No processo de tomar ayahuasca, os nativos pintaram-lhe o corpo e demonstraram um saber secular e hierárquico. Ensinarum um saber que estava sendo colocado e traduzido para o outro, nesse caso o próprio Wagner, não mais o professor no local:

Nos entregaram uma tigela de ayahuasca e disseram: “Isso pode matá-lo. Isso pode dar alucinações. Isso pode trazer pesadelos. Você pode aceitar ou não”, e eu pensei: “Se eu não beber, estou morto. Se eu não tomar, tudo isto não significa nada”. Então, é claro que eu tomei. [...] Agora eles estão nos ensinando. Eles estão nos dando ayahuasca. Mas o que estavam expondo para nós era a dualidade entre a liderança secular e a liderança intelectual (o professor). Higinio, o índio tuyuka, estava nos ensinando. Vejo isso como antropologia simétrica ou antropologia reversa. Nossos pretensos objetos de estudo estão nos ensinando. Não estamos fazendo perguntas a eles; eles é que estão nos fazendo perguntas. Isso é muito importante. (WAGNER, 2011, p. 968)

Também é importante destacar aqui estes que vêm a ser uns dos mais formidáveis exemplos de Antropologia Reversa da antropologia brasileira: Davi Kopenawa e Ailton Krenak, ambos importantes líderes indígenas que trazem ao debate antropológico, mundialmente, seus conhecimentos e visões de mundo. Isso ocorre na obra *A queda do céu*, em que palavras de Davi Kopenawa se destacam acerca do que eles — os indígenas considerados outros — interpretam sobre nós: o homem branco, agora na posição de outro:

Se no centro desta cidade [em referência a Nova Iorque, quando por lá passavam] as casas são altas e belas, nas suas bordas, elas estão em ruínas. As pessoas que vivem nestes lugares não têm comida e suas roupas são sujas e rasgadas. Quando andei no meio delas, me olharam com os olhos tristes. Isso me dá dó. Os brancos que criaram as mercadorias pensam que são gentes engenhosas e de valor. No entanto, eles são avaros e não têm nenhuma preocupação com aqueles que, dentre eles, são desprovidos de tudo. Como eles podem pensar ser grandes homens e se achar tão inteligentes? Eles não querem saber de nada destes miseráveis que, no entanto, fazem parte deles. Eles os jogam fora e os deixam sofrer sozinhos. Eles nem mesmo os olham, e se contentam, de longe, em lhes atribuir o nome de pobres. Chegam até a tirar delas suas casas desmoronadas. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 370)

---

<sup>11</sup> O povo Tukano vive às margens do Rio Uaupés e seus afluentes. Integra inúmeras etnias, muitas das quais vivem nos territórios brasileiro e colombiano.

<sup>12</sup> O chá de ayahuasca é composto por uma mistura de plantas amazônicas, é elemento central de rituais de diversas culturas indígenas.

Esses exemplos, como ressalta Wagner (2011, p. 969), podem ser para nós — especialistas, acadêmicos, antropólogos, arquitetos — apenas “papo de alienígena”. Há um limite: “não acompanhamos o modo como eles pensam; eles não acompanham o modo como pensamos”. (WAGNER, 2011, p. 969) A Antropologia Reversa enfrenta este ponto: a distância entre essas duas maneiras de ir à Lua, por exemplo. Construir uma mediação entre esses dois mundos é o problema central da prática reversa: trata-se de imaginar o inverso das “metáforas da civilização industrial moderna do ponto de vista das sociedades tribais” (WAGNER, 2011, p. 69) e entender o carácter convencional e o “gênero pragmático da antropologia”. (WAGNER, 2011, p. 61)

Nesse sentido, a Antropologia Reversa praticada pelo outro explicita para nós os “mecanismos que empregamos de forma implícita”. (GOLDMAN, 2008, p. 210) Se, por um lado, o Outro tem que enfrentar a diferença para conseguir ser levado a sério, e não tomado como um papo de alienígena, o antropólogo precisa reconhecer a capacidade criativa do Outro e ser tão criativo quanto ele. Assim, a prática funciona como a “desmontagem de uma caixa-preta” (GOLDMAN, 2008, p. 210), no sentido de ser capaz de reconstruir os mecanismos e não apenas desvendá-los. Para finalizar, cabe ressaltar que antes de colocar a teoria em prática, cabe uma reflexão, “sobre a nova forma de conexão entre fatos e teorias que pensamentos como o de Wagner nos convidam a imaginar” (GOLDMAN 2008, p. 211), que será elaborada no capítulo a seguir.

### 3. CONSTRUINDO UMA ARQUITETURA REVERSA: uma crítica às relações culturais e simbólicas no campo da arquitetura

Como visto anteriormente, a antropologia reversa surgiu através da reflexão entre *nós e outros*, a partir de uma prática etnográfica na Melanésia, e, pode vir a causar uma percepção, como aquela citada no início do capítulo anterior - que sua abordagem ocorra apenas no contexto de sociedades indígenas ou sociedades que perpetuam sob o imaginário coletivo ocidental, como uma antropologia de um mundo muito distante à realidade contemporânea brasileira. Entretanto, essa abordagem é capaz de trazer uma perspectiva crítica aos mecanismos de invenção em vários campos de conhecimento pensados no mundo ocidental e as chamadas “sociedades complexas” (MAGNANI, 2003, p.83) da realidade urbana.

Discutir as relações contemporâneas no contexto brasileiro implica uma série de questões — no sentido de pensar fora dos padrões americanos e europeus que dominam grande parte dos conceitos clássicos das áreas de conhecimento, e, dessa forma, a dicotomia “nós versus outros” e o termo “cultura” ganham uma dimensão tênue e até mesmo conflituosa. Neste âmbito, a antropologia urbana lida com este desafio: trabalhar com a teoria e metodologia da disciplina aplicado a outro recorte – a cidade contemporânea (MAGNANI, 2003).

O sentido do termo cultura na contemporaneidade trouxe consigo “um sentido sala de ópera”, como uma metáfora para criar uma “imagem de controle, refinamento e domesticação do homem por ele mesmo. Desse modo, nas salas de estar dos séculos XVIII e XIX falava-se de uma pessoa cultivada” (WAGNER, 2017, p. 48), dando a ideia da personalidade como algo natural, que possa ser cultivado a partir de alguém que *tenha* cultura. Contrária a essa definição, a abordagem antropológica do termo cultura passou a ser repensada do individual para o coletivo, como aperfeiçoamentos gerais do homem (WAGNER, 2017).

Wagner (2017, p. 50) ressalta que o termo cultura carrega um peso simbólico, como quando falamos de centros culturais. Esses centros remetem, no imaginário coletivo, a locais como museus, bibliotecas, teatros e templos que são feitos por e para quem é suficientemente qualificado — aquele que é cultivado. As instituições culturais protegem e sustentam a continuidade do refinamento do homem como conquistas “preservadas (em instituições), ensinadas (em outras instituições) e ampliadas (em instituições de pesquisa) mediante um processo cumulativo de refinamento”. (WAGNER, 2017, p. 51) Como ressalta o autor:

É nesses santuários especializados, mantidos à parte da vida cotidiana por regulamentos especiais, subsidiados por fundos especiais e cuidados por pessoal altamente qualificado, que os documentos, registros, relíquias e corporificações das mais altas realizações humanas são preservados e a "arte" ou "cultura" é mantida viva. (WAGNER, 2017, p. 51)

Os itens preservados como cultura possuem um sentido amplo, porém restrito do conhecimento, assim como ideias, técnicas, fórmulas e teorias figuram como preservação da “soma do ‘conhecimento’ tal como o conhecemos” (WAGNER, 2017, p. 52). Quando um arquiteto elabora um projeto arquitetônico, ele utiliza de seus conhecimentos e habilidades adquiridas por uma “educação”; assim como um encanador, para trocar um cano, utiliza de um complexo de técnicas e tecnologias que serão levadas adiante em um processo adquirido como trabalho (WAGNER, 2017). É a partir do trabalho que a produtividade da cultura adquire significado e se encaixa nos termos monetários capitalistas:

Essa produtividade, a aplicação e implementação do refinamento do homem por ele próprio, consiste no foco central de nossa civilização. Isso explica o alto valor atribuído à "Cultura" no sentido restrito, marcado, "sala de ópera", pois ela representa o incremento criativo, a produtividade que cria trabalho e conhecimento ao fornecer-lhes ideias, técnicas e descobertas, e que em última instância molda o próprio valor cultural. (WAGNER, 2017, p. 52)

É importante ressaltar que o conceito de cultura enquanto refinamento carrega politicamente e ideologicamente um *status* classificatório e discriminatório dos indivíduos em sociedade, dividindo aqueles que são cultivados e os que não são. Esse processo ocorre em função das relações de alteridade criadas pelo capitalismo em nossa sociedade. Como Ressalta Sahlins (1997, p. 44) “o (pre)conceito chamado de “cultura” — juntamente com seu irmão gêmeo intelectual, a raça — foi gestado no interior das relações de produção da Europa Ocidental do início da época moderna”. De acordo com Young, a cultura leva consigo “os estigmas do capitalismo, repetindo e manifestando os conflitos estruturais do sistema de classes que a produziu” (YOUNG, 1995, p. 53 apud SAHLINS, 1997, p. 44).

O arquiteto historicamente se apresenta como um prestador de serviços para as classes dominantes a partir das demandas do capital, de forma que o trabalho do profissional reforça o estilo de vida das elites. Stevens (2003) afirma que o próprio campo arquitetônico alimenta a bagagem ideológica da arquitetura sob a perspectiva da profissão enquanto arte na produção de bens simbólicos para consumo restrito, e

assim classifica a arquitetura enquanto um componente de refinamento cultural. A análise do autor possibilita um entendimento sobre as relações de poder e questões culturais próprias ao campo de Arquitetura e Urbanismo, pois reforça que esta percepção da arquitetura é construída desde sua formação.

De acordo com Stevens (2003), durante a formação do profissional da arquitetura é favorecido aquele que tem uma visão artística, com senso apurado para estética e desenho, ou seja, aquele que já pertence a um determinado círculo social e cultural. Contudo, esse perfil é atribuído como um dom, como se fosse possível nascer com essas características já enraizadas, ignorando as convenções do próprio meio social e do contexto cultural. Há, portanto, uma predisposição em favorecer os indivíduos que já são inseridos nas classes privilegiadas, em um “sistema que privilegia os privilegiados” (STEVENS, 2003, p. 216), uma vez que “seu *habitus*<sup>13</sup> os provê com uma sensibilidade intuitiva para o jogo que querem jogar” (STEVENS, 2003, p. 93). Nesse sentido o autor destaca:

A noção de que se nasce com dons naturais completamente independentes do privilégio de ser privilegiado por sua classe social é a “ideologia do talento” e não há campo em que tal crença seja mais forte do que em arte e arquitetura. (STEVENS, 2003, p. 223)

O ensino da arquitetura reforça as convenções das classes privilegiadas formando arquitetos que reproduzem os símbolos e as convenções culturais das classes dominantes, onde devem ser cultos, ditadores da estética e únicos capazes de criar edifícios e transformar o espaço (STEVENS, 2003). Desta forma o próprio arranjo tradicional na formação do profissional cria arquitetos preocupados com a liberdade de criar projetos dotados de conceito e apreciados enquanto bens culturais, artísticos e simbólicos. O arquiteto ocupa um status cultural dado desde sua formação, que se estende ao seu campo de atuação, posicionando-o frente aos valores culturais de uma sociedade que qualifica aqueles que possuem o dom dos símbolos já dispostos como cultivados superiormente.

Stevens (2003) também ressalta que a formação do arquiteto se desdobra para além da produção de conhecimento, na produção do próprio ser, como uma validação de um determinado *habitus* que inclui os trejeitos de se portar como um

---

<sup>13</sup> *Habitus* é um dos conceitos fundamentais da teoria de Bourdieu. Stevens (2003), amparado dos fundamentos teórico metodológicos de Bourdieu, define o *habitus* como “um conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinadas maneiras e é o produto final do que a maioria das pessoas chamaria de socialização e enculturação” (STEVENS, 2003, p.70).

arquiteto. Assim, a formação do profissional tem como cerne a própria cultura arquitetônica e a valorização do profissional enquanto um agente diferenciado, com “capital cultural refinado”, dotado de bom gosto e superior aos outros (STEVENS, 2003, p. 215). Neste sentido o autor ressalta:

Dizer que alguém é um arquiteto não é dizer apenas que possui um certo tipo de diploma ou que pode projetar edifícios, é dizer que possui um determinado conjunto de atitudes, gostos e disposições, todos formas de capital cultural que distinguem um arquiteto de um mero construtor (STEVENS, 2003, p. 97).

Nessa ótica, uma das principais funções do sistema de ensino da arquitetura é produzir instrumentos de valorização em um “discurso que permite rotular alguns edifícios e arquitetos como importantes e outros não” (STEVENS, 2003, p. 241). Uma vez que o próprio ensino tem interesse em preservar o capital simbólico e cultural acumulado no campo da atuação do profissional, podemos afirmar que as relações de poder e controle tentam ser mantidas a todo custo, tanto dentro do campo, quanto do campo em relação às outras camadas sociais.

Toda essa conjuntura forma um profissional que ignora o caráter político e social da arquitetura. É importante ressaltar que essa estrutura do campo ocorre de maneira naturalizada, como um mecanismo de proteção e manutenção dos privilégios, próprio de uma instituição que privilegia os privilegiados também por simplesmente ignorar seus próprios privilégios:

O projeto profético, que busca mudar a estrutura do campo, está necessariamente em oposição aos esforços do sistema educacional, um sistema que tem entre suas funções cruciais a preservação do capital simbólico acumulado do campo. Na condição de conservador do capital social da sociedade, o sistema educacional necessariamente muda muito devagar [...] (STEVENS, 2003, p. 246)

Ainda nesse sentido, o próprio campo da arquitetura atua para ressaltar as diferenças de classe que mantêm as desigualdades. A manutenção dos privilégios do campo ocorre de maneira tão eficaz que os menos favorecidos recusam a arquitetura e se excluem também, ao dizer “isso não é para mim” (STEVENS, 2003, p. 80), como as moradoras das ocupações que não compreendiam o que uma arquiteta faria naquele lugar. Paralelamente, como já dito, o campo faz parte de um processo de refinamento cultural, servindo como posição ou *status* que separa aqueles que detêm o “saber” acadêmico dos que vivem “incultos”. Assim, como afirma Zaluar (1985, p. 12) os Outros são “duplamente excluídos por serem ‘outros’ e por serem ‘incultos’ e

‘perigosos’, os pobres urbanos vivem, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização”.

O questionamento compartilhado pelos profissionais da arquitetura que não concordavam com uma “arquitetura feita para pobres”, como citado no início desta dissertação, ilustra como o funcionamento do próprio campo mantém as imposições de domínio sob as camadas sociais. O termo invasão é utilizado como símbolo que reforça as relações de poder, mantendo as imposições culturais entre o “bárbaro e o civil(izado)” (SAHLINS, 1997), o que faz parte de um longo processo de estigmatização dos pobres (ZALUAR, 1985).

Cabe lembrar aqui a pesquisa do CAU citada no primeiro capítulo desta dissertação, na qual se constata que 85% da população brasileira que já construiu ou reformou algum imóvel, não contou com serviços de arquitetos ou engenheiros (CAU/BR 2015). Ainda assim, a parcela atribuída à ilegalidade recai apenas sobre a população pobre. O processo de diferenciação é perpassado também pelo espaço urbano, como afirma Zaluar: “quer queiramos, quer não, esta separação já está embutida nos rituais de dominação de classe que incluem um rigoroso afastamento do local de moradia dos pobres”. (1985, p. 12)

Os símbolos próprios das relações de domínio nas camadas sociais são reproduzidos e reforçados dentro do campo da arquitetura e do campo em relação às camadas sociais, como visto até aqui. Nesse sentido, dentro do campo da arquitetura o pobre — o Outro, exótico e inculto — não possui lugar, não é capaz de dizer sobre o lugar que ele próprio ocupa e com isto ser protagonista de sua própria história. Dessa forma, esses indivíduos são ignorados dentro do campo enquanto atores políticos (ZALUAR, 1985).

Os símbolos – como a forma de se portar do arquiteto e o desenho técnico codificado – fazem parte das convenções culturais próprias do campo de conhecimento da arquitetura que reforçam a figura do arquiteto enquanto o único capaz de “diagnosticar” e “tratar” o espaço, deslegitimando as percepções alheias, que “parecem ter sido vítimas da nossa pressa de marcar posições e nos distinguirmos, como elite, com as marcas já purificadas do que rejeitamos como menor, inferior, inculto...” (ZALUAR, 1985, p. 35). Assim, os “símbolos têm a função de sinais diacríticos que marcam as diferenças entre pessoas e grupos na lógica da



inclusão/exclusão, oposição/correlação, compatibilidade/incompatibilidade” (ZALUAR, 1985, p. 57).

A inquietação pessoal que motivou este trabalho me levou ao estranhamento com o campo da arquitetura, familiar a partir de minha formação. Com a discussão antropológica foi possível perceber a necessidade de reconhecer quais são as limitações existentes na construção do melhor caminho para uma relação entre equivalentes (eu e Outro), em um processo de mediação e experimentação. Somente a partir dessa relação entre equivalentes seria possível propor uma Arquitetura Reversa como contraposição à prática atual, para reconhecer a capacidade do Outro, colocá-lo em pé de igualdade e assim desvelar o saber científico do arquiteto como mecanismo simbólico de poder e dominação.

A proposta de Arquitetura Reversa busca dar voz ao Outro, em grande maioria tratado como um “genérico qualquer”, mas que é composto sempre por pessoas “muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades, e sobretudo, agência e criatividade” (GOLDMAN, 2003, p. 456). Esse processo não ocorre por caridade, mas pela seriedade e pela “convicção das coisas que eles [os outros] têm a dizer” (URIARTE, 2012, p.05). A construção dessa prática envolve ser afetado (GOLDMAN 2008), partindo da busca de autoconsciência daquilo que somos e daquilo que representamos. Isso permite compreender as inquietações do Outro e buscar, a partir do olhar alheio, uma outra forma de compreender o território. Por fim compreender que:

O mundo não se divide em devotos e supersticiosos; que há esculturas nas selvas e pinturas nos desertos; que a ordem política é possível sem o poder centralizado /.../ que vemos a vida dos outros através das lentes que nós próprios polimos e que os outros nos veem através das deles”. (GEERTZ, 2001, p. 66)

A prática reversa só é possível a partir do reconhecimento da cultura e da capacidade criativa do Outro, sem atribuí-la à criatividade que o arquiteto pratica, ou seja, reconhecer a criatividade a partir dos seus próprios termos. No que diz respeito à produção do espaço urbano, é necessário recusar o padrão de diagnóstico-solução e as análises próprias no campo de atuação que afirmam o arquiteto enquanto técnico dotado do saber científico, por isso capaz de uma compreensão absoluta. Uma vez que a prática reversa no campo reconheça a capacidade criativa do Outro, ela deve se aproximar de um processo de experimentação, mediação e aprendizagem, no qual

o arquiteto se entenda enquanto profissional com mais ou menos condições especiais, sobre o discurso do nativo, capaz de mediar e traçar igualdade entre conhecedor e o conhecido (WAGNER, 2017).

Assim, a proposta de uma Arquitetura Reversa consiste em uma forma de transpor os símbolos convencionados em uma experimentação e em uma mediação que reconheçam no Outro, que mora e ocupa, a capacidade de conhecer, compreender e agir no território. Para tal, a leitura do território (MORADO NASCIMENTO *et al.*, 2019) contrapõe a prática de diagnóstico, colocando em paralelo o saber científico a partir do olhar inventivo e criativo do Outro. Assim, cabe à prática reversa ser libertadora, no sentido de ampliar o direito à cidade e, assim, entender os territórios para além da legalidade ou ilegalidade, compreendendo-os como forma possível no contexto cultural e nas condições existentes.

Colocar o Outro no mesmo nível e ler o mundo por esse viés se apresenta como possibilidade democrática da produção da cidade, desconstruindo a compreensão da prática arquitetônica vinculada a um saber elitista e/ou supérfluo das classes dominantes. Assim, a Arquitetura Reversa repensa as convenções enraizadas na prática arquitetônica.

Por fim, a proposta de Arquitetura Reversa não consiste em uma simples substituição da prática existente, ou em um discurso teórico utópico, mas sim na construção de fissuras, conceito apresentado por Holloway (2013). O conceito de fissuras é baseado na dialética da inadequação, um movimento de “negação-criação” que coloca em xeque as bases de legitimação das relações de poder. Ao construir uma contraposição à prática e recusar a lógica vigente, colocamo-nos de frente com a oportunidade e, principalmente, com a responsabilidade de desenvolver nossas próprias capacidades para assumir o controle de nossas vidas e nossa própria dignidade (HOLLOWAY, 2013).

O “rompimento” (HOLLOWAY, 2013, p. 10) capaz de produzir a fissura não parte exatamente da tomada de consciência de sua necessidade, mas da sensibilidade, inquietação ou rebeldia que surgem a partir de pequenas ações das milhões de pessoas no mundo, diariamente desafiadas pelas condições do modo capitalista de produzir a própria existência. As fissuras no capitalismo condizem com enunciar como as mudanças sociais podem estar atreladas na própria luta pela existência. Assim, as ocupações urbanas, favelas, vilas e toda a parcela da população

que vêm buscando resolver os problemas habitacionais pela autoconstrução e a ocupação são fissuras no modo de existir na sociedade contemporânea dentro da lógica neoliberal.

Holloway (2013, p. 19) demonstra que “os poderosos dependem dos desapoderados”; os operários manifestam a verdadeira relação de poder ao falarem “não” para o patrão: “o senhor depende dos seus servos, o capitalista depende do trabalhador que cria o seu capital” (2013, p. 19). A real potencialidade das fissuras está na possibilidade de se criar uma alternativa contrária à lógica da subordinação, quando a negação, o ato de não mais servir, se transforma em possibilidade de desenvolver algo novo e de não aceitar novos termos de negociação que levarão a cair em novas condições de servidão.

A discussão tomada pelo autor é tão simples quanto utópica, o que torna a ideia fácil de ser romantizada: se o mundo que existe, tomado pelas formas de produção do capital, é produzido pela atividade humana, para mudá-lo devemos parar de fazê-lo do modo atual e fazê-lo de outros modos. Nas palavras do autor, aprofundando a discussão em uma leitura marxista a respeito da lógica de produção capitalista, “se nós a produzimos, podemos rompê-la” (HOLLOWAY, 2013, p.95). Não se trata de desenvolver a nova política ou nova economia, pois não parece ser possível destruir o capitalismo lutando com suas estruturas mais sólidas; percebemos a necessidade de um novo fazer, não subordinado à lógica do capital.

As pequenas revoltas, gritos ou inquietações podem produzir um “efeito de contágio” eficaz na produção das fissuras. Assim, podemos ressaltar a importância de essas fissuras não serem absorvidas pelo sistema de relações dominantes, e da ideia de que “a totalidade não deve vir de cima” (HOLLOWAY, 2013, p. 197), como uma ordem imposta. A revolução consiste na necessidade de se superar o capital sem fazer uso das forças que este utiliza, pensando que lógicas não formais ou não institucionalizadas podem propiciar a formação de uma fissura capaz de ressoar. Portanto, espera-se que os questionamentos e as críticas ao próprio campo, desenvolvidas até aqui possam se expandir e fissurar o campo da arquitetura.

Baseado na discussão teórica desenvolvida até aqui, o conceito de Arquitetura Reversa propõe compreender o território por meio do olhar do Outro e das definições criadas por eles mesmos. A estratégia de pesquisa que sustenta esse conceito parte de uma etnografia, pois só por ela seria possível realizar uma leitura do

território pelo Outro, rompendo as barreiras limitadas pelo campo da arquitetura, como discutido até aqui.

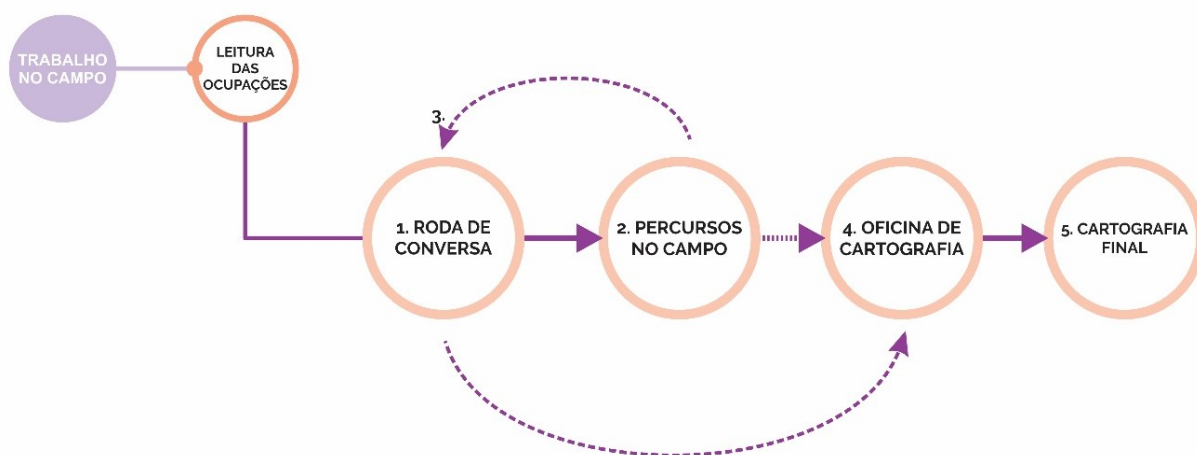
## 4. TRABALHO NO CAMPO

A luz da discussão teórica elaborada até aqui, o trabalho no campo pretende desenvolver uma leitura do território das ocupações a partir de um desvio etnográfico baseado nas narrativas das moradoras. A leitura do território pretende ser construída no território durante percursos previamente definidos, onde serão feitos registros de imagem e áudio das falas das moradoras.

O caminho metodológico foi previsto — não com a pretensão de ser seguido exclusivamente, e sim como um caminho do pensamento para direcionar a leitura do território — tal como ilustrado no diagrama abaixo (Figura 3), com as seguintes etapas no campo: (1) roda de conversa com moradoras para definir os percursos; (2) percursos no campo; (3) roda de conversa; (4) oficina de cartografia com as moradoras; e (5) cartografia final da leitura das ocupações.

**Figura 3 - Caminho metodológico**

Fonte: Próprio autor (2020)



As surpresas que ocorreram durante o trabalho no campo levaram a pesquisa a um caminho alternativo. Essa mudança ocorreu, primordialmente, em consequência do envolvimento das moradoras no trabalho. Posteriormente, o caminho precisou ser revisto devido ao isolamento social, necessário como medida preventiva ao enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o que impossibilitou as últimas idas ao campo. Esse processo será descrito no desenvolvimento deste capítulo.

Antes de iniciar a discussão a respeito do trabalho no campo e das ocupações urbanas, procuro fazer o exercício de olhar para trás, com referência ao

capítulo “Olhando para trás”, do livro *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (1996). Para isso, é necessário criar uma breve contextualização da região e da cidade de Timóteo e reconstruir as informações históricas documentais e o Reverso, contado pelas moradoras das ocupações urbanas.

#### **4.1 Olhando para trás: O histórico e o Reverso a partir das ocupações urbanas**

As ocupações se iniciaram no dia 24 de março de 2012, de forma “espontânea”<sup>14</sup> em um terreno público localizado na rua Massaranduba e em poucas horas todo o território foi ocupado. Assim a ocupação foi se expandindo para outros terrenos: à medida que um terreno se ocupava, as pessoas que chegavam se organizavam para ocupar outro terreno vazio próximo, seguindo a margem do córrego que atravessa a região. No mesmo dia sete terrenos vazios foram ocupados formando as ocupações: Massaranduba, ocupação da Igreja Católica, Bálamo, Pingo de Riga, ocupação da rua Canela, ocupação do Macuco e ocupação do Posto. Foram ocupados um total de sete terrenos vazios, distribuídos nos bairros Recanto Verde, Limoeiro e Macuco. Não foi realizado nenhum cadastro ou levantamento durante a ocupação inicial, mas as moradoras acreditam que aproximadamente seiscentas famílias participaram das ocupações. Atualmente, a área dos terrenos ocupados são aproximadamente: Ocupação Massaranduba 28.800m<sup>2</sup>, Ocupação da Canela 3.900m<sup>2</sup>, Ocupação do Posto 4.500m<sup>2</sup>, Ocupação da Igreja 3.800m<sup>2</sup>, Ocupação Da Rua Pinho de Riga - 14.000m<sup>2</sup>, Ocupação da Rua Balsamo 2.700m<sup>2</sup> e Ocupação Macuco 37.000m<sup>2</sup>.

Logo que se iniciou o processo de ocupação, os fiscais da Prefeitura Municipal de Timóteo (PMT) monitoraram junto à Polícia Militar (PM) as ações das moradoras, até ser movida a primeira ação de despejo. As moradoras foram orientadas a procurar as Brigadas Populares (BP) e o Coletivo Margarida Alves em Belo Horizonte. Desde então as organizações passaram a acompanhar os processos

---

<sup>14</sup> O conceito de “ocupação espontânea” é comumente utilizado na arquitetura para distinguir as ocupações daquelas que são anteriormente organizadas em parceria com movimentos sociais através de estratégias específicas. As ocupações de Timóteo não foram organizadas ou planejadas pelas Brigadas Populares e o Coletivo Margarida Alves, porém, no decorrer do processo e da expansão dos territórios, foram se organizando politicamente.

judiciais e a auxiliar no desenvolvimento das ocupações, que começaram a se organizar de forma conjunta.

As informações a respeito das ocupações serão apresentadas posteriormente. De antemão, cabe contextualizar que as ocupações estão localizadas na Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) a 217,9 km de Belo Horizonte. A região faz parte da mesorregião do Vale do Rio Doce e é formada por Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo. Atualmente, os 24 municípios que integram seu Colar Metropolitano (Figura 4) são: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguaráçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo-d'Água, São João do Oriente, São José do Goiabal, Sobrália e Vargem Alegre.

**Figura 4 - Região Metropolitana do Vale do Aço e Colar Metropolitano**

Fonte: Próprio autor (2019)





Como o próprio nome diz, a região tem sua história marcada pela industrialização e possui características muito próprias desse histórico de formação. O primeiro marco para o surgimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) foi a implantação da Estrada de Ferro ao longo do Rio Doce e do Rio Piracicaba, no início do século XX, definindo o que veio a ser um primeiro esboço do Vale do Aço (BARBOSA, 2010, p. 48). A “espinha dorsal” (QUECINI, 2007, p. 120), formada pela EFVM e posteriormente acompanhada pela BR 381, atravessa e conecta os três municípios, em um nítido processo de conurbação (MONTE-MÓR; DRUMMOND, 1974) seguindo o eixo central.

A implantação das principais áreas industriais seguiu o mesmo eixo, dando início ao surgimento das siderúrgicas de carvão mineral e à instalação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1935. Em 1944 foi fundada, em Timóteo, a Companhia de Aços Especiais de Itabira Ltda. — ACESITA e, posteriormente, em 1950, a USIMINAS, em Ipatinga. Em 1974 foi inaugurada a Celulose Nipo-Brasileira — CENIBRA, localizada próximo à BR 381 e à EFVM, a 15 km da sede do município de Belo Oriente, no Distrito de Perpétuo Socorro.

As áreas urbanas implantadas pela indústria se estenderam, transformando o tecido urbano de acordo com as condições das formas de produção exigidas pela dinâmica industrial (MONTE-MÓR; DRUMMOND, 1974). Foram criados bairros operários para abrigar os trabalhadores das siderúrgicas, que, no entanto, foram insuficientes para atender às demandas da população, atraída pelo discurso de “progresso” e pelas propostas de emprego da região (BARBOSA, 2010). As áreas pertencentes às usinas em regiões mais próximas à sua localização foram desenvolvidas com infraestruturas para atender aos altos cargos industriais.

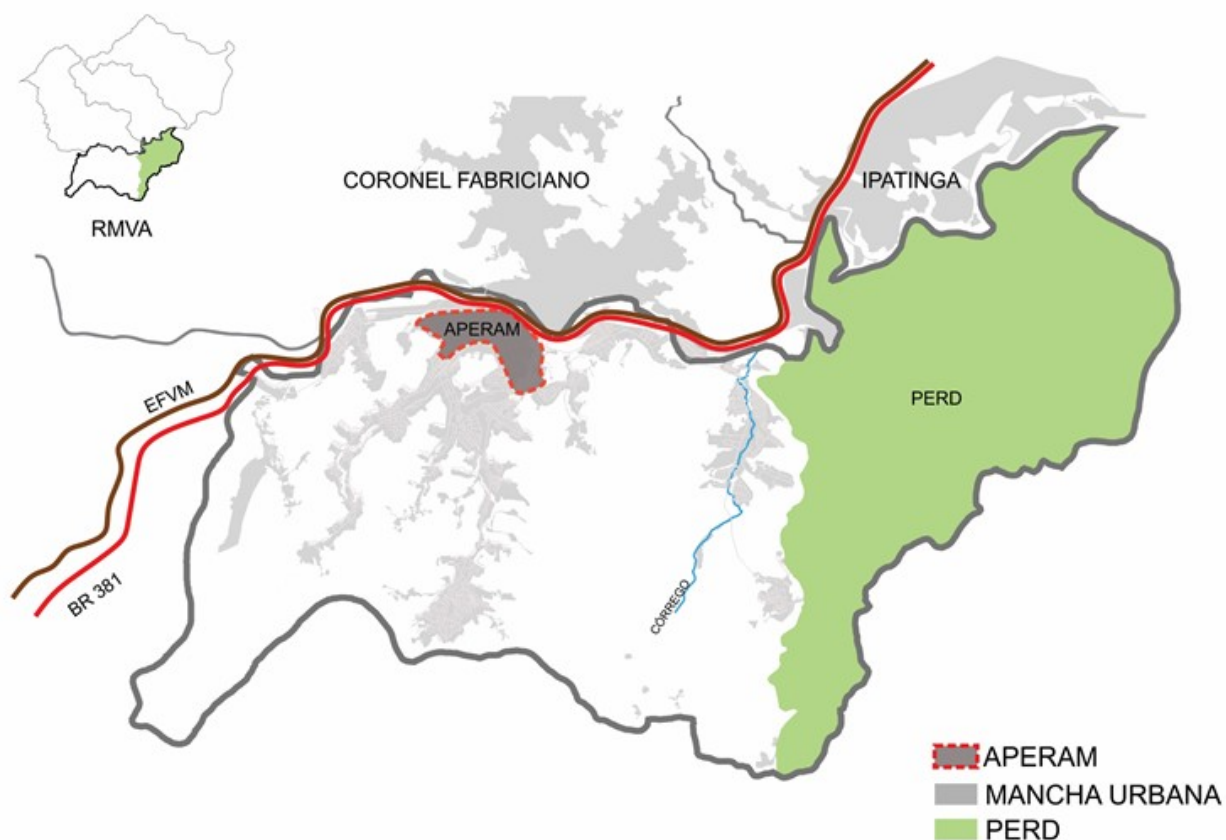
Os municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga apresentam uma dinâmica de dependência entre si: Timóteo e Ipatinga foram desenvolvidas pelas siderúrgicas como local de trabalho e moradia para aqueles contemplados pela “cidade operária” (BARBOSA, 2010). Coronel Fabriciano se transformou em um centro de atividades polarizadas, como comércio, prestação de serviços, hospital etc. As relações de interdependência entre as cidades ultrapassam a continuidade física da malha urbana, tendo como exemplo a formação do bairro Amaro Lanari — em Coronel Fabriciano —, destinado a funcionários da Usiminas, de Ipatinga; o Distrito Industrial

de Ipatinga, localizado em Santana do Paraíso e a usina, separada de Coronel Fabriciano, no limite entre essa cidade e o município de Timóteo.

Timóteo possui 17,4% de seu território em áreas não ocupadas, pertencentes à usina e outros 43% compostos por Mata Atlântica remanescente, situada no Parque Estadual do Rio Doce (PERD), a maior área verde dentro os municípios da RMVA (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014, p. 4). O início das obras de construção da Companhia Aços Especiais de Itabira (ACESITA), posteriormente nomeada de ArcelorMittal Inox Brasil e atual Aperam South America, conduziu à formação da cidade que, aos poucos, foi sendo construída pela própria usina.

**Figura 5 – Timóteo**

Fonte: Próprio autor (2019)

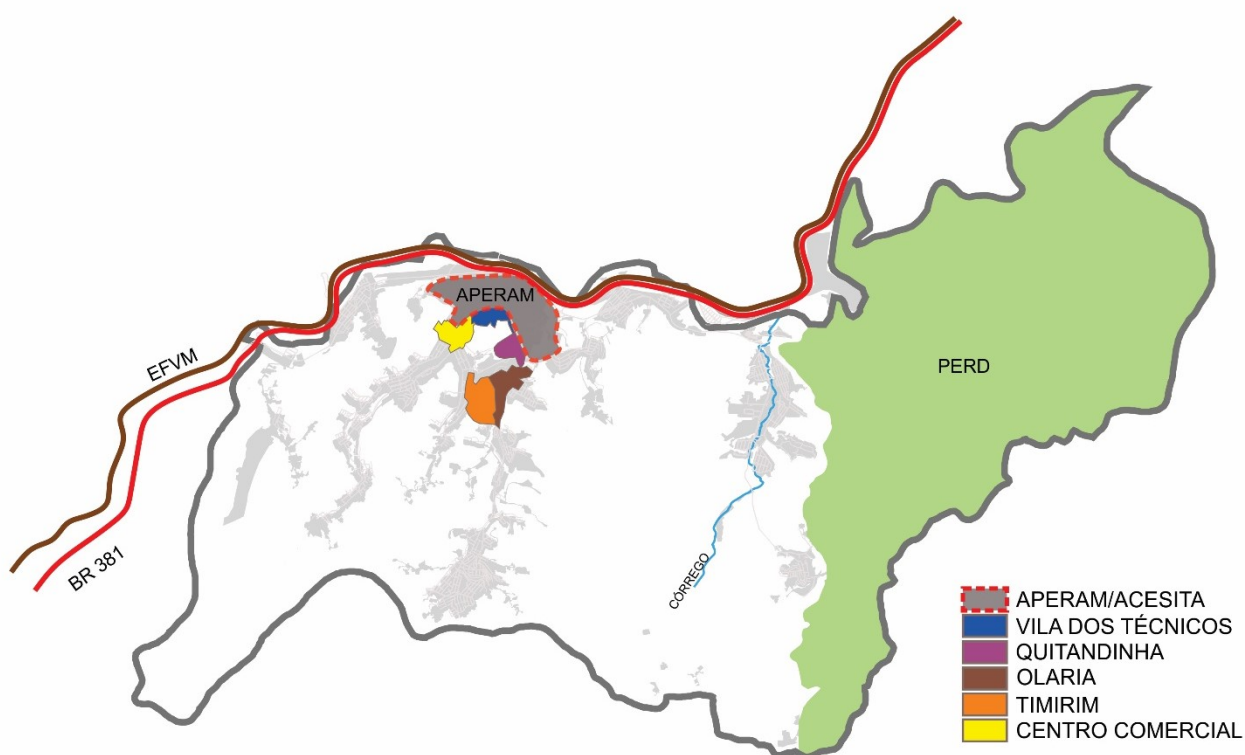


Desde o início da formação de Timóteo, pôde-se observar a intenção de se estabelecer uma estrutura para dar apoio à indústria. As primeiras moradias construídas localizavam-se o mais próximo possível de sua sede (QUECINI, 2007).

Os primeiros bairros operários foram apelidados de Mundo Vira, Vai quem Quer e Vila dos Caixotes, por serem formados de “casas de pau-a-pique, madeira e caixote dos equipamentos importados dos Estados Unidos” (QUECINI, 2007, p. 153). O bairro Quitandinha, construído pela usina, abrigava o escritório e a escola da siderúrgica para capacitar novos trabalhadores. Outros bairros foram sendo ocupados e constituídos de mercados, cinema, capela e galpões. Já no bairro Algodão foram construídas centenas de pequenos barracões para abrigar os funcionários (BARBOSA, 2010).

**Figura 6 – Primeiros bairros industriais de Timóteo**

Fonte: Próprio autor (2019)



Os bairros construídos a partir da década de 1950 seguiram diretrizes de um projeto urbano contratado para priorizar a construção de uma vila operária. Na mesma década, o Banco do Brasil assumiu o controle da companhia ACESITA, seguido por um forte discurso de progresso nacionalista desenvolvimentista, movido pelo contexto histórico brasileiro com o presidente Juscelino Kubitschek. Nessa conjuntura, a empresa passou a ser comandada pelo general Macedo Soares, que

priorizou a condição de a cidade e a indústria não se distinguirem. Acompanhado pelos discursos de desenvolvimento e melhorias, o período foi marcado pela criação da escola de desenvolvimento profissional e de escolas técnicas para reprodução de mão de obra específica necessária para o funcionamento da indústria. (QUECINI, 2007)

O município passou a receber mais novos habitantes, continuando a crescer e ampliar a mancha urbana. A partir de 1964, passando por um momento de crise financeira, a indústria adotou a estratégia de “abrir a cidade” e disponibilizou para venda, por meio de financiamento aos operários, as casas construídas pela indústria. Esse fator, somado a inúmeros interesses políticos, marcou o momento de grande importância para a separação entre a cidade e a indústria, reforçando a emancipação de Timóteo do município de Coronel Fabriciano, no mesmo ano.

A emancipação política de Timóteo foi marcada por diversas reivindicações, tanto contra quanto a favor. A prefeitura, criada para administrar a cidade, ainda contou com apoio da usina em serviços públicos por alguns anos, até se estabilizar. A administração pública passou a ganhar destaque apenas na década de 80, ao pensar a relação da cidade e da usina em dois aspectos: físico e psicológico (QUECINI, 2007). A cidade passou a se desenvolver e crescer para além da usina, criando, nesse contexto, uma nova relação entre usina (enquanto espaço privado) e Estado (cidade, local do espaço público). A administração municipal passou a conscientizar os moradores, no intuito de criar uma "integração psicológica entre os dois núcleos [cidade e usina]" (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014, p.45).

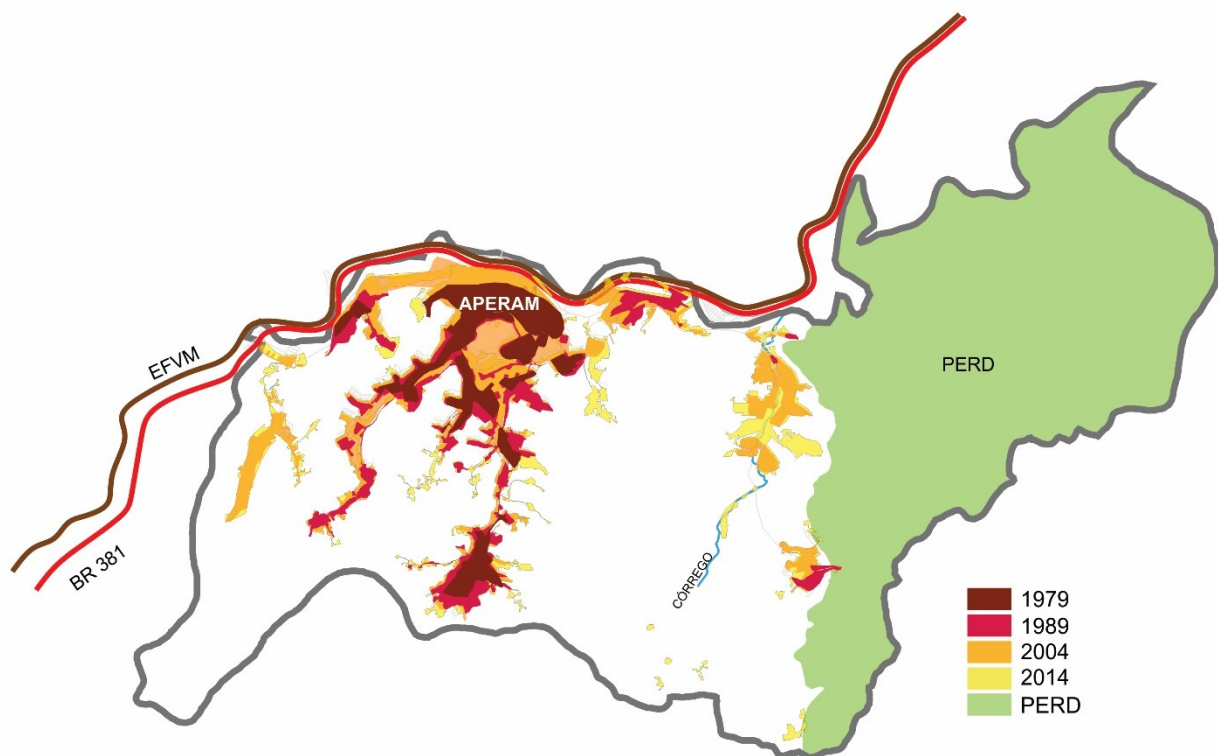
Nas décadas seguintes, a ACESITA sofreu inúmeras modificações, inclusive passando a se chamar ArcelorMittal Inox Brasil em 2007, tendo seu nome alterado novamente em 2011, para Aperam South America, hoje responsável por maior parte da economia da região. A indústria e o centro da cidade ainda são chamados, principalmente pelos moradores mais antigos, de ACESITA, remetendo a área industrial.

A siderúrgica, proprietária da maior parte das terras do município, produziu uma forma de regulação sobre a expansão urbana a partir da usina (BARBOSA, 2010), como pode ser observado na figura 7. A parcela da população que não possuía direitos a benefícios, como morar nos bairros siderúrgicos ao redor da usina, resolvia os problemas de moradia por meio da ocupação nos locais mais distantes da região

central, principalmente no chamado setor 7 do município, em bairros como Recanto Verde, Macuco e Limoeiro, próximo ao PERD, e em topografias de maiores declividades (UNILESTE, 2014).

**Figura 7 – Evolução urbana de Timóteo**

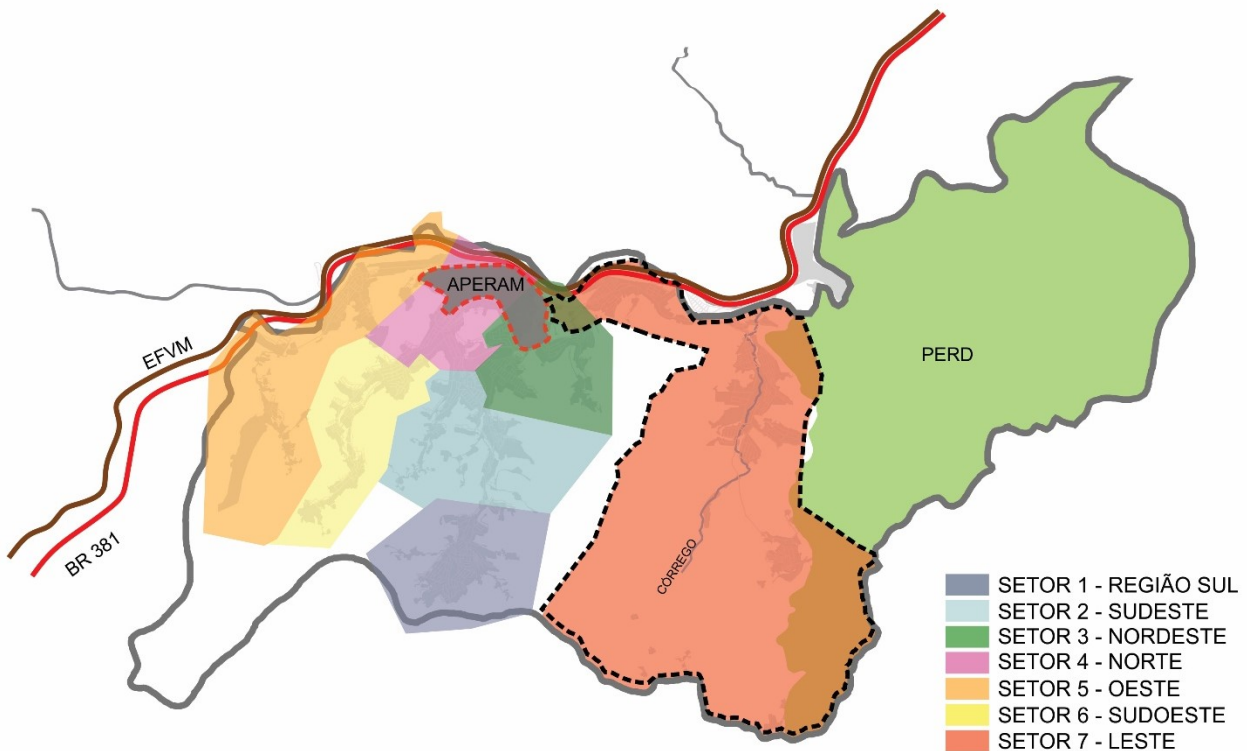
Fonte: Próprio autor (2020)



Esse histórico acabou gerando na cidade de Timóteo o surgimento de duas centralidades: uma localizada no setor 7, como pode ser observado na Figura 8, distante da siderúrgica e com menos infraestrutura, e a outra construída em volta da siderúrgica, com infraestrutura e serviços. Na década de 1990 os bairros próximos à região central passaram a se integrar mais com seu entorno, disposto de mais recursos e serviços disponíveis, fazendo com que eles também se tornassem mais caros, o que transformou as regiões do setor 7 e, principalmente, o bairro Macuco, uma alternativa possível para a chamada população de “baixa renda” (QUECINI, 2007).

**Figura 8 - Setores de Timóteo**

Fonte: Próprio autor (2020)



É exatamente nessa região do setor 7 que se encontram as ocupações urbanas, distribuídas nos bairros Recanto Verde, Limoeiro e Macuco, ao longo do córrego que atravessa a região. O processo se iniciou na rua Massaranduba (figura 9), localizada no bairro Recanto Verde, em uma área mais próxima ao PERD. Esse foi o primeiro território ocupado, dando início às outras ocupações.

A figura 10 apresenta as áreas ocupadas, identificadas por características contrastantes em comparação à mancha urbana no entorno, representada por imagens de satélite, nas quais é possível visualizar diferentes elementos de densidade e características construtivas. Das áreas ocupadas, apenas a ocupação conhecida como “Ocupação do posto de gasolina” está em um território supostamente particular, uma vez que, o “dono” ainda não comprovou a posse das terras. As demais ocupações estão em áreas de domínio público.



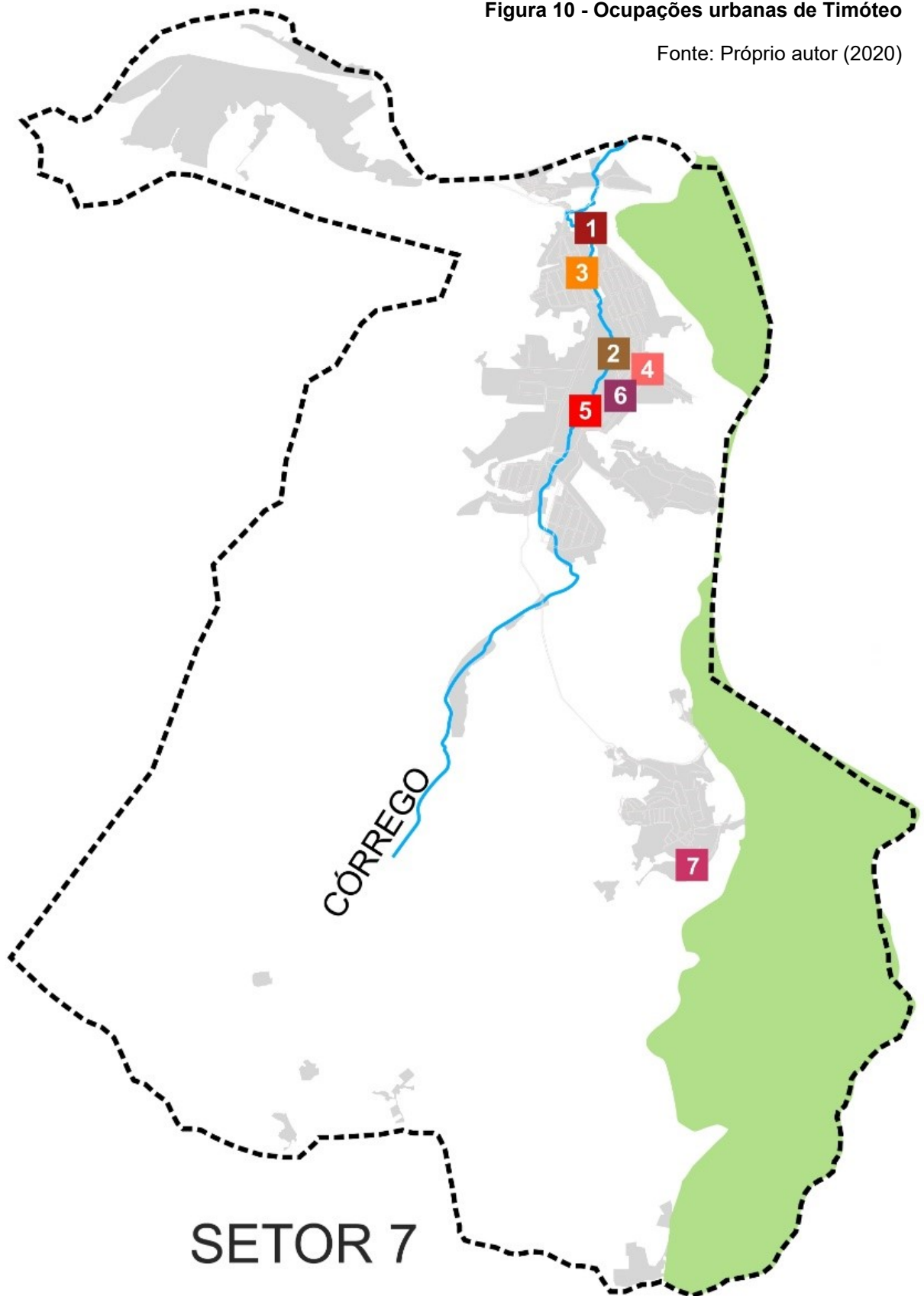
**Figura 9 – Ocupação Massaranduba**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



Figura 10 - Ocupações urbanas de Timóteo

Fonte: Próprio autor (2020)







**1** OCUPAÇÃO MASSARANDUBA  
28.800m<sup>2</sup>



**2** OCUPAÇÃO DA CANELA  
3.900m<sup>2</sup>



**3** OCUPAÇÃO DO POSTO  
4.500m<sup>2</sup>



**4** OCUPAÇÃO DA IGREJA  
3.800m<sup>2</sup>



**5** OCUPAÇÃO DA RUA PINHO  
DE RIGA - 14.000m<sup>2</sup>



**6** OCUPAÇÃO DA RUA BALSAMO  
2.700m<sup>2</sup>



**7** OCUPAÇÃO MACUCO  
37.000m<sup>2</sup>

**Figura 11 – Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2015)







É importante destacar que, até então, não existe por parte do poder público levantamento, cadastro das famílias ou mapeamento dos territórios ocupados, o que compromete uma informação precisa de quantas famílias compõem a ocupação. O único levantamento e mapeamento que tive acesso, foi realizado em 2013 pela PMT junto à PM. O levantamento quantitativo dos moradores foi realizado em forma de cadastro e distribuição de selos às casas, chamadas de unidades e relacionadas de acordo com as características construtivas, resultando primeiramente em uma tabela (tabela 1).

Após o cadastro das unidades, os arquitetos do departamento de habitação da PMT desenvolveram desenhos técnicos, apresentados na figura 12. Para seguir o formato desta dissertação, os desenhos originais, que correspondem a duas pranchas no formato A1<sup>15</sup>, foram apenas reduzidos de tamanho e retirados do formato rígido do desenho técnico. Portanto, foram respeitadas as proporções e a representação do desenho original. Na primeira prancha, o desenho referente ao setor sete não faz nenhuma referência ao território e à cidade. Já na segunda prancha, as áreas referentes às ocupações foram recortadas e distribuídas na folha em branco, sem se relacionar com o restante do território. Os traços dos desenhos se destacam no papel em branco, remetendo o território à neutralidade, passivo à ação do arquiteto que possui o poder de transforma-lo. Neste âmbito Lefebvre faz a seguinte reflexão:

A folha, ao alcance da mão do desenhista, sobre seus olhos fica em branco, tão branca como plana. A considera como neutra, crê que esse espaço neutro, que recebe passivamente os traços de seu lápis corresponde ao espaço neutro de fora, que recebe as coisas, ponto por ponto, lugar por lugar. Quanto ao plano, não permanece inocentemente sobre a folha de papel. (2008, p.12)

Desta forma, o desenho é utilizado como uma representação através dos códigos e símbolos da arquitetura, que apenas o arquiteto é capaz de decifrar. Neste sentido, tanto a tabela quanto os desenhos técnicos elaborados pela PMT, desconsideram não só as particularidades do território, mas também o contexto cultural e os próprios indivíduos que constroem e habitam o território.

---

<sup>15</sup> O tamanho A1 corresponde padrão internacional ISO216 que possui a 594mm de largura e 841mm de altura. A norma NBR 6492/94 de representação de projetos de arquitetura, define as condições para representação gráfica assim como informações textuais, legenda, margem e também a forma como o papel deve ser dobrado.

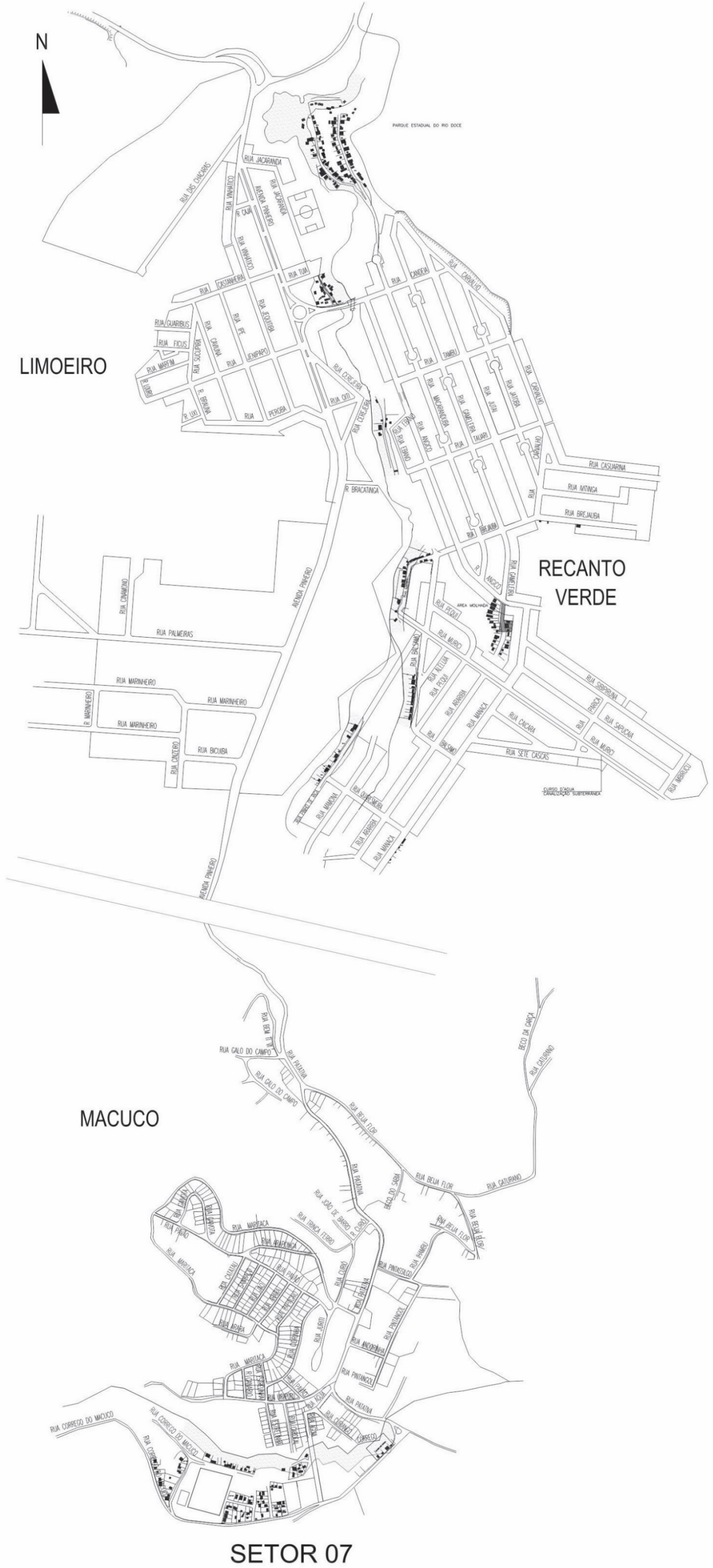
**Tabela 1 – Levantamento qualitativo PMT**  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Timóteo (2013)

<b>TOTAL DE UNIDADES SELADAS EM MARÇO/2013 PELA PREFEITURA</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>UNIDADES</b>
LIMOEIRO	15
RECANTO	173
MACUCO	78
<b>TOTAL</b>	<b>266</b>
<b>TOTAL DE UNIDADES SELADAS PELA PMT E COM CADASTRO</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>UNIDADES</b>
LIMOEIRO	14
RECANTO	137
MACUCO	64
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>
<b>RELAÇÃO DE UNIDADES SELADAS PELA PMT SEM CADASTRO</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>SELOS</b>
LIMOEIRO	10
RECANTO	01, 15, 23, 25,
RECANTO	01, 28
RECANTO	05, 08, 11, 16,
RECANTO	01, 02, 03
RECANTO	14, 16, 20, 22,
RECANTO	01, 02, 10
RECANTO	02, 06, 10, 24
MACUCO	01, 04, 10, 11,
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>

<b>RELAÇÃO DE UNIDADES NÃO SELADAS PELA PREFEITURA / SEM CADASTRO</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>SELOS</b>
LIMOEIRO	01A, 05A, 09A
RECANTO	01
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>
<b>RELAÇÃO DE UNIDADES SELADAS PELA PREFEITURA / OCUPAÇÃO ANTIGA</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>SELOS</b>
MACUCO	16, 22, 26, 28,
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>
<b>RELAÇÃO DE UNIDADES QUE POSSUEM DOIS CADASTROS DE FAMILIAS NO MESMO SELO(PMT)</b>	
<b>BAIRRO - RUA</b>	<b>SELOS</b>
LIMOEIRO	08
MACUCO	48, 71, 73, 80
RECANTO	29, 65
RECANTO	02
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>

**Figura 12 - Levantamento técnico da PMT**

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Timóteo (2013)



LIMOEIRO

RECANTO VERDE

MACUCO

-  ALVENARIA
-  MADEIRA
-  LONA
-  BASE ALVENARIA
-  EM CONSTRUÇÃO
-  PLACA DE MURO
-  LONA E MADEIRA
-  MADEIRA E LATÃO

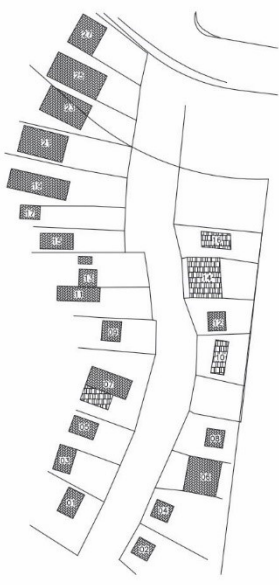
 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APP

LV –LOTE VAGO

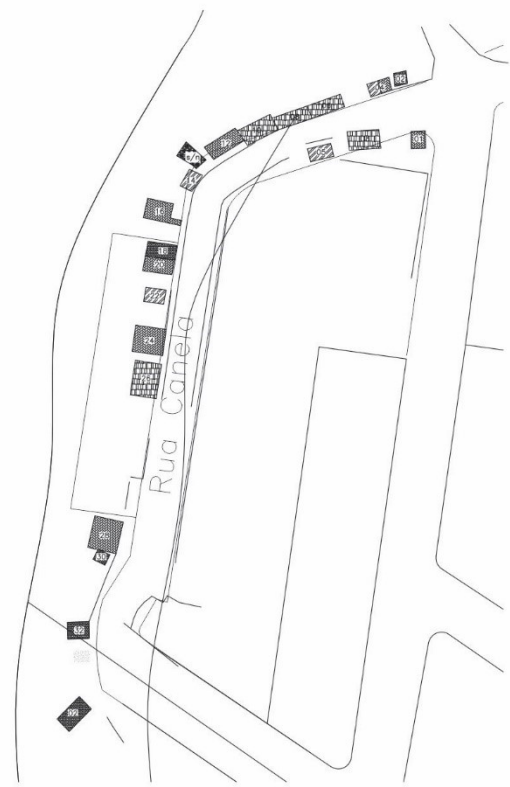




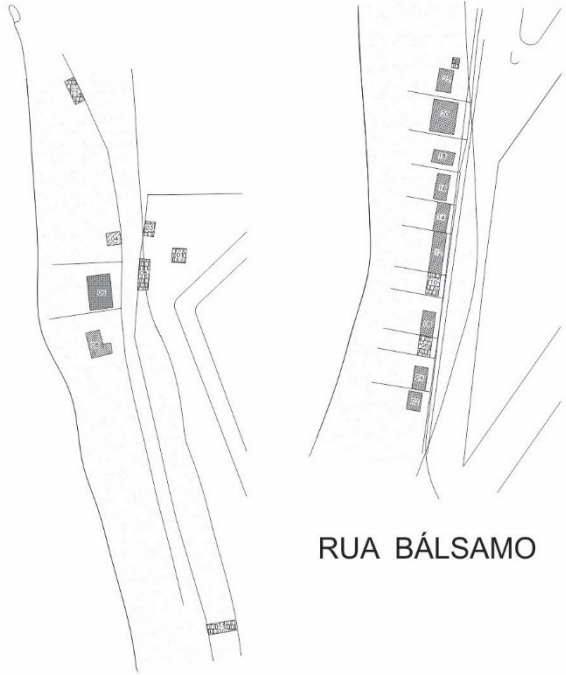
RUA MASSARANDUBA



RUA DA IGREJA CATÓLICA



RUA CANELA

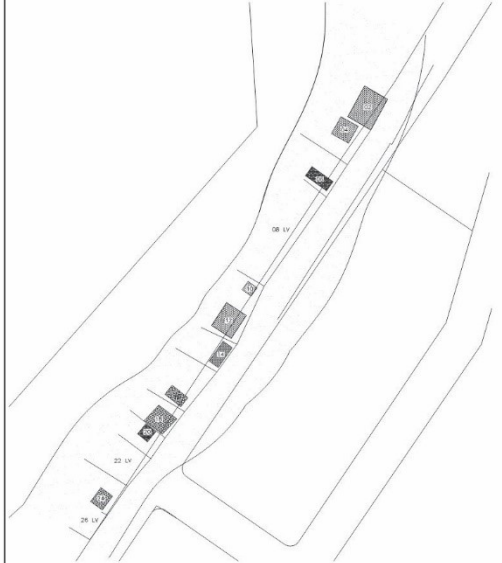


RUA BÁLSAMO

RUA BÁLSAMO/QUADRA



RUA DO POSTO



RUA PINGO DE RIGA



MACUCO

Jaqueline, uma das primeiras a mobilizar as pessoas a ocupar, afirma que sua motivação para tal veio principalmente da situação de sua irmã, Dona Rosângela, que sempre viveu na região do bairro Recanto Verde sob dificuldades e condicionada ao aluguel. Assim teve início a primeira ocupação, localizada ao fim da rua Massanduba (figura 13), como contam Jaqueline e Dona Rosângela em entrevista concedida no documentário Ouro em Pó:

*Eu sempre olhava essa área, que tinha uns dependentes químicos que ficavam aqui, que ficava usando droga e ficava aquela coisa, e daí uns tempos o pessoal do bairro trazia caminhão de lixo e amontoava aqui. Era um lixão, mas era mais usado pelos dependentes químicos que usava droga aqui. E sempre eu olhava esse pedaço aqui e imaginava, quando eu encontrar umas famílias dispostas nós vamos entrar aqui pra dentro e ocupar esse terreno. Porque não tá fazendo nada, falaram em fazer vários projetos e nunca fizeram nada. Dentro de 2 dias que passamos estava completa (os terrenos ocupados) com essa parte de cima (da rua). (Jaqueline em SOARES, 2015)*

*[...] E aí já resolveu entrar que outras pessoas tá passando a mesma situação que eu passava né... luta com aluguel atrasado pessoas doente em casa não tava tendo condição, aí surgiu essa oportunidade a gente veio. (Dona Rosângela em SOARES, 2015)*

*[...] Antes das ocupação aqui era tudo entulho né. Todo o bairro aqui do recanto verde armazenava entulho aqui, tanto na parte de cima, quanto na parte de baixo (da bairro). Aí o pessoal foi limpando, nós alugamos caminhão, vários caminhões pra poder tirar os entulho né. Pro povo poder estabilizar no local. (Jaqueline em SOARES, 2015)*



Figura 3 - Foto ilustrada da Ocupação Massaranduba no Documentário Ouro em Pó

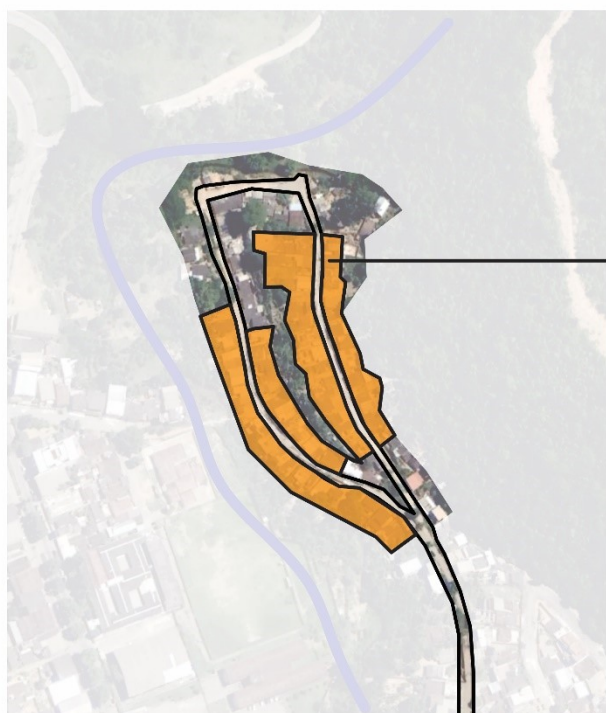
Fonte: Acervo pessoal (2015)



Com a chegada dos movimentos sociais, as Brigadas Populares passaram a orientar as moradoras no processo de divisão de lotes, iluminação das vias, mutirão para construção da ponte e na organização de frentes de liderança. A figura 14 representa um esquema da divisão de lotes, como afirma Jaqueline: “9 metros de frente e 15 de fundo, de comprimento”. Em entrevista concedida ao Documentário Ouro em Pó, dona Rosângela conta como foi o processo de divisão dos lotes:

*Pra dividir os lotes foi muito engraçado que a gente pegou lençol velho, cada um juntava um que tinha lá né e a gente rasgando aquelas tira mais de 30 metros. Aí dividia, aqui vamos supor, aqui vai dar 7 lote vai dar 6 lotes, aí então a gente dividia no pé mesmo media 1, 2, 3... Contava os passos, aqui é pra fulano e fincava a estaca. Aí ia de novo! E depois a gente foi separando assim, marcando na frente do lote, a gente foi separando com as tirar de lençol. Não tinha a corda, não tinha rinha, arame, não tinha nada! Com as tiras de lençol a gente pegava pedacinho de pau e fincava! Não tinha estaca para cercar tudo, era duas de frente e duas de fundo. Pegava essas sacolinha que a gente pega compra no mercado, a gente rasgava aquelas bem colorida e ia amarrando nas tiras assim, pendurado, para dividir, pra gente saber qual que era o espaço da gente e aonde era o espaço do vizinho próximo. E assim foi indo...*

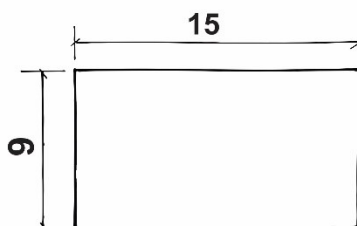
*Quando foi a rua juntou todo mundo para conseguir a escória, aí conseguiu os caminhão de escória para arrumar, assim, as coisas, conseguiu o caminhão de escória né para estar espalhada na rua. juntou comunidade tudo... é mulher, é criança, é adulto, tudo de inchada na mão espalhando a escória, olhando tudo assim. É até divertido sabe? Todo mundo trabalhando alegre e feliz porque queria melhorar. Depois veio a vez do poste, juntou os homens, que aí já era pesado né, que as mulheres não aguentava, mas sempre tinha mulher no meio! Cavando, furando, colocando os poste, tudo direitinho aí, ó.* (Dona Rosângela em SOARES, 2015)



**Figura 14 - Diagrama da divisão de lotes**

Fonte: Próprio autor (2020)

■ LOTES DIVIDIDOS  
SEGUINDO O PADRÃO:



**Figura 15 - Jaqueline na Ocupação Massaranduba**

Fonte: Acervo pessoal (2015)





**Figura 16 - Ponte na Ocupação Massaranduba**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



O mesmo ocorreu na ocupação do Macuco (figura 17). Dona Marta conta como foi o processo de abertura das vias e divisão de lotes junto às Brigadas Populares, e Juliana descreve como funciona o sistema de esgoto da área:

*Os nossos companheiros das Brigadas Populares nos ajudaram né, dando para nós, é... explicação de como tá medindo as ruas, tá medindo os lotes. A prefeitura aprova com quantos metros? E a gente não tinha essa medida certa, é... no início. Mas as ruas a gente tentou colocar num padrão, de acordo com o que eles explicaram. Aqui a gente conseguiu, graças a Deus, deixar mais ou menos né. De acordo com o que eles tinham nos instruído a fazer. [...] Você viu aí os esgoto né, a água, hoje a gente tem um lixeiro que passa recolhe o lixo. No início a gente teve sim problemas porque a gente colocava lixo, ficava amontoado, mas a gente foi nos organizando. Conseguimos tá conversando com a comunidade, toda a gente. A gente foi adaptando aos moradores antigos. Então como o lixeiro passa aqui no local a gente tem essa facilidade. (Dona Marta em SOARES, 2015)*

*Tem uma fábrica de doce aqui (no bairro Macuco), que ela tá desativada [...] aí lá tem uma rede de esgoto. Que que nós fizemos desse lado de cá... Como a gente não queria fazer fossa para prejudicar até o solo, contaminar os lençóis lá embaixo, a gente uniu todo mundo e fizemos uma rede. Uma rede de esgoto! Minha caixinha tá ali, eu tenho minha caixinha de resíduos né, aqui embaixo da pia, e ligada a essa rede lá na fábrica, e de lá dá vazão para onde que vai, né, o negócio lá. De vez em quando dá uma entupida aí a gente tem que ficar enfiando ferro no negócio lá pra desentupir, mas funciona! (Juliana em SOARES, 2015)*

**Figura 17 - Ocupação Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



Quanto ao processo de construção das moradias, cada família teve a sua própria maneira, sendo as casas em sua maioria autoconstruídas em processos de mutirão. Dona Rosângela descreve como ocorreu o processo de evolução construtiva de sua casa, iniciando com barracas de lona, depois a madeira e, por fim, a alvenaria (figura 18):



*Aí primeiro construiu a barraca de lona né... Lona, madeirite. Aí à medida que a condição financeira foi melhorando, aí começou a construção de alvenaria... Por exemplo, quando a gente iniciou aqui, eu cheguei aqui, minha casinha era essas barraca assim... Aquela sobrinha grande xadrezona, “xuxa marido” que eles fala né?! Aquela sombrinha lá eu coloquei ela no meio do quintal, no meio do mato, aquelas plantaço de criação aí. Aí eu coloquei, finquei no meio certinho assim da do lote lá aonde eu peguei para mim. Aí foi luta... Minha barraquinha de sombrinha lá... As madrugadas vinha o chuvão da noite lá no meio do mato. Teve um dia que eu coloquei uma lona em cima da barraquinha para aumentar minha barraca. Como tem aquele espeto em cima assim, a chuva veio e pesou, de madrugada, sem querer, 3 horas da manhã tomei um banho debaixo da barraca.*

*[...] Com a perda do meu esposo, do meu filho aí o dinheiro que entrou investi. Eu investi ali. Aí deu para mim comprar tijolo, comprar cimento, comprar areia e foi aí que eu levantei para fazer uma coisa mais segura. O meu sonho era ter minha casa, nem que seja de dois cômodos de laje. Conseguir fazer. Antes era tudo de tábuas de guarda-roupa. Saiu da lona e melhorou um pouquinho, foi tábuas de guarda-roupa, saiu do guarda-roupa, misturou compensado com pedaço de madeira e tábuas. E daí a gente foi construindo... Eu construí na frente dois cômodos, aí fiquei mais de ano e meio parede. Depois, com a morte deles, aí eu peguei o dinheiro que entrou, acabei de comprar os materiais e subi. Deu pra mim rebocar por dentro por fora, chapiscar e colocar laje. O piso ainda tá no piso grosso, banheiro tem que ir lá fora, é o antigo ainda. (Dona Rosângela em SOARES, 2015)*

**Figura 18 - Diagrama da evolução construtiva**

Fonte: Próprio autor (2020)



**Figura 19 - Casa de alvenaria e telha na ocupação Massaranduba**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



Em 2015, foi designada para a região a militante das Brigadas Populares, Flávia Nolasco, que passou a atuar com as ocupações, dando ênfase em organização e trabalhos políticos. Assim se deu início um processo de construção coletiva de organização e mobilização política em que as próprias moradoras, juntamente com auxílio das Brigadas Populares, passaram a desenvolver diálogos sobre questões sociais, políticas, movimentos sociais e direito à cidade. Passaram a se organizar em frentes e assembleias, para discutir e repensar as necessidades dos territórios das ocupações e conseqüentemente da cidade, como afirmam Flávia, Dona Rosângela e Ivan:

*Você percebe eles com muito mais consciência de si, do lugar que eles ocupam hoje em Timóteo. Como é importante você ter um espaço como uma assembleia pra você discutir o seu dia a dia, e aí como agora você consegue ver a câmara de forma diferente e quais os espaços na cidade eles podem estar discutindo, que não só o seu problema ali por moradia. Então você vê que hoje eles estão com um discurso agora de que querem também fazer parte e ser reconhecido dessa cidade, dessa forma, não é só "eu estou aqui reivindicando minha moradia", não! "Eu estou aqui querendo construir essa cidade". De fato, a organização puxa pra elevar o nível de consciência política, o seu papel na democracia, o que é democracia, o que é representação, como que se discute, como se dialoga, como as posições às vezes tem que conviver ali. Não é só tudo de cima pra baixo. (Flávia Nolasco em SOARES, 2015)*

*E vamo lutar até o fim. Nossa luta vai ser constante. Nós vamos lutar para ter os documentos do lugar aonde tá morando, vão lutar para ter água legalizada, pra ter a luz legalizada e daí nós vamo criamos ideia, outras coisas mais né. O que for melhor para comunidade, melhor para a gente vai tá fazendo. [...] Isso tudo que vocês tão vendo aí ó, falar que Prefeitura ajudou tá mentindo. Aqui não tem um grão de areia vindo da prefeitura. O que veio da prefeitura aqui pra gente é ordem de despejo, é polícia... Essas coisas assim, sabe. (Dona Rosângela em SOARES, 2015)*

*É como eu já falei: isso aqui que a gente vive, uma ocupação, é só um reflexo da realidade que a gente vive no país hoje. Então a sociedade num todo precisa se mobilizar, precisa fazer com que a mudança aconteça, porque ela não vai vir de mão beijada. (Ivan em SOARES, 2015)*

Em 2015, ocorreram diversos conflitos, durante a gestão do então prefeito Keisson Drumond, do Partido dos Trabalhadores (PT), que recusava receber as ocupações para negociação ou diálogo. Assim, ocorreram diversas articulações entre as moradoras, que pude acompanhar e participar ativamente. Além das entrevistas para construção do documentário *Ouro em Pó*, participei de assembleias, reuniões,



comemorações, oficinas e especialmente três manifestações marcantes para esse período: no dia 15/09/2015 a Manifestação a favor das ocupações urbanas; no dia 07/10/2015 a Manifestação contra o despejo e no dia 13/10/2015 a Manifestação Ocupa MG, por todas as ocupações de Minas Gerais. O documentário *Ouro em Pó* foi publicado no final do ano de 2015, e desde então passei a acompanhar as ocupações e manter contato com as moradoras e militantes das Brigadas Populares.

Figura 20 - Manifestações em Timóteo

Fonte: Acervo pessoal (2015)



No campo jurídico, após a primeira liminar de reintegração de posse vários recursos foram ajuizados, mas a causa foi perdida no Tribunal. A Defensoria Pública ajuizou uma Ação Civil Pública, que contribuiu para a suspensão do despejo em diversas ocasiões. Os advogados populares que acompanham o processo informaram<sup>16</sup> que, segundo a prefeitura, a maioria dos territórios ocupados estão em áreas de risco, área de preservação ambiental (APA) e área de preservação permanente (APP), devido aos cursos d'água e ao PERD, que são bem próximos às áreas construídas. Contudo não é apresentado nenhum levantamento, estudo ou mapeamento específico sobre tais áreas, muito menos no que diz respeito às áreas ocupadas. As afirmações feitas pelo poder público se baseiam no Plano Diretor Municipal de 2004, que se encontra desatualizado, assim como o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), concluído em 2013.

Em 2015, Victor Schittini, morador de Timóteo, advogado popular e militante das Brigadas Populares passou a acompanhar o processo jurídico das ocupações de Timóteo. De acordo com Victor<sup>17</sup>, correm no campo jurídico dois processos diferentes, uma vez que a Ocupação do Posto está localizada em um terreno privado. O processo que trata das ocupações em territórios públicos (ocupações Massaranduba, ocupação da Igreja Católica, Bálsamo, Pingo de Riga, ocupação da rua Canela e ocupação do Macuco) foi julgado em primeira instância com decisão de despejo, logo no início das ocupações em 2012. As Brigadas Populares conseguiram derrubar o efeito da sentença através de um recurso e até hoje o processo está pendente em julgamento.

A cidade de Timóteo passou por diversas mudanças no executivo desde a última eleição municipal em 2016, onde o prefeito eleito teve o mandato caçado. Em uma eleição suplementar realizada em 2018, tomou posse o atual prefeito Douglas Willkys do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No que diz respeito às ocupações das áreas públicas, o prefeito se disponibilizou a iniciar uma articulação entre a PMT, as ocupações e as Brigadas Populares, e encaminhar o processo para uma mesa de diálogo e negociação com Estado de Minas Gerais. Assim, para as ocupações das

---

<sup>16</sup> Informação obtida em reunião com os advogados Luís Fernando, Thaynan Rodrigues, Victor Schittini e Flávia Nolasco (Brigadas Populares) na Escola de Arquitetura da UFMG para discutirem informações referentes às ocupações e ao processo de despejo.

<sup>17</sup> Informações obtidas em reunião com o advogado Victor Schittini através do aplicativo Google Meets.

áreas públicas o processo está em uma mesa de negociação, já evoluindo para a proposição de soluções de infraestrutura e intervenções.

Quanto a Ocupação do Posto, que se encontra em uma área supostamente privada, o “proprietário” foi mais lento para dar entrada com o processo. O processo foi julgado duas vezes em primeira instância, pois no primeiro julgamento o juiz se recusou a ouvir as testemunhas levadas pelas ocupações e determinou o despejo com base nas provas apresentadas pelo suposto proprietário que alega ter comprado a área da APERAM, quando a empresa ainda se chamava ACESITA. Os documentos apresentados no processo para comprovação da propriedade são recibos de quitação de um determinado valor, alegando o pagamento para a empresa. De acordo com Victor, existem muitas contradições técnicas nos documentos apresentados, como o tamanho do terreno que não condiz com os aspectos da área ocupada. A respeito do processo Victor fez a seguinte observação:

*Victor Schittini: Em cima disso que o juiz está dando o ganho de causa para ele, falando que ele é o legítimo proprietário e ignorando o fato de que a ocupação ofereceu para o espaço a função social dele, sendo que antes ele era um lugar abandonado, dizem que dava muito mato, bicho... Inclusive, quando a gente produziu provas testemunhais. Teve um secretário de educação que testemunhou pra gente e ele falou que na época o terreno dava problema pra escola que estava ali na frente, porque gerava alguma insegurança, né... estava abandonado, era utilizado de formas inadequadas. Só que o nosso judiciário, infelizmente ainda é muito insensível com estas demandas populares. O próprio princípio da função social da propriedade é algo que está muito mais no campo da norma do texto do que na aplicação mesmo do entendimento.*

Após essa primeira decisão, as Brigadas Populares entraram com recurso alegando a recusa do juiz como um fato que gerava nulidade do processo. Então o Tribunal de Justiça anulou a sentença e retornou o processo para instrução de provas. Com a segunda decisão de despejo, as Brigadas Populares entraram com um novo recurso de apelação no Tribunal de Justiça, que conseguiu suspender o despejo e ter o processo remarcado para julgamento em segunda instância no dia 14/07/2020. Ainda segundo Victor, é possível que haja de fato uma decisão de despejo em segunda instância, o que é preocupante tendo em vista que os recursos são restritos do ponto de vista jurídico.

Portanto, a situação jurídica das ocupações ocorre em dois processos diferentes: da Ocupação do Posto, que está em uma situação de maior risco com uma

possível decisão de despejo já em segunda instância, e das áreas públicas, que se encontram em uma mesa de negociação com o Estado de Minas Gerais. Neste contexto, todas as seis áreas ocupadas em terrenos públicos são julgadas em um mesmo processo, que ignora as particularidades de cada território:

*Victor Schittini: No caso das ocupações das áreas públicas, esta é até uma questão delicada do processo por que colocaram tudo no mesmo bolo ignorando as particularidades dessas ocupações todas. Por exemplo, você tem a ocupação do Marco que está em área de ZEIS que é Zona Especial De Interesse Social e a Massaranduba que tá na área de APA [Área de Preservação Ambiental] em Timóteo que gera aí uma questão ambiental que deve ser observada. E ainda tem essas ocupações todas dentro do Recanto Verde, né. Mas não tem uma definição muito clara disso. Eles simplesmente colocaram tudo num bolo só e entraram com processo usando. Inclusive este é um dos questionamentos que a gente faz: como que você coloca no mesmo processo áreas que estão em realidades completamente diferentes? Não tem dentro do processo das áreas pública uma definição muito bem de qual ocupação se trata. Simplesmente todas as ocupações que estão em áreas públicas nos bairros.*

A figura a seguir apresenta de forma esquemática a linha do tempo das ocupações urbanas de Timóteo (Figura 21).

**Figura 21 - Linha do tempo das Ocupações de Timóteo**

Fonte: Próprio autor (2019)

# 2012 INÍCIO DAS OCUPAÇÕES

MARÇO  
24

## CHEGADA ORDEM DE DESPEJO

ordem movida pela MPT para as ocupações em áreas públicas

## CHEGADA DAS BRIGADAS POPULARES E COLETIVO MARGARIDA ALVES

## ENTRADA DE RECURSO NO PROCESSO

## INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COM AS BP

divisão dos terrenos, obras para acesso à água e energia

## DERRUBADO EFEITO DE SENTENÇA

## INÍCIO DO PDDI

Plano Diretor Metropolitano do Vale do Aço

# 2013

## POSSE DO NOVO PREFEITO KEISSON DRUMOND (PT)

# 2014

## ENTRADA DO PROCESSO DA OCUPAÇÃO DO POSTO

# 2015

## PRIMEIRO TRABALHO DE PESQUISA ACADÊMICA

### ENVOLVENDO AS OCUPAÇÕES

TCC Arquitetura - Renata Salas

## AUDIÊNCIA NO FÓRUM MUNICIPAL

## CHEGADA DA MILITANTE FLÁVIA NOLASCO (BP)

## GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO OURO EM PÓ

## PUBLICAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO OURO EM PÓ

## PARTICIPAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NA SEMANA INTEGRADA DE ARQUITETURA DA UNILESTE

## MANIFESTAÇÕES CONTRA O DESPEJO

# 2016

## TCC ARQUITETURA - THAÍS COSTA (UNILESTE)

Plano participativo de Requalificação Urbana da Ocupação Terra de Canaã

## FORMAÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA DAS OCUPAÇÕES DO MACUCO

## TCC - PSICOLOGIA (UNILESTE)

# 2017

## POSSE DO PREFEITO GERALDO HILÁRIO (PP)

## TCC ARQUITETURA - NICOLE DIAS (UNILESTE)

Escritório Piloto de Assistência Técnica

## FORMAÇÃO DO GRUPO DE MIDIATIVISMO E COBERTURA FOTOGRÁFICA DAS OCUPAÇÕES DO MACUCO

# 2018

## ENTREGA OFICIAL DO PDDI RMVA

## CHEGADA DO ADVOGADO VICTOR SCHITTINI EM APOIO ÀS OCUPAÇÕES

## ASSUME COMO PREFEITO O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ADRIANO COSTA (PMB)

## ELEITO O PREFEITO DOUGLAS WILLKYS (PSB)

# 2019

## LICITAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE 2004

## AUDIÊNCIA DO PROCESSO DA OCUPAÇÃO DO POSTO

## CORTES DE ÁGUA PELA COPASA

# 2020

## EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL DESTINADA ÀS OCUPAÇÕES

## NOVA AUDIÊNCIA DO PROCESSO DA OCUPAÇÃO DO POSTO

## REUNIÃO NA MESA DE NEGOCIAÇÃO DO ESTADO

## PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

## 4.2 De volta ao campo

Somente a partir das discussões teóricas elaboradas no desenvolvimento deste mestrado pude olhar para trás e perceber que, a partir da minha vivência em 2015, já havia sido iniciada uma experiência etnográfica. Como afirma Lévi-Strauss sobre esse tipo de experiência: “podemos descobri-la dentro de nós mesmos sem nunca a termos aprendido” (1979, p. 49). Passei a questionar, portanto, como minha própria posição no campo arquitetônico e acadêmico interferia na descrição dos chamados “objetos de estudo”: quais são as pessoas com quem eu dialogo e o que elas têm a dizer?

Conversando com moradoras, lideranças, advogados populares e militantes<sup>18</sup> que formam a rede de apoio das ocupações, foi possível perceber, principalmente por parte das moradoras, uma grande preocupação em compreender o que são e quais são os territórios em “área de risco”, “área de preservação permanente”, “zonas especiais de interesse social”, entre outros termos utilizados por representantes do poder público. Além disso, pude notar uma apreensão, por parte dessas pessoas, pela falta de estudos ou até mesmo de algum levantamento sobre quais áreas abrigam as moradias que estão envolvidas no processo de reintegração de posse dos territórios ocupados. O fato de não existir nenhum estudo que abordasse as ocupações e os territórios ocupados colaborou para que as propostas na mesa de negociação ficassem travadas ou paralisadas, uma vez que a prefeitura alegava não possuir recursos para delimitar quais são, de fato, as áreas ocupadas envolvidas no processo.

As datas e os locais das rodas de conversa foram marcados por mensagens de *WhatsApp*, pensadas em conjunto com as lideranças das ocupações, as moradoras Jaqueline e Nenira, da Massaranduba, Juliana, do Macuco, e Larília, da Ocupação do Posto. Os encontros ocorreram nas ruas, e se deram em formato de roda de conversa. As reuniões foram marcadas em duas ocupações para facilitar o deslocamento das moradoras, sendo a primeira reunião na Ocupação Massaranduba, no dia 08/09/2019, para a qual compareceram dez moradoras, e a segunda reunião

---

<sup>18</sup> Reuniões desenvolvidas com os advogados Luís Fernando, Thaynan Rodrigues, Victor Schittini e Flávia Nolasco (Brigadas Populares), no Gabinetona, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e na Escola de Arquitetura da UFMG, para discutir informações referentes às ocupações e ao processo de despejo.



na Ocupação do Macuco, no dia 09/09/2019, na qual estiveram presentes apenas cinco moradoras da própria área.

Para a primeira roda de conversa, combinamos como ponto de encontro o escritório de reuniões, localizado logo no início da ocupação Massaranduba.

**Figura 22 - Foto ilustrada da Ocupação Massaranduba**

Fonte: Próprio autor (2019)



Assim que cheguei na ocupação, percebi que não havia ninguém no local, então continuei caminhando pela rua vazia. Já havia pelo menos três anos que eu não caminhava por lá, portanto fiquei espantada observando as diferenças construtivas. Os lotes, antes divididos por estacas de madeira, arame e telas, atualmente possuem muros e portões fechados de madeira. A rua parecia mais estreita e fechada, como um grande corredor.

**Figura 23 - Antes e depois das ocupações**

Fonte: Próprio autor (2019)

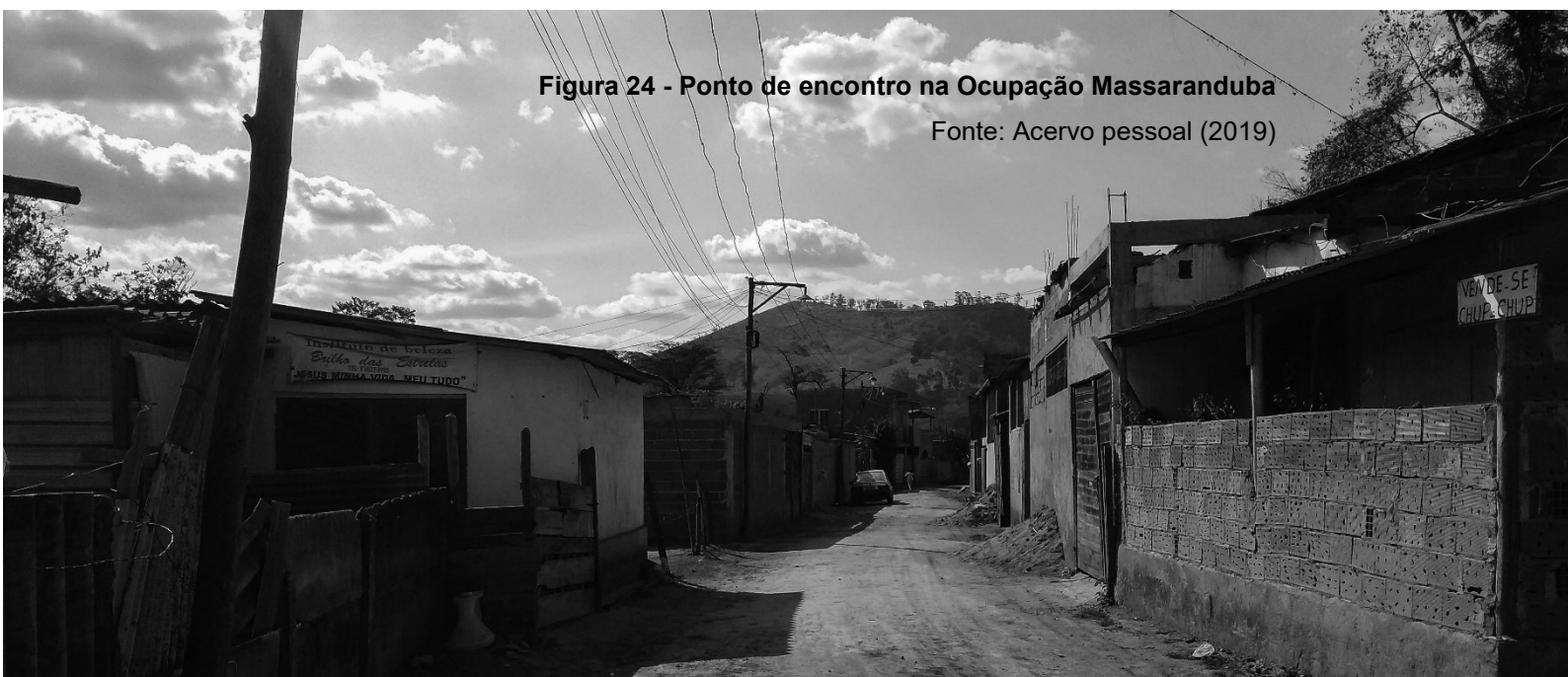


Após alguns minutos, resolvi chamar por Nenira em sua casa, porém sem sucesso. Esperei mais um tempo até que algumas pessoas começaram a chegar no local combinado. Pelo calor que fazia, característica marcante da região, decidimos ficar do lado de fora do escritório, na sombra de uma árvore. As pessoas foram chegando e aos poucos foram conversando, demonstrando ansiedade em saber o que seria discutido. Grande parte das moradoras presentes já me conhecia, pois haviam participado do documentário, produzido em 2015. Conversamos sobre o documentário e relembramos alguns casos da época. Logo as moradoras começaram a fazer perguntas, sempre relacionadas ao processo jurídico: “*Você vai ajudar a gente no processo?*”. Quando questionei como elas estavam se sentindo em relação a tal processo, sempre demonstravam insegurança e afirmavam não ter certeza de como está o andamento do processo, dizendo, por isso, que “*tem que perguntar pros advogados.*”.

Apresentei para as moradoras o projeto de pesquisa meu mestrado e a proposta da leitura do território das ocupações. Ressaltei como seria importante uma leitura do território a partir da perspectiva delas, que constroem o território e nele vivem, afirmando que para tal seria necessário que participassem do trabalho no campo. Para leitura do território, apresentei a proposta de uma caminhada em percursos, que seriam definidos ali mesmo. O percurso seria monitorado, georreferenciado e salvo pelo aplicativo *GPS Tracker*. Além disso, seriam feitos registros de imagem e áudio das falas das moradoras. Os áudios seriam transcritos posteriormente como narrativas referentes ao território e, a partir dos registros feitos no campo, seria realizada uma oficina cartográfica com as moradoras, que resultaria na cartografia das ocupações.

**Figura 24 - Ponto de encontro na Ocupação Massaranduba**

Fonte: Acervo pessoal (2019)

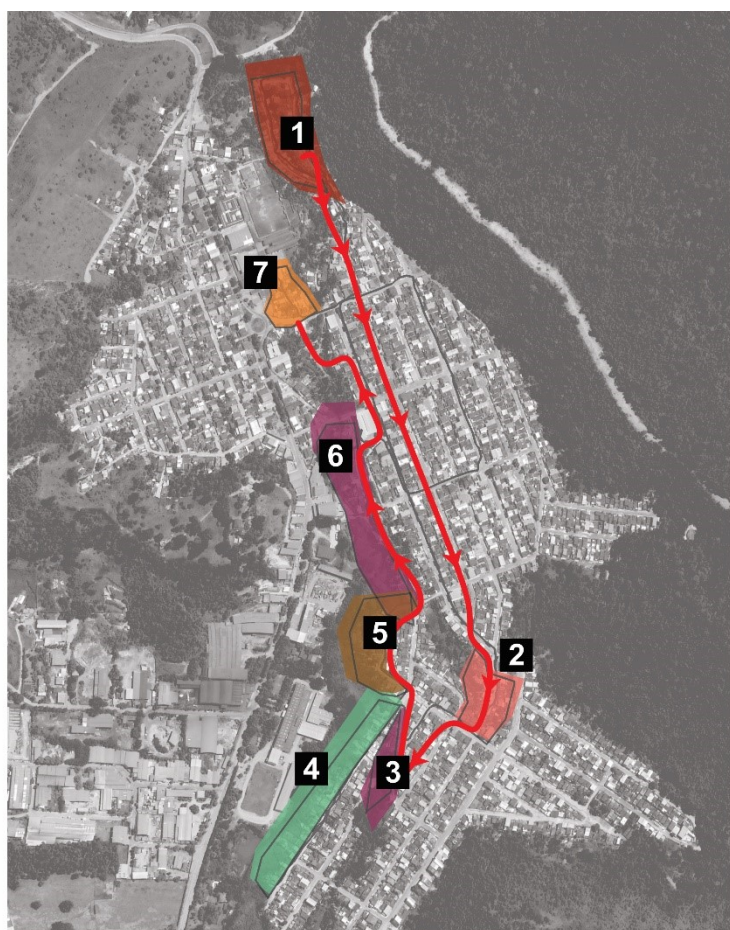




A maioria das moradoras que compareceram se mostrou bem receptiva à proposta. Outra parcela das moradoras se mostrou desmotivada e afirmou que não daria certo, pois ninguém iria participar. De acordo com elas, todas as reuniões e assembleias que vêm acontecendo estão vazias sem participação. Ainda assim, um total de 15 moradoras (das ocupações Massaranduba, Canela, Pingo de Riga, Igreja Católica e Bálsamo) concordou em marcar uma data para o desenvolvimento dos percursos nas ocupações. Por fim, decidimos como seriam realizados os percursos e as próximas datas (figura 25).

**Figura 25 - Diagrama dos percursos**

Fonte: Acervo pessoal (2019)



Ao fim da reunião, pedi que todos assinassem um termo de autorização para gravação de áudio e imagens. Contudo, ao entregar os papéis para as moradoras, grande parte afirmou não saber ler ou escrever, o que me causou grande constrangimento, por minha falta de sensibilidade. Esse momento ilustra as relações de poder que são naturalizadas dentro do campo e uma expectativa cega que se espera que outro exerça as nossas próprias convenções. A partir de então, os termos de autorização impressos não foram mais utilizados e os pedidos de autorização foram tomados por áudio antes das conversas.

- 1** OCUPAÇÃO MASSARANDUBA
- 2** OCUPAÇÃO DA IGREJA
- 3** OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO
- 4** OCUPAÇÃO DA RUA PINHO DE RIGA
- 5** OCUPAÇÃO DA RUA CANELA
- 6** OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO (QUADRA)
- 7** OCUPAÇÃO DO POSTO

No dia seguinte, fui até a Ocupação do Macuco como combinado. As ruas estavam cheias, devido ao jogo de futebol que acontecia no campo, e recebi muitos olhares curiosos. A ocupação também havia mudado muito desde e a última vez em que fui até lá, principalmente o campo de futebol, que agora estava todo fechado com muros brancos e portões (figura 26). Encontrei Juliana no portão do campo de futebol e caminhamos até a casa de Dona Maria, onde seria a reunião. Apenas cinco moradoras compareceram. Apresentei as propostas, como na reunião anterior, e as moradoras se mostraram muito receptivas e empolgadas. Elas também alertaram sobre a falta de participação dos outros moradores nas reuniões e assembleias, o que poderia ocorrer nos percursos. Com isso, as moradoras sugeriram fazer o percurso visitando as pessoas em suas casas.

**Figura 26 - Ponto de encontro na Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2019)



**Figura 27 – Ocupação do Macuco em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 28 - Ocupação do Macuco em 2019**

Fonte: Acervo pessoal (2019)





Alguns dias após a reunião, recebi uma mensagem de Jaqueline, perguntando se poderíamos realizar mais uma roda de conversa, porém na Ocupação do Posto. De acordo com Jaqueline, as moradoras da Ocupação do Posto não compareceram na reunião da Massaranduba como combinado e se sentiram excluídas. Pude observar que existe um conflito entre as ocupações e as lideranças em relação aos bairros, especificamente entre as ocupações dos bairros Limoeiro e Recanto verde — que são bairros vizinhos —, e a ocupação do Macuco, que é um bairro mais distante. Quando há qualquer tipo de evento, assembleia ou reunião, mesmo que as moradoras se disponham a comparecer, a atividade precisa ser realizada em todas as ocupações. Caso contrário, ocorre conflito entre as moradoras.

Assim, fui novamente para Timóteo, no dia 03/10/2019. Encontrei-me com Jaqueline na Ocupação Massaranduba e caminhamos cerca de duas quadras até a Ocupação do Posto. Apenas nove moradoras compareceram ao encontro, e então apresentei a proposta, como havia feito nas outras ocupações. As moradoras não se mostraram motivadas a participar e foi possível perceber que havia uma grande apreensão em relação à situação jurídica da Ocupação do Posto, que aguardava uma data para audiência do processo. Ainda assim, elas concordaram em participar dos percursos. A situação do processo jurídico e o risco de despejo sempre são assuntos recorrentes em todas as conversas.

Há que reconhecer que a participação e mobilização das moradoras está diretamente ligada ao desdobramento do processo jurídico. Ou seja, existe uma mobilização geral quando há algum risco eminente relacionado a questões urgentes do processo, como organizar uma rifa para arcar com despesas de locomoção.

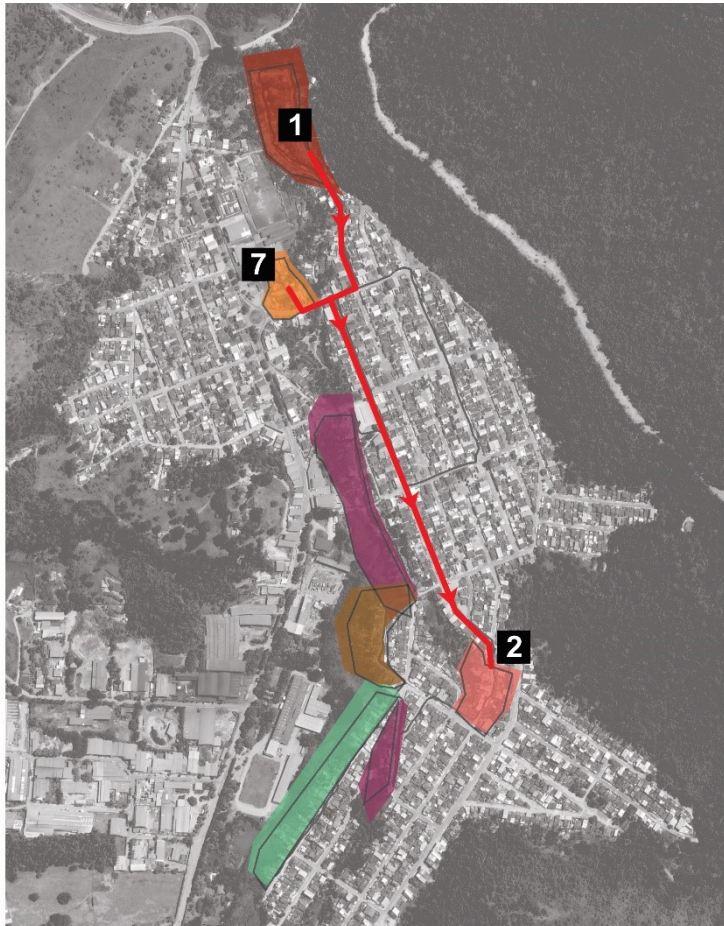
**Figura 29 - Encontro na Ocupação do Posto**

Fonte: Acervo pessoal (2019)



**Figura 30 – Caminhada pelas ocupações**

Fonte: Acervo pessoal (2019)



- 1** OCUPAÇÃO MASSARANDUBA
- 2** OCUPAÇÃO DA IGREJA
- 3** OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO
- 7** OCUPAÇÃO DO POSTO

Após a reunião, caminhei com Jaqueline até a Ocupação da Igreja Católica. A Ocupação da Igreja estava tranquila e não havia ninguém nas ruas. Caminhamos por lá enquanto a chuva permitiu e aproveitei para questionar se Jaqueline sabia quantas pessoas compunham as ocupações. Ela afirmou que não fazia ideia, mas sabia que na Ocupação Massaranduba havia 78 crianças e tinha certeza deste número, pois ela organizava os presentes de Natal e de dia das crianças.

Durante essa primeira etapa foi possível confirmar como as moradoras estavam principalmente interessadas em questões jurídicas e técnicas referentes ao território. Por outro lado, não havia muita certeza da participação das moradoras, pois muitas se mostraram desmotivadas.

**Figura 31 – Ocupação da Igreja Católica**

Fonte: Acervo pessoal (2019)



#### 4.2.1 Percursos no campo

Antes de me deslocar para o Vale do Aço, as datas marcadas para realização dos percursos foram desmarcadas diversas vezes a pedido das moradoras. Os motivos eram sempre ligados a algo de urgência, a saber: a dificuldade de organizar a festa de comemoração de dia das crianças, os conflitos entre a organização interna, o período de chuvas, que causava problemas de alagamento, e a tensão gerada pelo processo jurídico em andamento. Por fim, conseguimos confirmar a data do trabalho no campo para a realização dos percursos com as moradoras das ocupações dos bairros Recanto Verde e Limoeiro para o dia 10/01/2020.

Após chegar em Timóteo, já no caminho para a ocupação, Jaqueline (Jaque), com quem eu dialogava diretamente, me mandou diversas mensagens, com receio de não haver participação das moradoras. Por meio das mensagens ela dizia não ter conseguido mobilizar as moradoras com antecedência, razão pela qual não haveria muitos participantes. Eu já estava em Timóteo, portanto resolvemos nos encontrar na casa da Jaqueline e, de fato, nenhuma das moradoras que anteriormente demonstrou interesse compareceu.

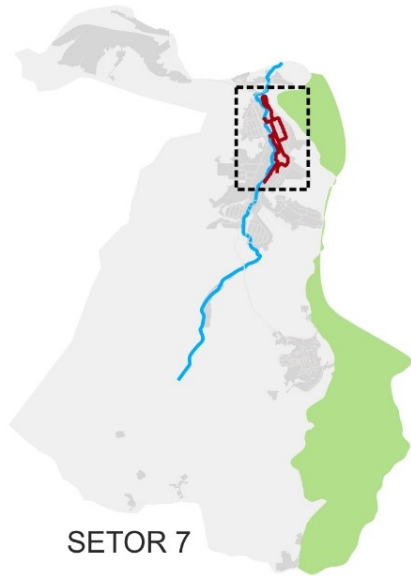
Permanecemos por alguns minutos na casa de Jaqueline, conversando a respeito de sua mãe, que está doente. Decidimos fazer o percurso apenas na companhia de Jaqueline, dispostas a conversar com moradores pelo caminho. Para a captação de áudio, contei com o apoio de dois voluntários: o sociólogo Kelson Bueno e a arquiteta Paula De Bellis.

Partimos da casa da Jaqueline e caminhamos por toda a ocupação Massaranduba. Seguimos até a ocupação da Igreja Católica, depois passamos pelas ocupações da rua Bálamo, rua Pingo de Riga, rua Canela e, por fim, chegamos na Ocupação do Posto. O percurso foi realizado em um total de 2.8 km, apresentados na figura 32, a seguir. Logo no final do percurso, encontramos Marco Aurélio, morador da ocupação da rua Bálamo, citado na história contada no início desta dissertação. O percurso foi monitorado, georreferenciado e salvo pelo aplicativo *GPS Tracker*. Foram feitos registros de imagem e áudio, transcritos como narrativas referentes ao território.

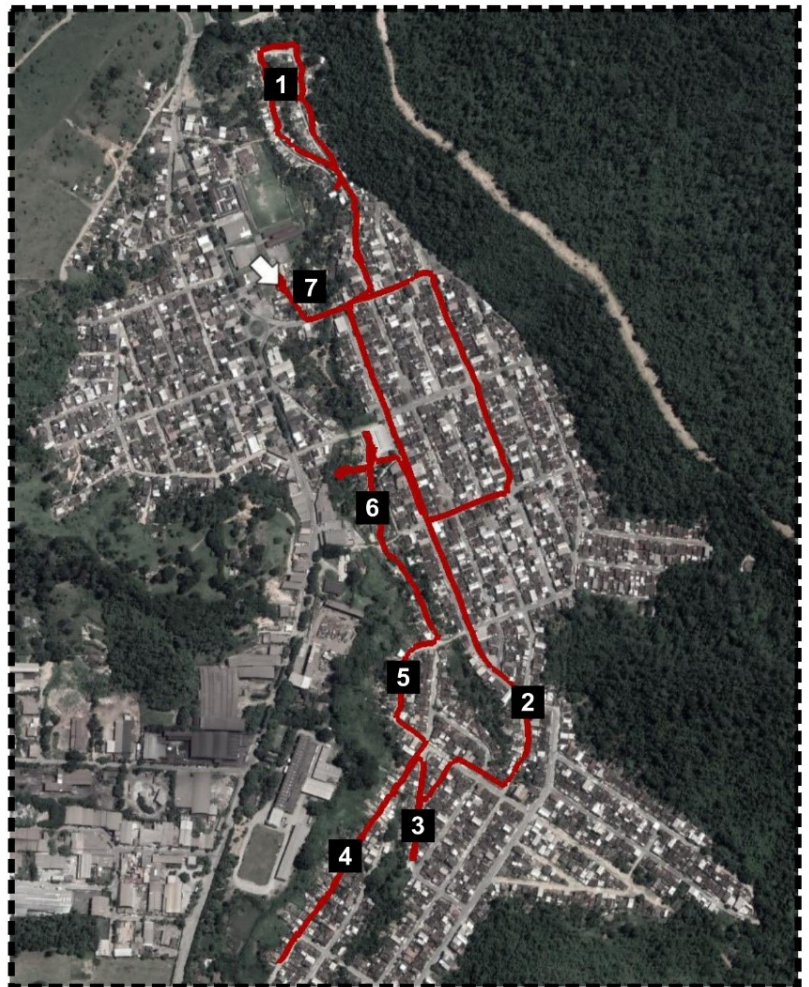


Figura 32 - Percurso no campo

Fonte: Próprio autor (2019)



PERCURSO COMPLETO



**ORDEM DO PERCURSO:**

- 1 OCUPAÇÃO MASSARANDUBA
- 2 OCUPAÇÃO DA IGREJA
- 3 OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO
- 4 OCUPAÇÃO DA RUA PINHO DE RIGA
- 5 OCUPAÇÃO DA RUA CANELA
- 6 OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO (QUADRA)
- 7 OCUPAÇÃO DO POSTO

Mapa base: Google Earth, 2018





Saindo da casa de Jaqueline, questionei-a a respeito da falta de participação das moradoras. Jaqueline afirmou que, além dos problemas urgentes das ocupações, que impossibilitavam qualquer mobilização para a participação nos percursos no campo — como ela afirma: *“ninguém tá com cabeça e tem o processo”* —, há ainda diversos problemas pessoais — como os cuidados especiais que ela está tendo com sua mãe doente —, o que a impediu de mobilizar as moradoras. Nesse âmbito, durante o trabalho no campo foi possível analisar como a Jaqueline é uma liderança de referência frente às ocupações. Como afirma Victor Schittini, ela de fato é a liderança que *“segura o boi pelo chifre”*. Tudo é sempre mencionado diretamente à Jaqueline, independente do território. Isso ocorre inclusive pelo poder público, em reuniões em que ela é citada diretamente, justamente por ser uma referência para todos. Essa relação, no entanto, cria uma certa dependência, em que as coisas precisam estar centralizadas e ser comandadas sempre pela mesma pessoa. Assim, quando não há uma mobilização inicial a partir da Jaqueline, os moradores, em geral, não participam.

Jaqueline achou melhor dar início ao percurso pela parte de cima da rua Massaranduba. A primeira coisa que chama atenção na rua é o Bar do Lula (figura 33), que estava fechado no momento. O dia parecia muito tranquilo e não havia ninguém na rua. Jaqueline foi apontando algumas mudanças construtivas que ocorreram desde 2015, quando gravamos o documentário na ocupação, e fez questão de ressaltar como as ruas estão boas e bem cuidadas.



Figura 33 - Bar do Lula  
Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 34 - Início da Ocupação Massaranduba 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 35 - Início da Ocupação Massaranduba 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

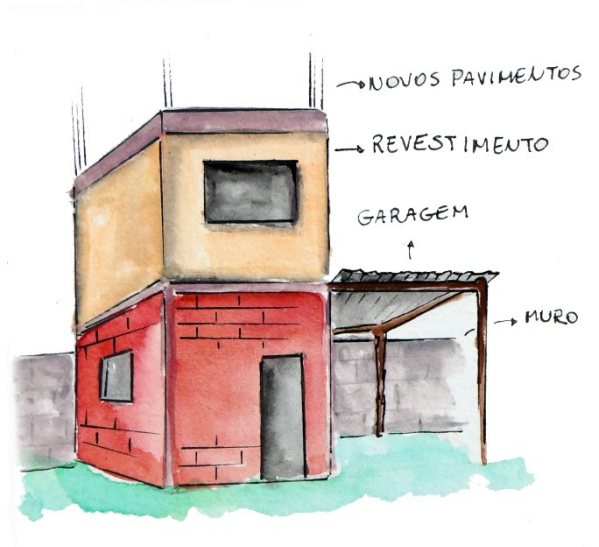




**Figura 36 - Diagrama da evolução construtiva**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Como eu havia percebido em minha última ida à ocupação, as casas estão maiores, algumas em ampliação possuem novos pavimentos, garagens ou estão em reforma, adicionando materiais de revestimento. Agora, a evolução construtiva da casa alcançou outros objetivos, como afirma Jaqueline: *“quem tem mais condição tá dando acabamento”*.



**Figura 37 - Casas em ampliação**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 38 - Materiais de construção**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 39 - Casa na Ocupação Massaranduba

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Quando passamos em frente ao escritório, perguntei para Jaqueline se ele ainda era utilizado. Ela disse que ele precisa de uma reforma, e que está contando com a minha ajuda para realizá-la. Em 2015, quando filmamos o documentário, Jaqueline sempre dizia que queria minha ajuda para a reforma do escritório, entre outras coisas. Sempre que eu chegava, ela me recebia dizendo: *“Olha a nossa arquiteta que vai fazer a reforma do escritório!”*. Nesse sentido, há uma expectativa que envolve a minha presença na ocupação, assim como define Zaluar (1985, p. 25), de alguma forma a minha presença precisa “ser justificada pelo que posso fazer de concreto. (...) Solicitações constantes de um lado, não têm nenhum pejo em pedir, isto é, ‘em dar urna ideia’. Se colar, colou”.

Continuamos a caminhada e mais à frente havia um morador dando manutenção em um poste. Jaqueline fez questão de lembrar que tudo na ocupação são eles quem constroem e executam. De acordo com Jaqueline, as moradoras se organizaram para arrecadar recursos e fazer a troca de alguns postes e cabos. A rede de internet Wi-Fi também é livre, compartilhada por todos, inclusive por quem faz sua a manutenção. Nesse sentido, as moradoras também se mobilizam de forma muito eficaz para solucionar problemas em relação ao território, como na realização de mutirões para construir um muro de contenção, canaletas, entre outros.





**Figura 40 - Manutenção nos postes**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

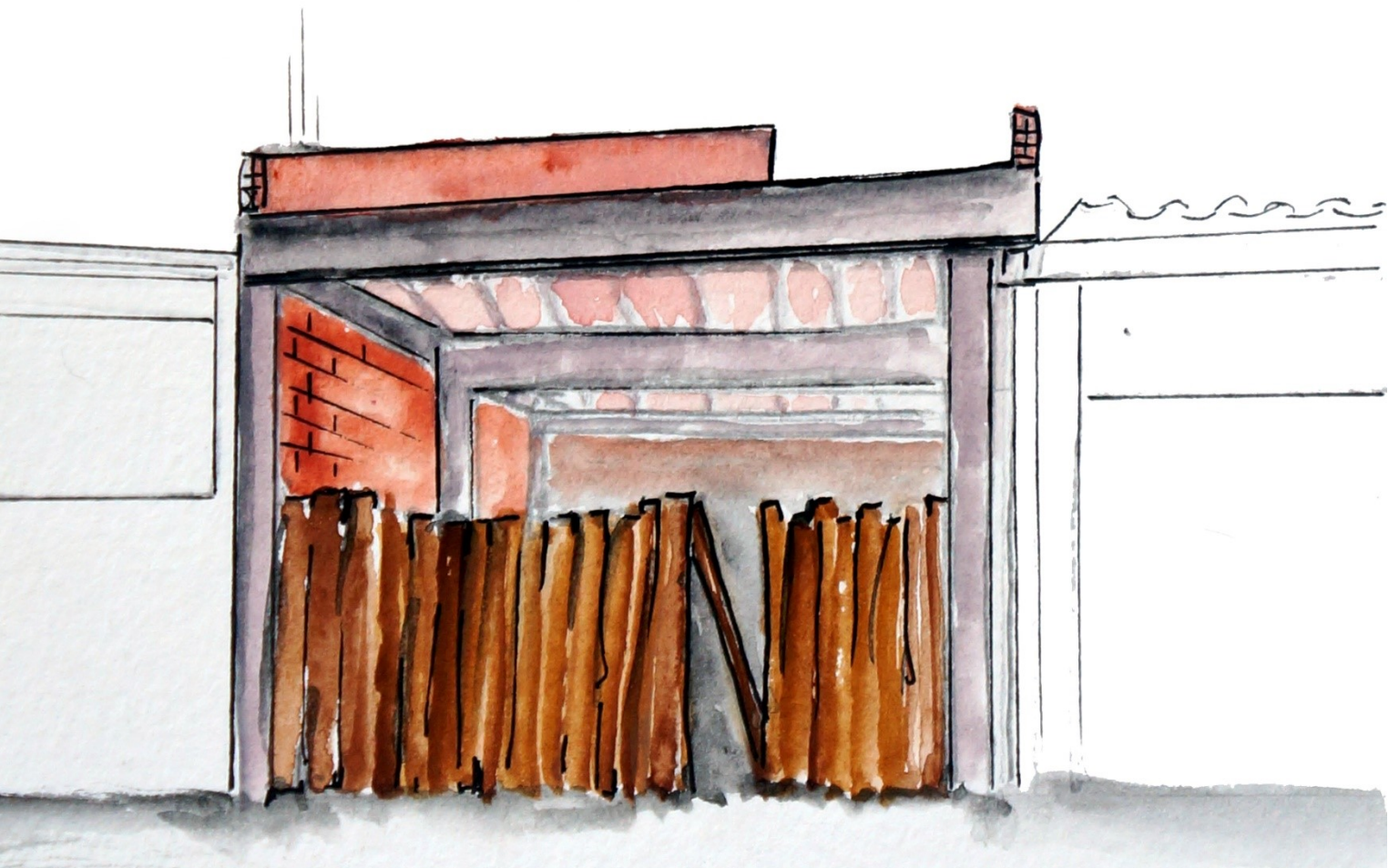
Logo depois, passamos por uma casa em construção, com o terreno cercado de madeira. Exatamente ali passa uma adura que distribui água para toda ocupação. Para aproveitar o terreno, sem correr o risco de haver algum problema com a adutora, as moradoras encontraram como solução construir a casa sobre pilotis. Jaqueline explicou que a rede de água e esgoto foi feita logo no início das ocupações, também com o auxílio das Brigadas Populares.



*Jaqueline: Nós já entramos aqui, quando a gente tava capinando o terreno pra poder construir as casas, aí nos deparamos com ela. Deparamos com ela. Aí a gente viu aquele tampão de ferro assim no meio do mato, vamos ter que destampar, será que isso aqui é uma fossa? Quando nós abrimos, minha filha, aqui é a mina de ouro, a água.*

**Figura 41 - Casa da adura**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Por coincidência, logo em seguida, passou por nós um carro dos Correios. Uma vez que o acesso à água e à energia ocorrerem de forma não regularizada, não é possível ter um endereço fixo. Contudo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) próximo a ocupação concedeu às moradoras um cadastro provisório, que permite que algumas delas, como Jaqueline, recebam as correspondências de toda a ocupação. Jaqueline afirmou que houve muitas manifestações para se conseguir esse direito. Outro fato interessante é a coleta de lixo, que passou a ocorrer de maneira regular em todas as ocupações após Jaqueline liderar as moradoras em uma manifestação:

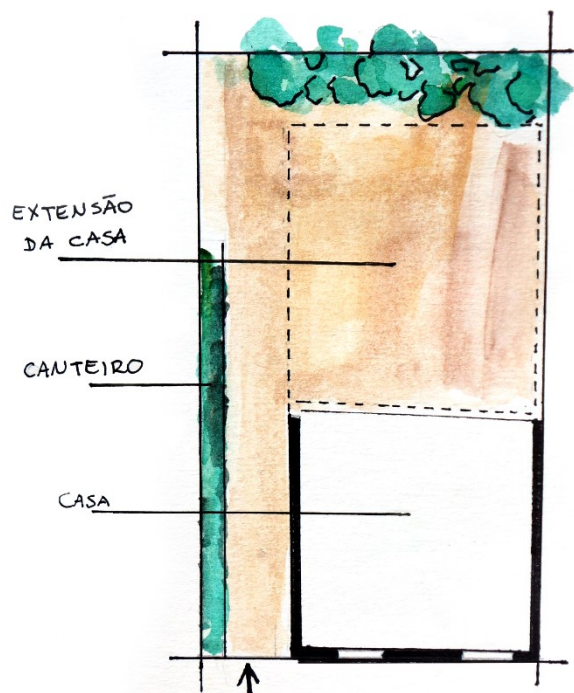
*Jaqueline: Para passar (a coleta de lixo) sabe o que nós fizemos? Nós alugamos uma caçamba, caminhão daqueles que leva caçamba, juntamos menino e saímos recolhendo em todas ocupação, todo lixo. Foi jogando na caçamba, foi jogando na caçamba, foi enchendo, enchendo e botou tudo lá na porta da prefeitura! Chegou lá e “pum”! Naquele jardim bonito, sabe? Aquele ficou repleto lá! Na época do Keyssom... O prefeito Keyssom. “Aê uai, cês num vai catar, então nós vamos deixar aí!” E foi toda semana nós vamos fazer isso. Aqui não fica sem coletar de jeito nenhum, porque se ficar nós vamos levar e por lá... aí cê imagina os lixo. É, uai!*

**Figura 42 - Carro dos correios**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

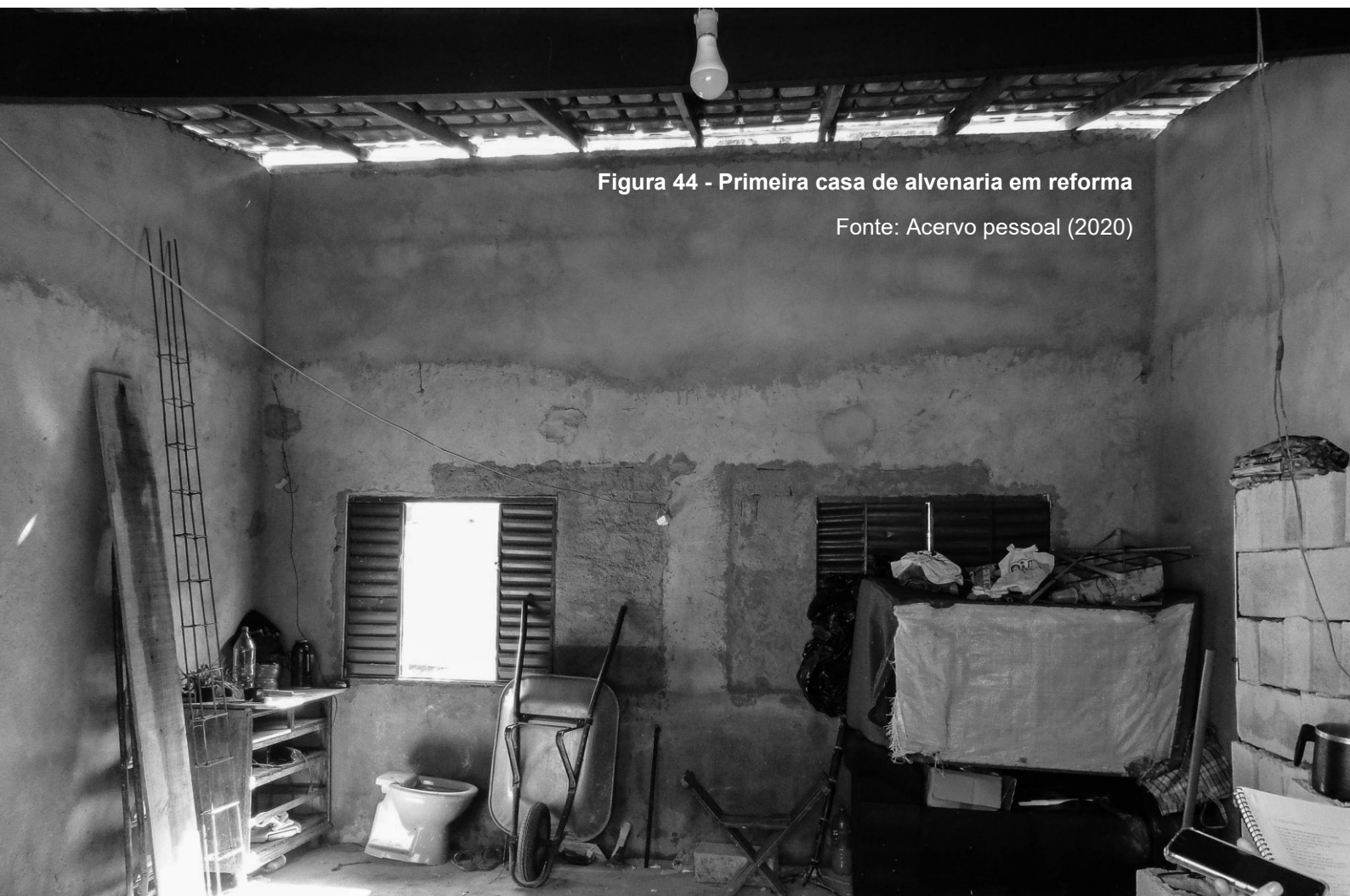


Voltando ao percurso, Jaqueline fez questão de me mostrar a primeira casa construída de alvenaria. A casa foi construída em 2012, em um mutirão. O local tinha como objetivo receber os advogados e militantes das Brigadas Populares e servir de apoio quando necessário. A casa possui um cômodo, telhas de cerâmica — que Jaqueline fez questão de dizer que foram colocadas especialmente para receber os companheiros — e um pequeno banheiro. Agora o local está sendo ampliado e havia quatro pessoas trabalhando na execução da fundação, onde serão construídos um quarto e uma cozinha, aproveitando a área dos fundos.



**Figura 43 - Croqui da casa**

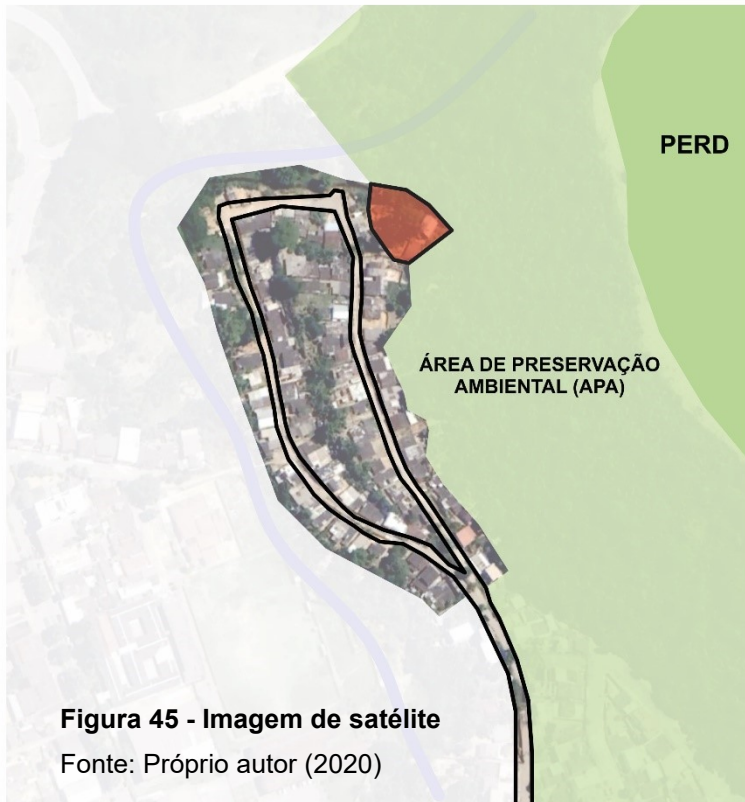
Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 44 - Primeira casa de alvenaria em reforma**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 45 - Imagem de satélite**

Fonte: Próprio autor (2020)

Retomamos o percurso e eu ainda me espantava com as mudanças construtivas das casas, principalmente os muros e portões fechados. Ao fim da rua, algumas casas estão dentro da área de preservação ambiental (APA), muito próximas à mata do PERD, questão que é sempre ressaltada pela prefeitura como um problema que precisa ser solucionado. São três casas, e para chegar até lá é preciso subir um trecho a pé.

Logo me lembrei das queimadas que castigaram muitas regiões de Minas Gerais no mês de agosto de 2019. Durante o período, parte da mata do Parque Estadual do Rio Doce foi atingida pelo fogo e, de acordo com Jaqueline, os moradores correram para apagar as chamas próximas à ocupação e salvaram muitos macacos e outros animais que fugiam do fogo. Felizmente não houve feridos.

**Figura 46 - Casas mais próximas ao PERD**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 47 - Escada para segundo pavimento

Fonte: Acervo pessoal (2020)



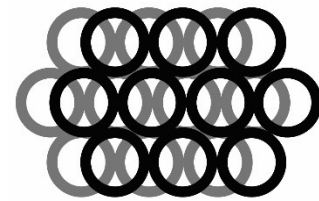


De volta para o percurso, Jaqueline voltou a dizer que precisava de minha ajuda para mais um projeto, dessa vez para melhoria da via que sempre apresentou problemas, principalmente no período de chuvas. O objetivo das moradoras é pavimentar este trecho para que possa possível seguir de carro. Na figura 51 é possível ver como o trecho se encontra atualmente.

Recentemente, os moradores construíram um muro de contenção (Figura 49) em um local que apresentava risco de deslizamento.

**Figura 48 – Croqui do muro de contenção**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**EM PLANTA**



**VISTA LATERAL**

**Figura 49 - Muro de contenção**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 50 - Descida da rua 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 51 - Descida da rua 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Após esse trecho, a via fica mais próxima ao córrego, quase totalmente coberto pela vegetação. A partir dali os moradores chamam a região de “rua de baixo”. Diferentemente dos terrenos da rua de cima, nesse trecho não houve um planejamento mais detalhado, como conta Jaqueline:

*Jaqueline: é muito engraçado o negócio... eu separei 50 pessoas pra gente ocupar aquela área de cima. Quando eu olhei pra trás, por volta de 11:30 da noite, tinha umas 200 pessoas. Esse lado debaixo aqui já tava tomado, aí daqui a pouco tava chegando uma van do Macuco. "Peraí, como que faz esse negócio?", "Lá tem um terreno assim, pode ocupar! É terreno da Prefeitura". E o trem deu um bum assim, nós perdemos o controle, cara... Nós perdemos o controle, nós não temos como controlar e fazer medição direito não, aí o negócio já ficou meio pelos cocos, mas deu pra abrigar todo mundo. Lá em cima você pode ver que os lotes, as medidas são todas iguais, todo certinho. Aqui embaixo já não é, entendeu?*

Logo à frente, passamos pela ponte que conecta a ocupação ao bairro Limoeiro e às escolas e creches mais próximas. Jaqueline também afirmou que refazer a ponte para passagem segura das crianças é outro sonho das moradoras.

**Figura 52 - Rua de baixo**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 53 - Ponte que conecta a ocupação Massaranduba a outros bairros

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 54 - Percurso da Ocupação Massaranduba

Fonte: Próprio autor (2020)

### 1 OCUPAÇÃO MASSARANDUBA



Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 640m



Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO MASSARANDUBA ———

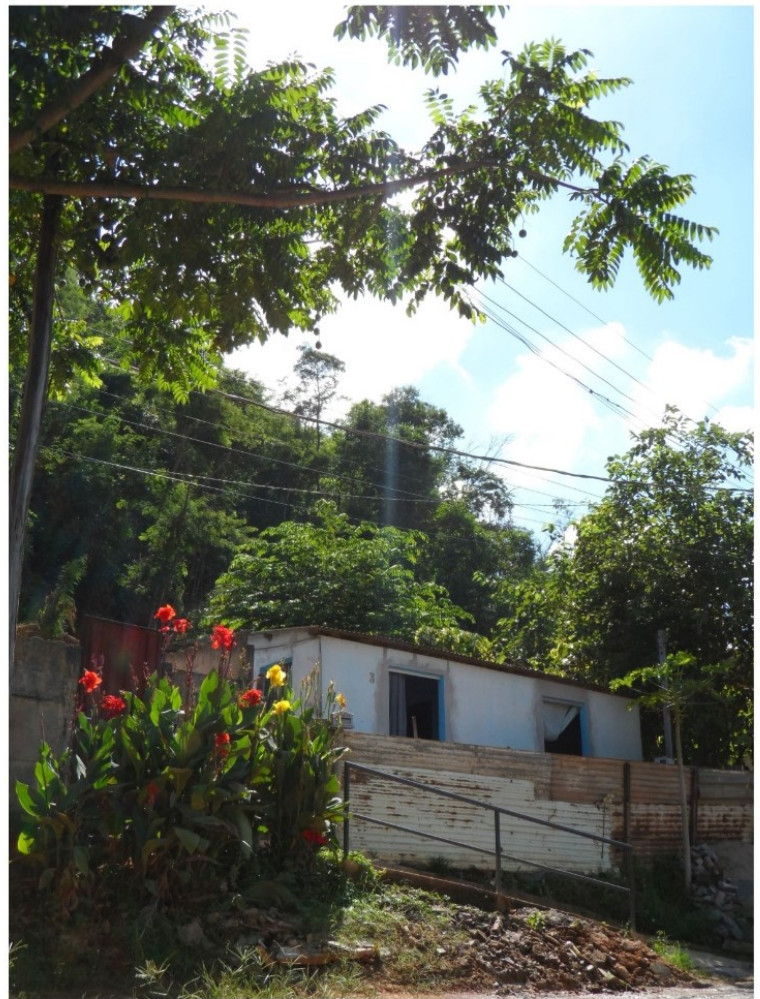


Mapa base: Google Earth, 2018



**Figura 55 - Fotos pelo percurso**

Fonte: Próprio autor (2019)







**Figura 56 - Caminho**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Sáimos da ocupação da rua Massaranduba e caminhamos até a ocupação da Igreja Católica. Durante o caminho, continuamos conversando sobre o território. Nos anos 90 a PMT, em colaboração com a ACESITA, desenvolveu um projeto habitacional para o bairro Limoeiro e construiu 1.500 moradias financiadas pela Caixa Econômica Federal (QUECINI 2007). De acordo com Jaqueline, grande parte das casas foi a leilão quando os compradores não conseguiram mais arcar com as prestações. Com isso, os moradores passaram a ocupar os terrenos próximos. Grande parte das moradoras das ocupações são de antigas famílias que já viviam na região.

*Jaqueline: Aconteceu um projeto que a Prefeitura fez com a Caixa, aí. Aí a pessoa pagava uma prestação e tinha um sorteio. Aí a pessoa "Ah, ganhei minha casa!". Quando cê ia lá negociar, né, aquelas prestação absurda! Aí, pessoa ia pagando, pagando, não aguentava terminar de pagar. Te mostrar depois da casa do cara, aí era despejado. Ih, menina, gente demais aqui que foi despejado.*

*Foi os que correram tudo pra lá na época que a gente começou. [...] O cara dali suicidou e perdeu essa casa. A mulher dele tá lá na ocupação com a gente. Ele já tinha feito esse terraço. Tinha feito esses trem, foi despejado da casa dele [...] Tinha pessoas que chegavam aqui, cê pode ver que tinha pessoas aqui dentro [da ocupação] que tinha quatro, cinco casas, que tinha dinheiro na época, vinha e arrematava tudo no leilão, comprava tudo. Aí ele suicidou.*

*Jaqueline: Essa parte aqui era antiga ACESITA, né. Aí o trem foi expandindo, construíram duas mil casas aqui no bairro, que essas casas que eu falei com você e tal. Aí construíram o bairro Alphaville. O que pode contar aqui que é legalizado é essas casas, né, e o bairro Alphaville. O resto, minha filha, tudo passa, tudo ocupação! Esse bairro que surgiu de ocupação, porque quando essas casas da ACESITA, da Caixa, vêm pra cá, tinha casa pra tudo quanto é lado e tinha ocupação. O Macuco também surgiu de ocupação.*

**Figura 57 - Antigas casas do bairro Recanto Verde**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Chegando na Ocupação da Igreja Católica, passamos alguns minutos conversando logo no início da rua, onde Jaqueline detalhava como era o território e como foi o processo da ocupação. O antigo terreno público, vizinho à igreja, era destinado para um estacionamento que nunca foi construído. A ocupação também está bem diferente desde os últimos registros do documentário em 2015. Muitas casas já possuem dois pavimentos, garagens, portões e muros fechados. Diferentemente da Ocupação Massaranduba, a área não está próxima ao PERD nem ao córrego do Limoeiro.

**Figura 58 - Igreja Católica**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



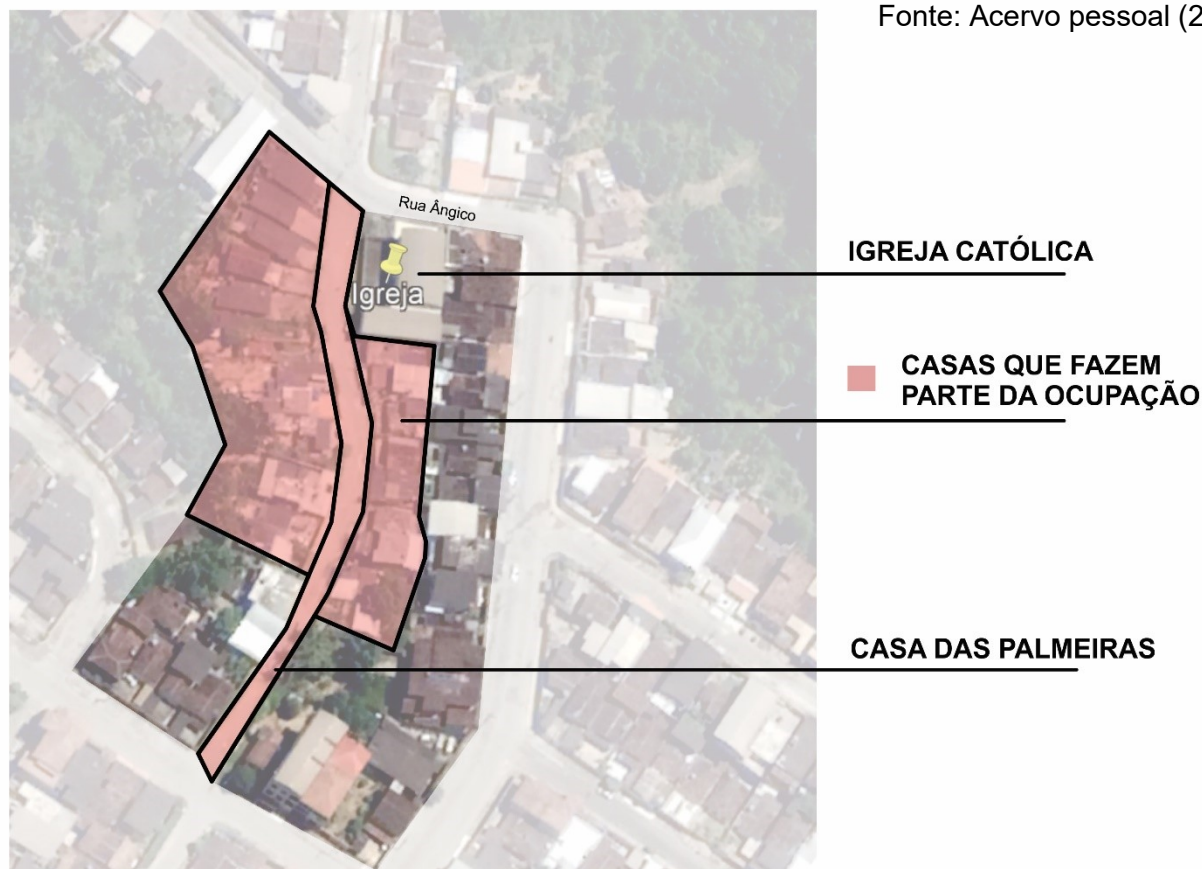
Durante o percurso, Jaqueline contou algumas histórias a respeito da igreja e dos conflitos que ocorreram com o antigo padre. No mesmo instante, ela mencionou que esqueceu de me levar para conhecer a igreja evangélica da Ocupação Massaranduba e se mostrou muito orgulhosa em ter uma igreja evangélica em sua ocupação. Aparentemente, existe um desconforto ao se referir às outras religiões e entre as pessoas que frequentam encontros religiosos diferentes. Achei melhor não me aprofundar no assunto para não causar nenhum estranhamento.

Logo depois, encontramos uma moradora que não se mostrou receptível para um diálogo, e então seguimos. Em relação ao território, não são todas as casas da rua que compõem a ocupação. Jaqueline afirma que as casas do final da rua já existiam antes da ocupação se iniciar e por isso não fazem parte da ocupação. De acordo com Jaqueline, entre essas casas está a casa de um vereador que *“pegou o fundo todinho da casa que ele tinha”* e não deixou a ocupação se expandir, então Jaqueline afirma: *“do pé de coco para lá é (ocupação), mas esse lado de cá não é!”*.

Eu não procurei averiguar se o morador da casa é realmente vereador, mas em todas as ocupações foram apontadas histórias semelhantes e muitos casos envolvendo políticos e policiais.

**Figura 59- Diagrama da ocupação**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 60 - Rua da Ocupação da Igreja Católica em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 61 - Ocupação da Igreja Católica em 2020**

Fonte: Próprio autor (2020)





**Figura 62 - Vista da parte de trás da igreja em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 63 - Vista da parte de trás da igreja em 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

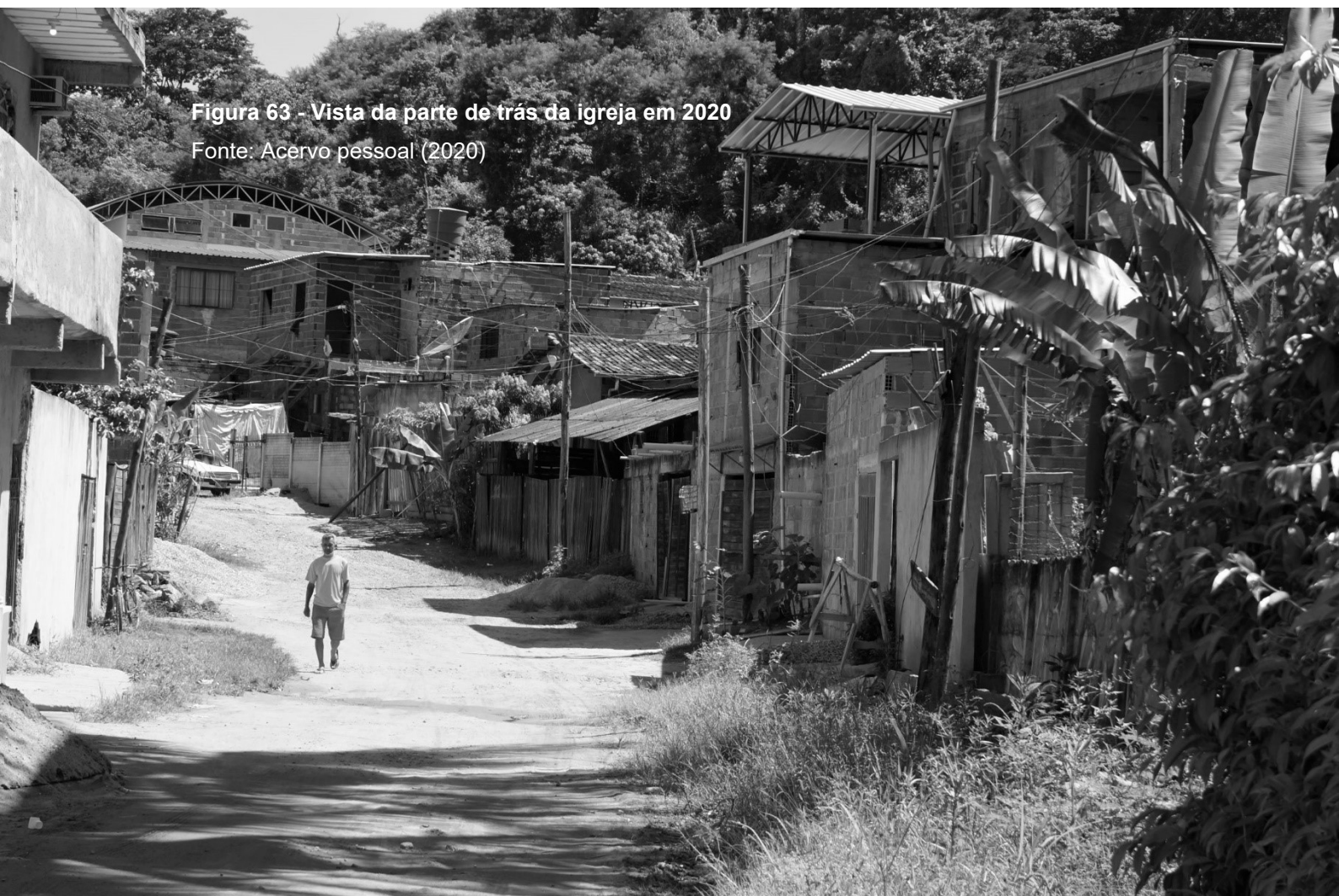


Figura 64 - Percurso da Ocupação da Igreja Católica

Fonte: Acervo pessoal (2020)

## 2 OCUPAÇÃO DA IGREJA



Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 174m



Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO DA IGREJA ———



Mapa base: Google Earth, 2018



Figura 65 - Fotos pelo percurso na Ocupação da Igreja Católica

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Caminhamos até uma parte da ocupação da rua Bálamo. A ocupação também é fragmentada em diferentes trechos. Assim como a ocupação da Igreja Católica, quando se iniciou o processo de ocupação já existiam casas e antigas ocupações. Nesse trecho, por exemplo, quando a ocupação se iniciou já havia casas apenas de um lado da via, e também havia iluminação pública e asfalto. Jaqueline sempre ressalta que a ocupação está só do lado direito da via, onde existiam antigos brejos.

Durante o percurso alguns moradores estranharam a nossa presença e conversaram em particular com Jaqueline. Eles nos confundiram com fiscais da prefeitura que iriam discutir a respeito dos cortes de água, recorrentes no local. Sendo eu e Paula estranhas, mulheres e brancas, era certo que despertaríamos curiosidade e desconfiança, mas Jaqueline representava uma “imunidade social” para nós. Ainda com a presença de Jaqueline e com a explicação do motivo da nossa presença ali, esses moradores não se mostraram dispostos a conversar. Nesse momento me recordei de Marco Aurélio e das minhas primeiras tentativas de contato com as ocupações, em 2015, contadas no início desta dissertação.

**Figura 66 - Ocupação da Rua Bálamo**

Fonte: Próprio autor (2020)





Figura 67 - Percurso da ocupação da rua Bálamo

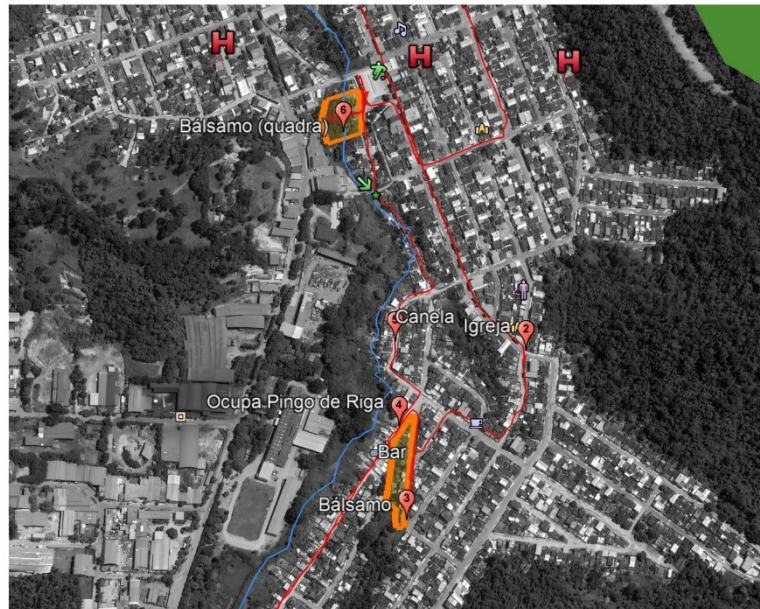
Fonte: Próprio autor (2020)

### 3 OCUPAÇÃO DA RUA BÁLSAMO



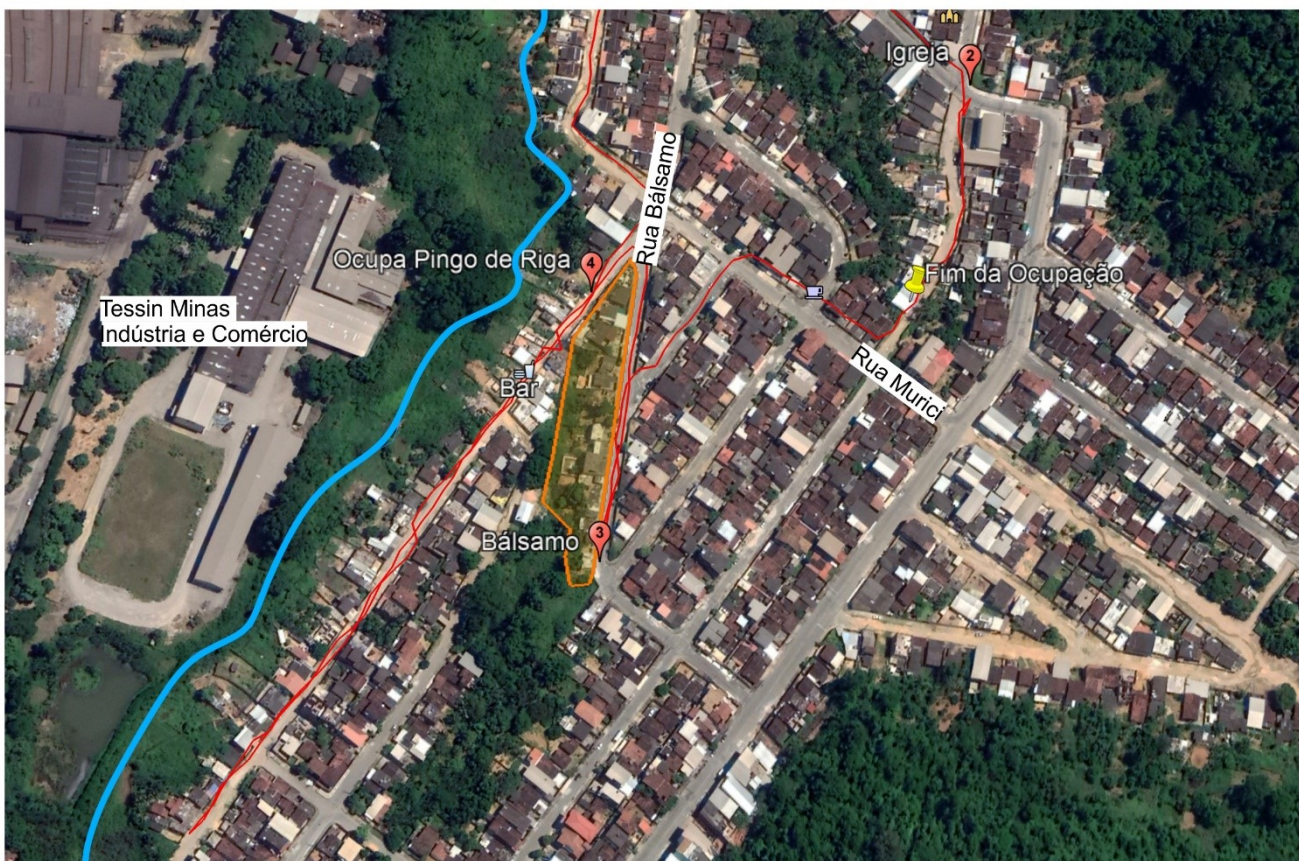
Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 174m



OCUPAÇÕES DA RUA BÁLSAMO PARTE 1 E BÁLSAMO (QUADRA)

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO DA RUA BÁLSAMO

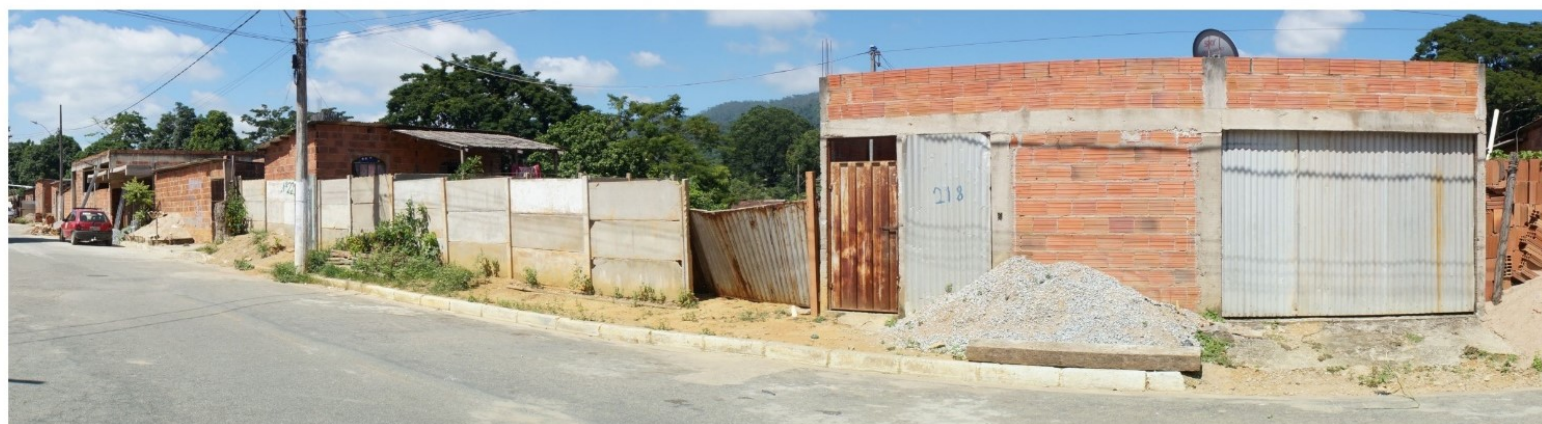


Mapa base: Google Earth, 2018



**Figura 68 - Fotos pelo percurso da rua Bálsamo**

Fonte: Próprio autor (2020)



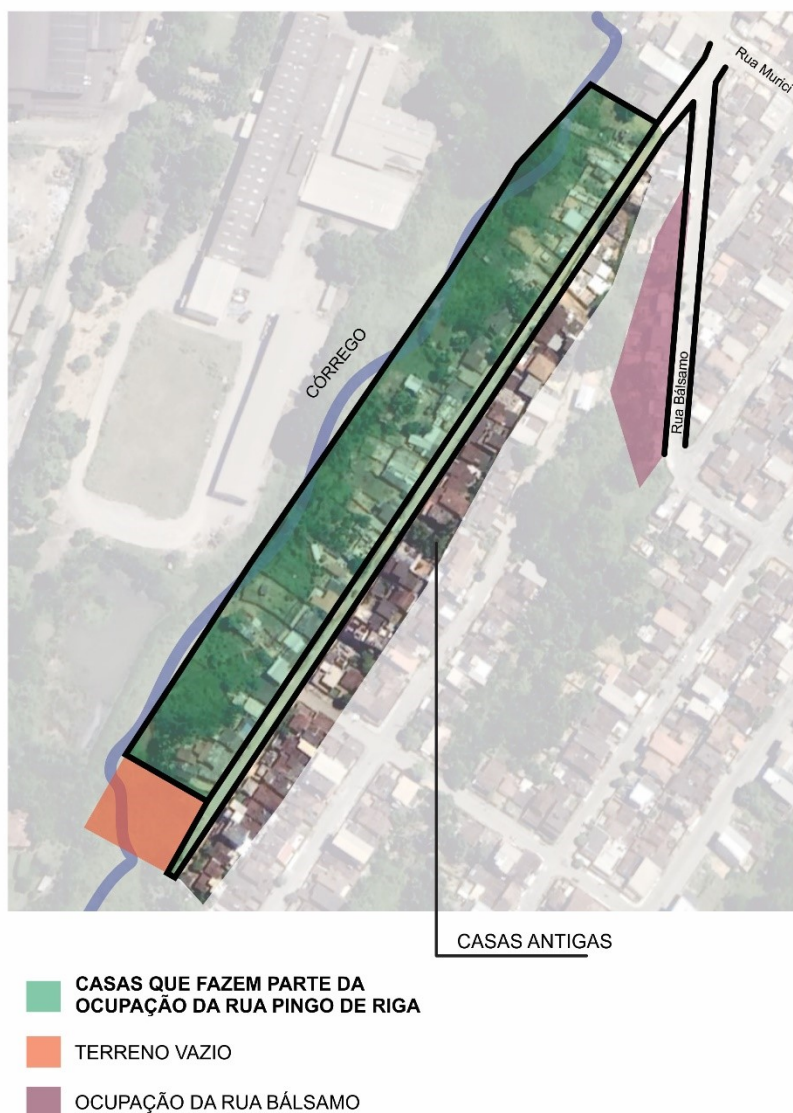


Seguimos para a ocupação da rua Pingo de Riga, paralela à rua Bálamo. O nome da rua nos mapas oficiais é Pinho de Riga, uma árvore comum na região, mas os moradores sempre se referiram à rua pelo nome “*Pingo de Riga*”. Por esse motivo, foi utilizado o nome Pingo de Riga nesta dissertação.

Quando a ocupação se iniciou, em 2012, também já havia casas e iluminação pública no local. A ocupação seguiu a mesma lógica que a da rua anterior, ocupando os terrenos mais próximos ao córrego. Como já havia iluminação pública em um lado da via, foi necessário apenas fazer a distribuição de energia. As casas foram construídas em um nível mais alto, levando em consideração a proximidade ao córrego, uma vez que no período de chuvas ocorrem muitos alagamentos na via.

**Figura 69 - Diagrama da Ocupação Pingo de Riga**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Para resolver o desnível do terreno, foi realizada uma terraplanagem, utilizando a terra retirada da parte mais alta da ocupação Massaranduba na Ocupação Pingo de Riga, para, assim, nivelar o terreno. Jaqueline conta que foram alugados caminhões para levar a terra retirada e tudo foi feito no mutirão.

No fim da rua ainda existe um trecho vazio, onde Jaqueline afirmou que serão construídas novas casas, assim que “*as coisas ficarem mais tranquilas*”.

Durante o percurso, Jaqueline sempre ressaltava que as ocupações estão localizadas apenas ao lado direito das vias: *“daqui pra cá é nosso”*. Jaqueline também fez questão de ressaltar que *“eles (os outros que já moravam na rua) deviam de agradecer! Que valorizou até o fundo da casa deles! Fizemos a rua né, ó aí!”*. Ainda que as casas vizinhas e alguns trechos do território, como a rua Bálamo, tenham histórico de ocupação, estes são sempre chamados como os *“outros”* ou *“outras ocupações antigas, de vinte anos atrás”*. Os *“outros”* das ocupações antigas não possuem nenhuma frente de organização conjunta, nem processos jurídicos em andamento, o que reforça ainda mais a distinção entre eles. Assim, há uma divisão, uma estrutura em consenso, pela qual as ocupações se distinguem entre ocupações antigas e ocupações de 2012. Os conflitos e as disputas políticas entre os limites territoriais se repetem em uma divisão *“nós/outros”*. De uma forma ou de outra, *“não dá pra eliminar o jogo que existe em qualquer cultura”* (ZALUAR 1994, p. 56).

**Figura 70 - Ocupação da Rua Pingo de Riga**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 71 - Rua Pingo de Riga**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 72 - Percurso da ocupação da rua Pingo de Riga

Fonte: Próprio autor (2019)

#### 4 OCUPAÇÃO PINGO DE RIGA



Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 500m

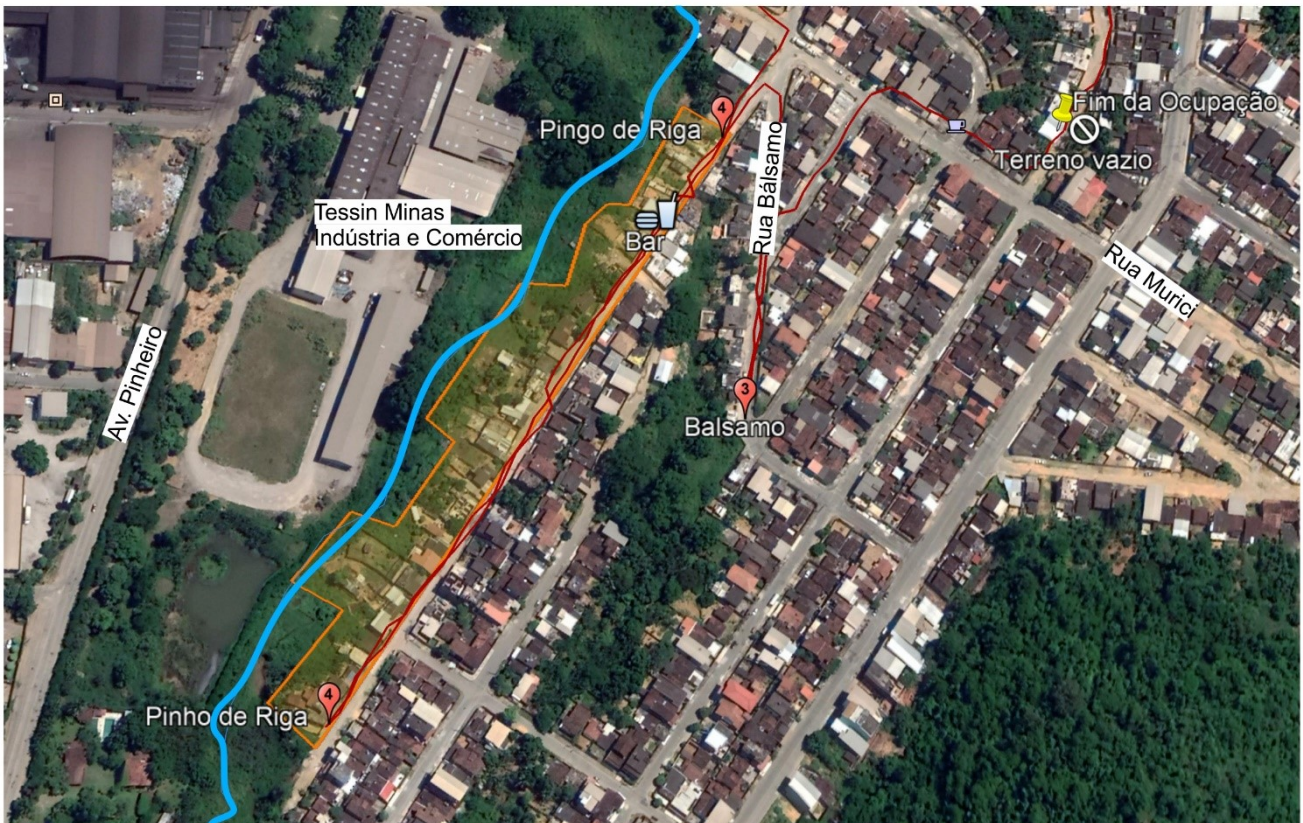


Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO



OCUPAÇÃO PINGO DE RIGA



Mapa base: Google Earth, 2018



Figura 73 - Fotos pelo percurso na ocupação da rua Pingo de Riga

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 74 - Diagrama da rua Canela**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Sáimos da Pingo de Riga em direção à ocupação da rua Canela e no percurso caminhamos por um trecho da rua Murici formado a partir de ocupações, também chamadas por Jaqueline de “*outros*” das ocupações antigas, construídas há mais de vinte anos. Até o momento, não havíamos encontrado nenhum morador pelo caminho, provavelmente pelo calor que fazia, como Jaqueline exclama em determinado momento: “*Gente que sol quente! Credo em deus pai!*”.



- CASAS QUE FAZEM PARTE DA OCUPAÇÃO DA RUA CANELA
- OCUPAÇÃO DA RUA PINGO DE RIGA

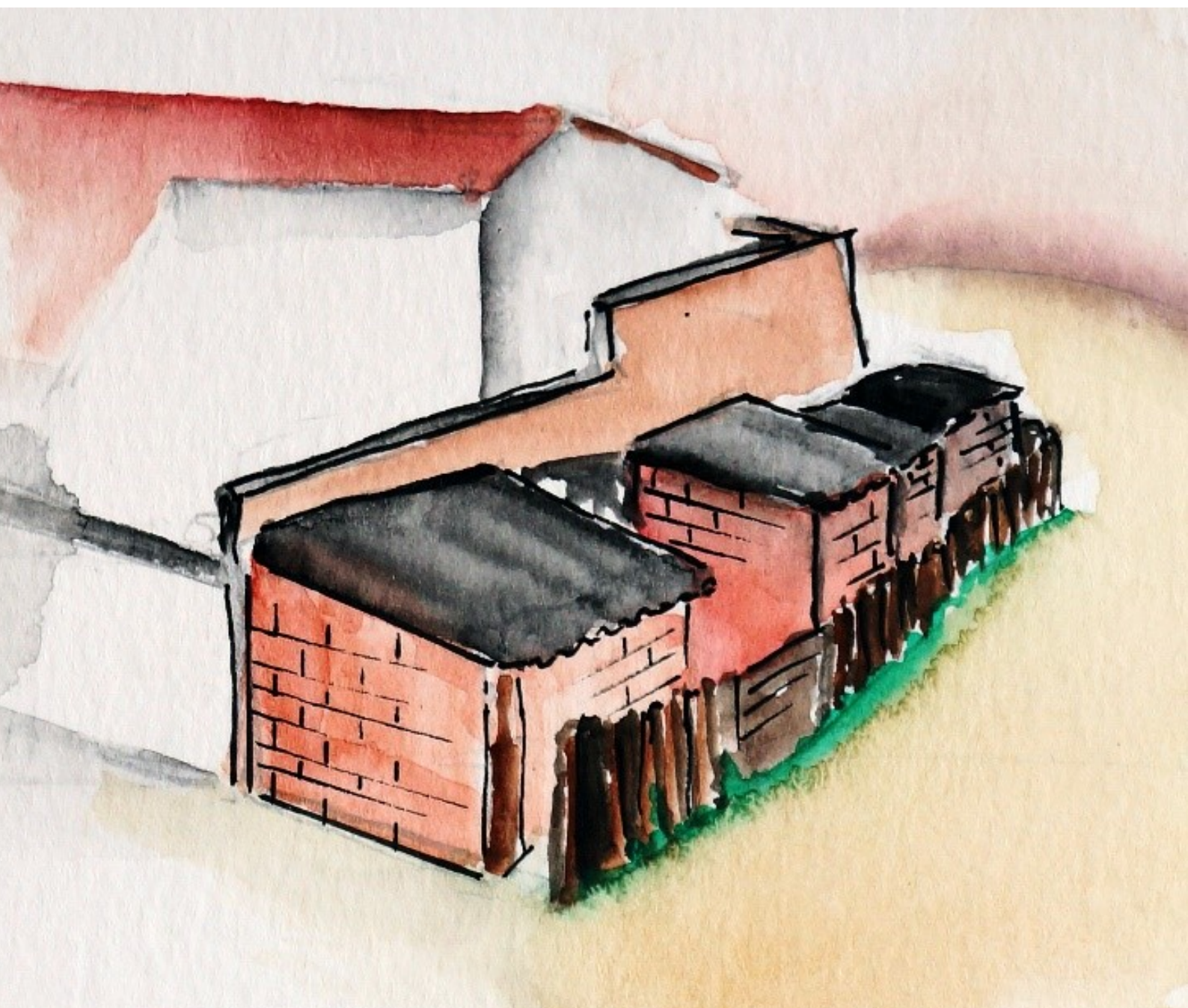
Na entrada da rua Canela se inicia a ocupação. Não há uma separação explícita, nem alguma barreira física entre os territórios. Apenas quem construiu e quem vive nas ocupações sabe distinguir quais são os territórios de determinadas ocupações. Os terrenos ocupados seguem a mesma lógica: próximos ao córrego, em apenas um lado da via.



Um detalhe chamou a atenção: quatro casas construídas na esquina, aproveitando o afastamento da via sem calçada. As casas de alvenaria e madeira possuem aproximadamente 30 metros quadrados (figura 75). Ao final da rua, encontramos Dona Maria, que varria a calçada de sua casa. Conversamos por alguns minutos e ela fez questão de demonstrar preocupação em relação ao seu vizinho que, de acordo com Dona Maria, sempre é mencionado em reuniões com a prefeitura por ter construído sua residência em cima da passagem de uma manilha de esgoto. A casa (figura 77) possui dois pavimentos, terraço, garagem e está em fase de revestimento.

**Figura 75 - Croqui das casas**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 76 - Ocupação da rua Canela em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 77 - Ocupação da rua Canela em 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 78 - Percurso da ocupação da rua Canela

Fonte: Próprio autor (2020)

### 5 OCUPAÇÃO DA RUA CANELA



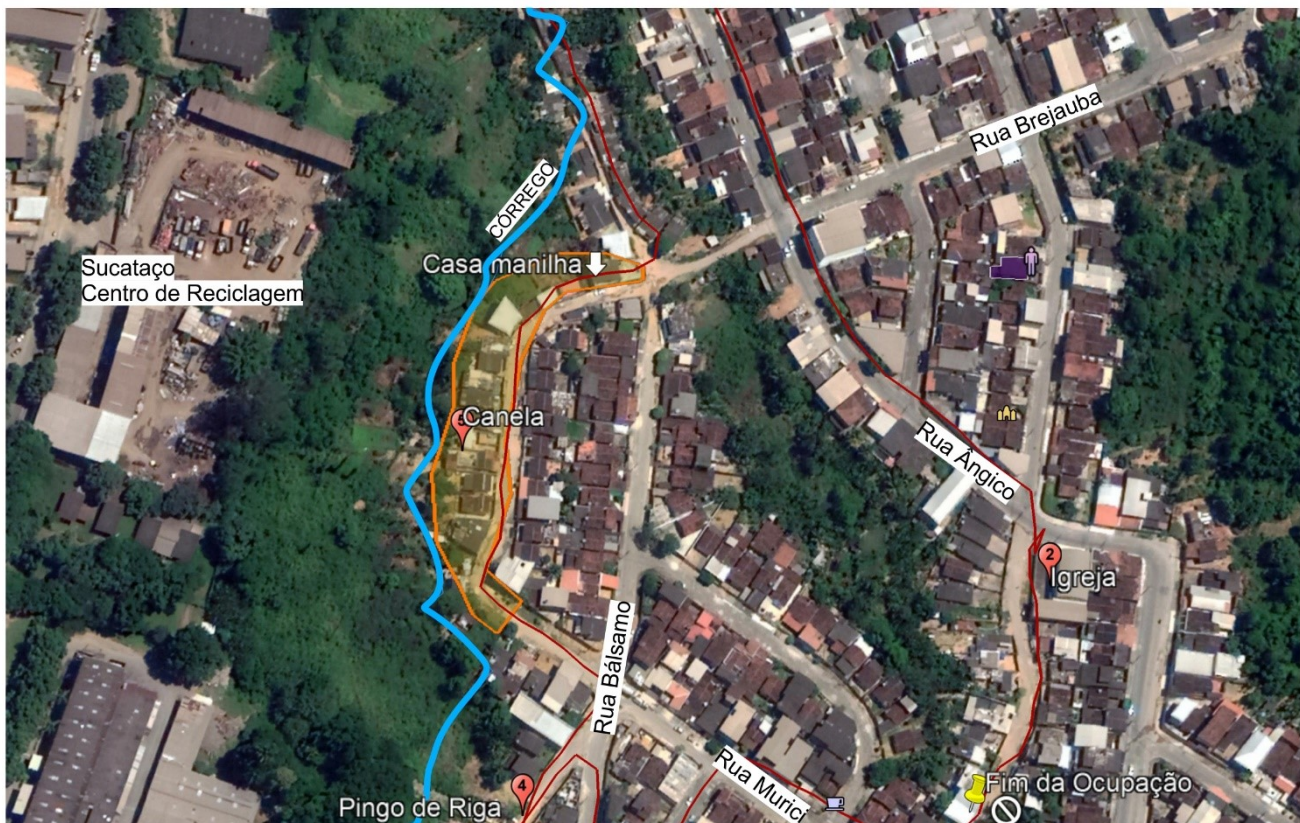
Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 187m



Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO CANELA ———



Mapa base: Google Earth, 2018



Figura 79 - Fotos pelo percurso na Ocupação da rua Canela

Fonte: Próprio autor (2020)

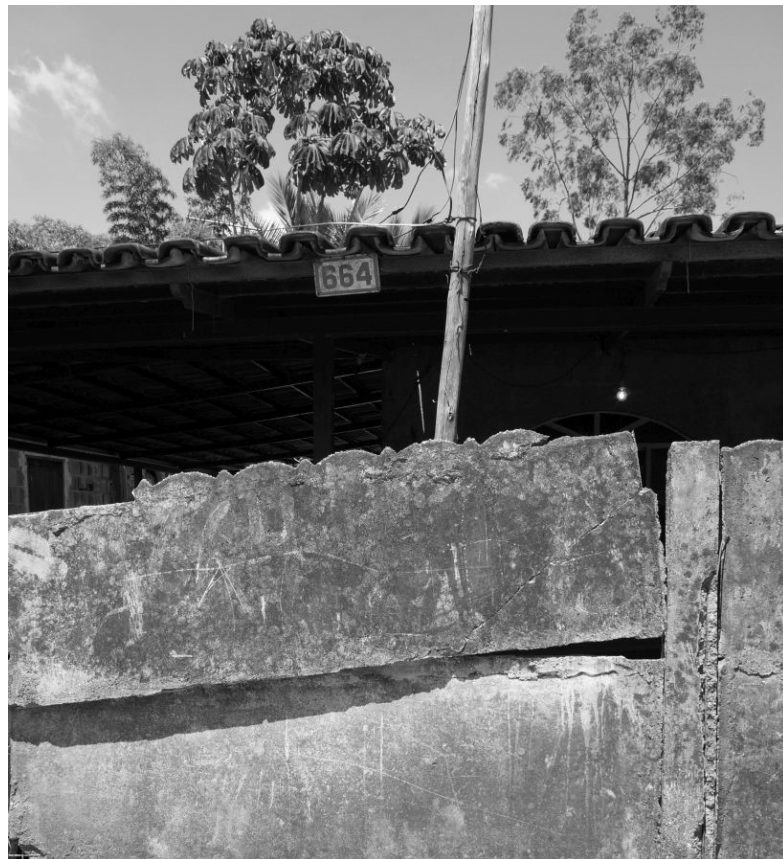




**Figura 80 - Casa 664**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Retornamos à rua Bálamo, dessa vez em direção à quadra de esportes. Grande parte da rua é formada por ocupações, que também são descritas como as outras, ocupações antigas. Diferentemente das ocupações em que caminhamos anteriormente, agora havia uma marcação que diferenciava os territórios: a partir da casa de número 664 (figura 80) já não se estava na ocupação antiga. Esse trecho da ocupação da rua Bálamo é mais estreito que os anteriores e a via tem aproximadamente 2,5m.



Paramos por alguns minutos para tirar foto de uma parreira carregada de uvas, que caía na fachada de uma casa (figura 84). Atravessamos uma pequena ponte e avistamos o supermercado da região. Victor já havia me antecipado que os moradores contam diversos casos a respeito do suposto proprietário do terreno da Ocupação do Posto. Muitos dizem que é um vereador, outros dizem que é o dono desse supermercado, outros ainda dizem que é um irmão de um vereador. São diversas versões, como a que Jaqueline compartilhou:

*Jaqueline: Aqui, olha que coisa! Esse terreno (onde o supermercado está construído) aqui foi doado pela Prefeitura. Aquele terreno lá do posto de gasolina era de um vereador. Ele não quis lá, que o terreno lá é acidentado, vocês viram lá que tem altos e baixos? Ele não quis esse terreno. Então a prefeitura doou esse terreno aqui pra ele. Esse terreno aqui é gigantesco! Ele pega daqui e vai até lá embaixo lá! Tem estacionamento, tem tudo, sabe... É enorme esse terreno aqui! Doou para abrir mão do terreno de lá aonde tá o posto de gasolina. Você acredita que ele pegou aqui, vendeu aqui pro mercado Brasil e continua falando que lá é dele, terreno privado? Por isso que o pessoal lá tá ameaçado de ser despejado, entendeu?*

Por fim, chegamos à quadra municipal, onde antigamente existia um campo de futebol (figura 81). Aproveitamos para descansar à sombra e conversar a respeito do território e dos equipamentos, como postos de saúde, supermercados, praças, entre outros, identificados no mapa da figura 83.

**Figura 81 - Campo de futebol em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2015)



**Figura 82 - Quadra municipal em 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 83 - Percurso da ocupação da rua Bálamo (quadra)

Fonte: Próprio autor (2020)

### 6 OCUPAÇÃO DA RUA BÁLSAMO (QUADRA)



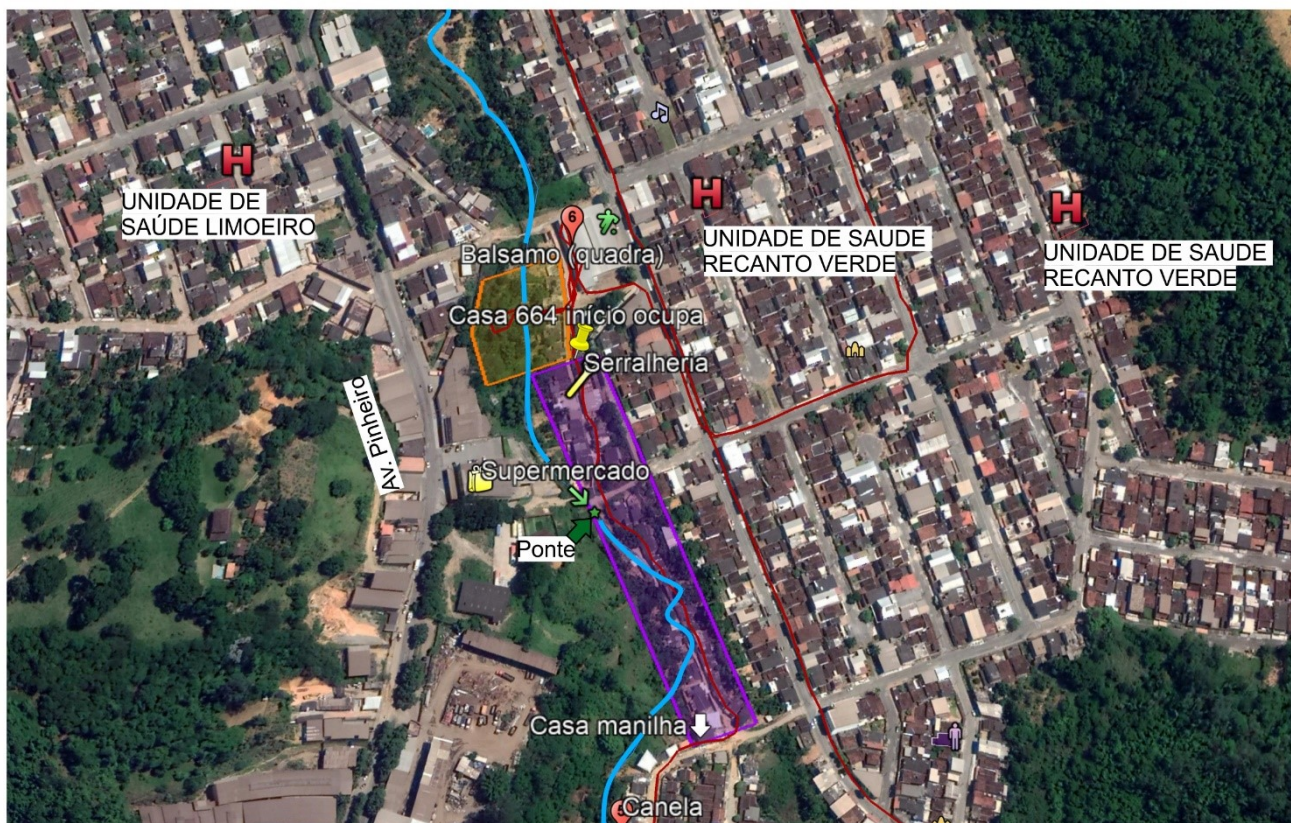
Ocupação localizada no bairro Recanto Verde.

Percurso completo: 174m



Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO DA RUA BÁLSAMO (QUADRA) ———  
OCUPAÇÃO ANTIGA ———



Mapa base: Google Earth, 2018



**Figura 84 - Fotos pelo percurso na ocupação da rua Bálamo (quadra)**

Fonte: Próprio autor (2020)





Por fim, caminhamos até a Ocupação do Posto, área que acabou ganhando esse nome por estar próxima ao posto de gasolina (Figura 85). O terreno está localizado na rua Candéia, em uma esquina com a Avenida Pinheiros, principal avenida do bairro. Estão localizadas próximas à ocupação a Escola Estadual Professora Haydée De Souza Abreu, a Escola Municipal do Limoeiro, creches, campo de futebol, entre outros equipamentos. De acordo com Jaqueline, são quarenta e duas casas, construídas para aproveitar o terreno ao máximo, mantendo apenas uma viela para a passagem.

**Figura 85 - Diagrama da Ocupação do Posto**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



OCUPAÇÃO DO POSTO

**Figura 86 - Posto de gasolina que dá o nome à ocupação – Esquina com a rua Candéia**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 87 - Continuação da rua Candeia**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 88 - Fundos da Escola Estadual Professora Haydée De Souza Abreu**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 89 - Divisa com o posto de gasolina**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Caminhamos até a casa de Shirley, que nos convidou para ver a vista do seu terraço. José, marido de Shirley, conta que estão na ocupação desde o primeiro dia: *“Nós fomos os primeiros dessa área. O cara do posto cercou ali, veio a cerca dele. Aí eu acompanhei a cerca. Eu fiz o muro aí acompanhando a cerca dele. Aí a cerca dele pro lado de lá e eu com o meu aqui”*.

*Jaqueline: Ah lá! Tá vendo? Olha! A lá a ponte. Tá vendo? Do lado de cá. Aquela pontinha azul lá ó... Esse pedaço é o que pertence à ocupação. Passa o córrego aqui assim e vai descendo.*

*[...] Isso aqui que era nossa briga. Isso que... como diz o outro... queima meus neurônios! Esse posto de gasolina aqui pegou uma parte gigantesca do nosso terreno. Nós ocupamos o terreno aí eles foram só chegando a cerca deles. Pegou uma parte do terreno que era nosso! Eles pegaram. Nós demos mole demais.*

#### **Figura 90 - Vista da Ocupação do Posto**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

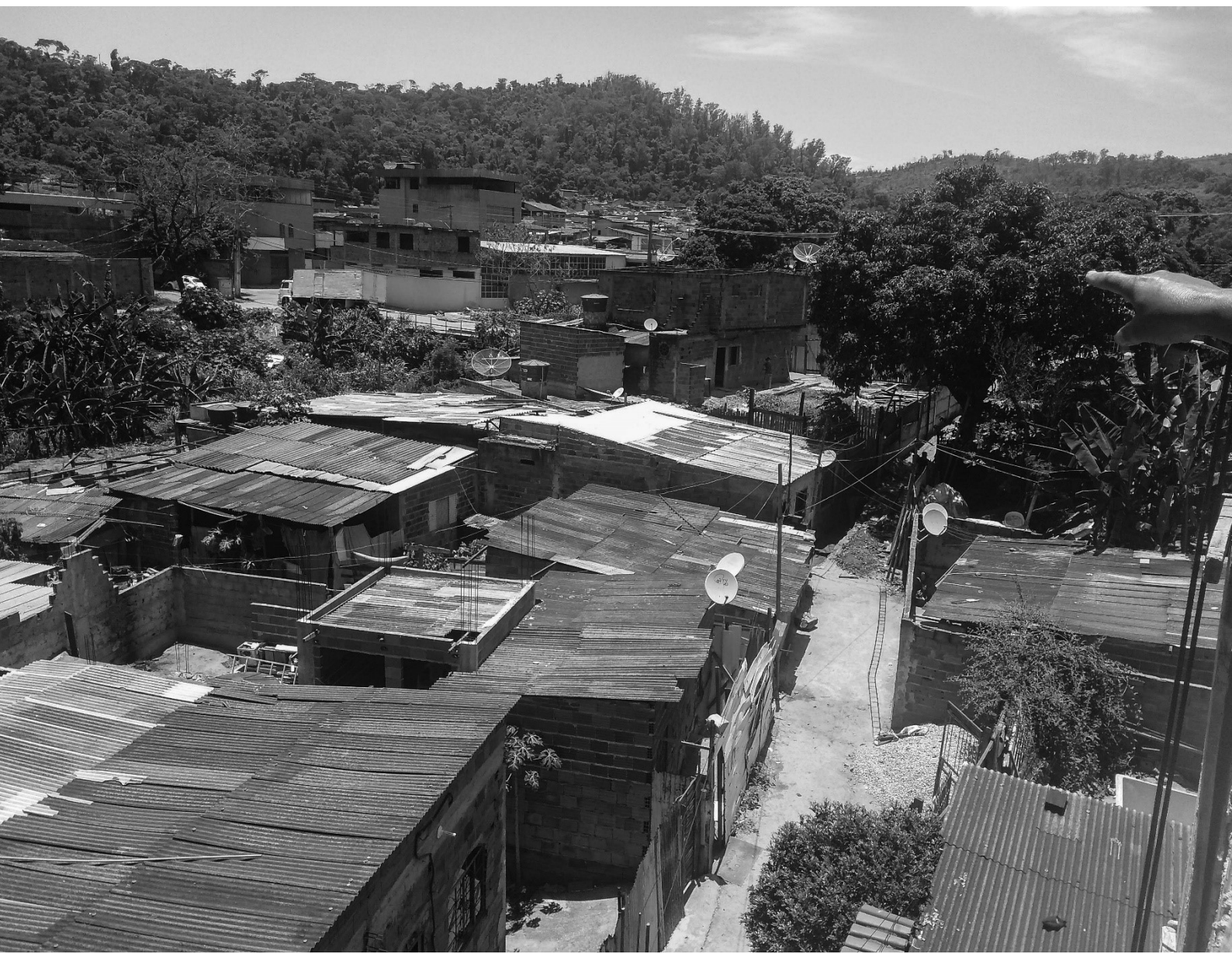


Figura 91 - Vista da rua Candeia entrando na Ocupação do Posto –  
Terraço da Shirlei no canto superior esquerdo

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Figura 92 - Percurso pela Ocupação do Posto

Fonte: Acervo pessoal (2020)

## 7 OCUPAÇÃO DO POSTO



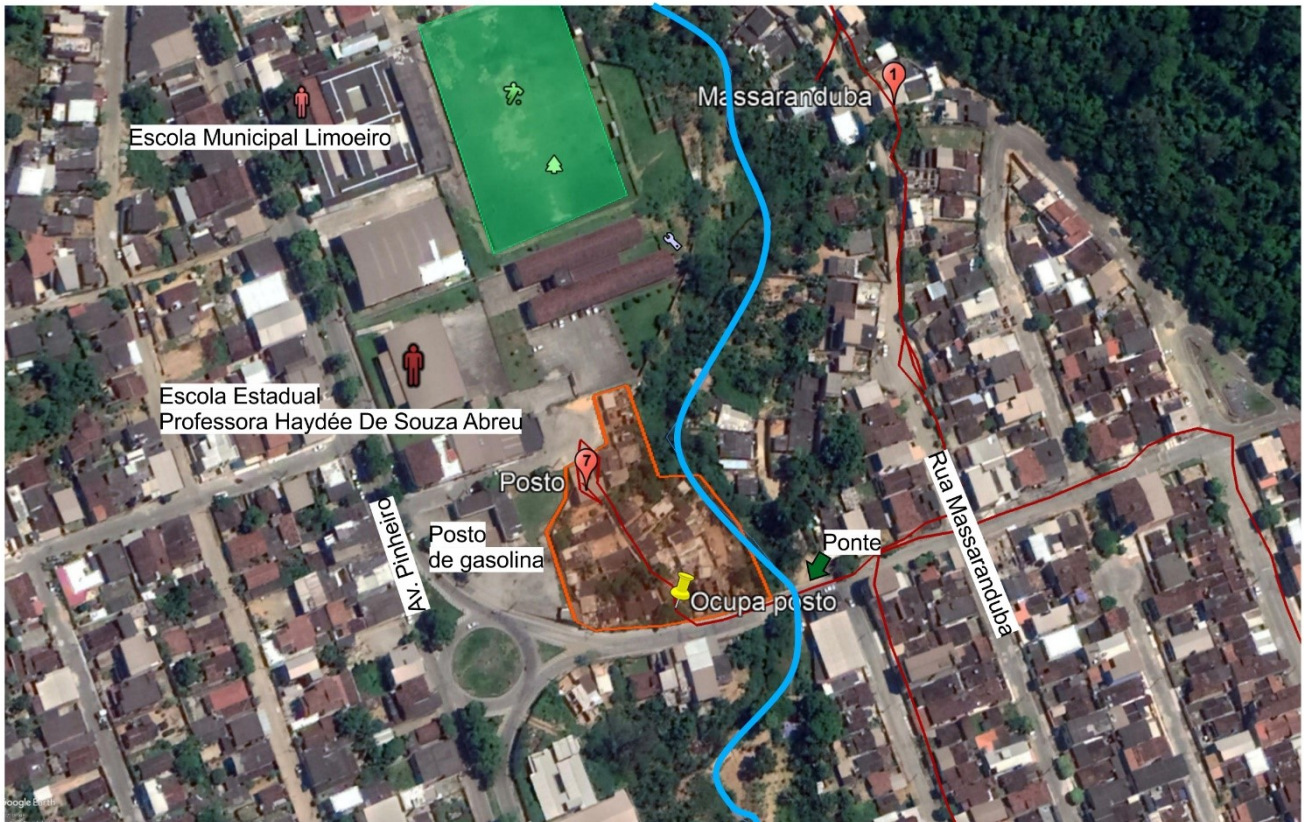
Ocupação localizada no bairro Limoeiro.

Percurso completo: 160m



Mapa base: Google Earth, 2018

PERCURSO COMPLETO ——— OCUPAÇÃO DO POSTO ———



Mapa base: Google Earth, 2018



Figura 93 - Foto pelo percurso na Ocupação do Posto

Fonte: Acervo pessoal (2020)



No fim do percurso descansamos por alguns minutos em uma sombra. Por coincidência nos encontramos com Marco Aurélio, o primeiro morador que contatei em 2015, como relatado no início desta dissertação. Assim que me viu, Marco Aurélio disse que se recordava de mim e me cumprimentou com um abraço. Jaqueline nos convidou para ir à casa dele, na ocupação da rua Bálamo, em frente à quadra municipal. No caminho, conversamos sobre sua esposa, Mirella, que estava doente, com anemia, mas ainda assim fez questão de nos receber com muita atenção.

Chegamos no local e passamos por uma pequena porta de madeira, sem imaginar que do outro lado havia um enorme quintal com uma variada plantação de frutas e verduras. Marco Aurélio, muito cuidadoso ao nos receber, exclamou: “*Pode entrar, tá meio sujo por causa da chuva*”. Assim que passei pela porta, não contive minha surpresa: “*Gente! Que lindo!*”.

**Figura 94 - Diagrama da casa**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



O terreno possui aproximadamente 1.200m<sup>2</sup>. Uma pequena casa de alvenaria foi construída na frente, ao lado esquerdo, preservando a maior parte do terreno para plantação. Ao lado da casa, havia uma enorme horta com diversas ervas e na parte posterior à casa, árvores frutíferas e hortaliças. Marco Aurélio e Mirella me guiaram por todo terreno, orgulhosos da variedade da plantação e do cuidado com o local.

*Marco Aurélio: Olha, aqui só tem coisa boa! O tamanho dos cachos de banana, taioba... Vocês tá de carro ali?*

*Renata: Estamos!*

*Marco Aurélio: Então fechou... Fica à vontade aí! Tá em casa!*

*Jaqueline: Olha isso! Olha que delícia!*



**Figura 95 - Quintal**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 96 – Fotos no Quintal**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Caminhamos pelo quintal, vendo as árvores, todas as plantas e frutas. Jaqueline contou que quando alguém da ocupação passa por alguma dificuldade, Marco Aurélio manda alimentos, cachos de banana, couve, taioba, ovos e frutas:

*Jaqueline: Ô Renata, quando eu estava com dificuldade lá, por que lá a gente ficou com muita dificuldade de comprar alimento, esses trem assim, eu corro atrás dele aqui. É banana, é couve, é taioba... eu levo tudo.*

*Marco Aurélio: Eu cortei cacho de banana caturra aqui demais... Ó o tamanho dos cacho aqui! E aqui sobe até lá pra cima.*

*Mirella: Eu ainda tenho galinha aqui, você viu? Vem cá pra ver!*

Havia uma pequena ponte de madeira para atravessar o córrego, que passa por dentro do quintal. Atravessamos a ponte e do outro lado Mirella nos levou para conhecer seu galinheiro e um forno a lenha. Conversamos por alguns minutos, enquanto Marco Aurélio colhia cachos de banana. Perguntei se havia problemas com o córrego devido às chuvas recentes. Mirella disse que nunca teve problemas, apenas precisava limpar com mais frequência.

**Figura 97 - Ponte e córrego no quintal**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 98 - Galinheiro**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 99 - Fogão a lenha**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Mirella também contou que estão na ocupação desde o primeiro dia e lutaram muito para ali permanecer. Ao ocupar, Marco Aurélio também dividiu o terreno com alguns familiares, como seu irmão, que é vizinho ao lado. Os primeiros dias de ocupação foram marcados por muitos conflitos com policiais e com o dono do terreno vizinho aos fundos, que não foi a favor das ocupações:

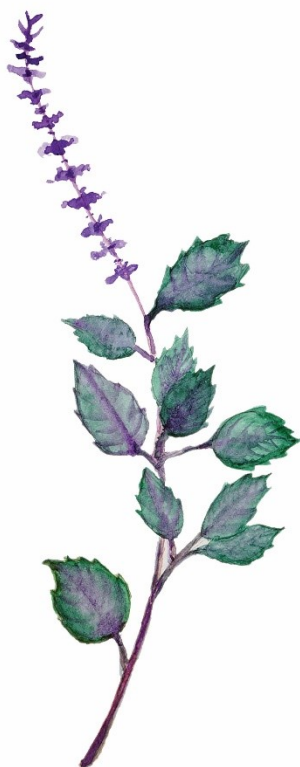
*Marco Aurélio: Eu falei com o dono fazendeiro daquela área ali [de cima, vizinho de fundo], ele é empresário, né. Aí eu peguei aqui e falei com ele assim: nós dois ganha! Porque você sozinho não vai conseguir tomar conta disso tudo não. Eu fui, briguei com ele e ele foi e fez esse “muro de Berlim” aí ó!*

*Mirella: Brigou mesmo! Correu atrás dele e tudo!*

*Renata: É mesmo?*

*Marco Aurélio: É, ué! O que eles têm de dinheiro, nós tem de coragem! O muro dele é do lado de lá, ó! Eu ainda dividi aqui, dei pro meu irmão, pra minha cuinhada, tudo vizinho.*

Por fim, o encontro com Marco Aurélio foi uma das mais incríveis surpresas que o trabalho no campo me proporcionou. Nos lembramos das dificuldades passadas em 2015, dos seminários, assembleias, reuniões e das tentativas de despejo. Era claro que havia um outro olhar, outra percepção de ambos. O primeiro estranhamento que ocorreu em 2015, contado no início desta dissertação, contrasta com este momento atual, à luz de um desvio etnográfico. Saí da casa de Marco Aurélio com um buquê de taioba e algumas mudas de hortelã e manjericão com os quais ele e Mirella fizeram questão de me presentear.



*Marco Aurélio: Você que eu conversava no telefone! Eu fiquei grilado! Quem será essa menina... Cê é doida! Cuidado cê vim aqui, hein, menina, nós somos doido demais! (risos) Nós estava passando uma trepidação danada! Eu falei com a Michele! Ô Michele quê que isso de arquiteta? (risos)*

(...)

*Marco Aurélio: Aê! Viu como que o mundo dá voltas? Eu assustei com a arquiteta, uai, quem é essa de Ipatinga me ligando? Eu com medo dos “homi”. A tropa de choque me pisou eu todo ali no meio da rua. Se eu não batia de frente, tinha tirado nós daqui. A minha casa já tava pronta, com mobília, com tudo... de laje! Eles queriam passar máquina em tudo e eles não tem coração não. O sistema, eles vêm pra bater, pra quebrar e se você não pegar firme mesmo, pôr Deus na frente... É o sistema né...*



Figura 100 - Ilustração manjericão

*Renata: Nossa, gente! Delícia demais seu terreno! Tira uma foto comigo? Eu queria tirar com você e com Marco Aurélio. Será que ele tira?*

*Mirella: Claro!*

*Marco Aurélio: Tiro! Aqui, com seu buquê de taioba que eu cortei pra você!*



Figura 101 - Foto com Marco Aurélio e Mirella

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 102 - Marco Aurélio colhendo taioba em seu quintal

Fonte: Acervo pessoal (2020)





#### 4.2.2 Roda de conversa

Após os percursos relatados anteriormente, continuei mantendo contato com as moradoras do Macuco e tentei marcar o percurso na ocupação, porém não obtive sucesso. Durante os primeiros meses de 2020 ocorreram duas audiências em Belo Horizonte para tratar assuntos referentes ao julgamento do processo de reintegração de posse. As moradoras passaram o mês comprometidas a resolver questões financeiras e de locomoção para todos. Além disso, Juliana, principal liderança da ocupação, com quem eu dialogava diretamente, reforçou que estava sendo difícil o período de chuvas fortes, ainda mais por estar trabalhando, estudando, cuidando da casa e dos três filhos sozinha. Tudo isso estando à frente da liderança das ocupações, lidando com os diversos problemas que surgem a todo tempo.

Por fim, não consegui realizar o percurso na Ocupação do Macuco, mas consegui marcar, por meio de Juliana, uma roda de conversa no dia 08/03/2020. Eu imaginava quais seriam as razões para a falta de envolvimento e participação das moradoras no trabalho no campo, mas era essencial saber a partir delas quais eram esses motivos. Assim que cheguei na Ocupação do Macuco fui direto para casa de Juliana, buscando abrigo da chuva. Já havia alguns dias que chovia muito na região, portanto havia muita lama e algumas vias alagadas.

**Figura 103 - Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

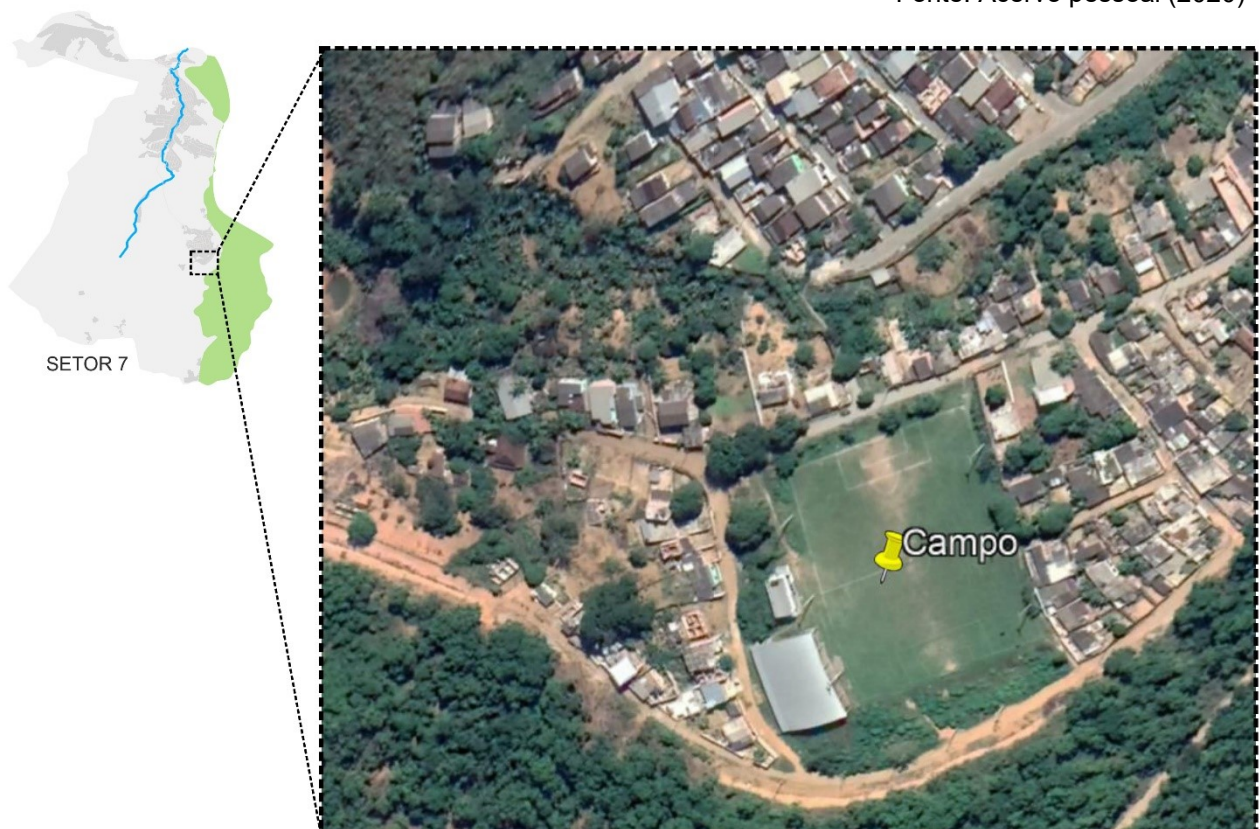


Figura 104 - Ocupação do Macuco

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Não posso deixar de ressaltar que Juliana (Ju), assim como Jaqueline, é uma liderança e representação muito importante dentro das ocupações do Macuco. Quando me recebeu, Juliana estava aflita, arrumava o ambiente enquanto os dois filhos mais novos assistiam a desenhos na TV nova. Sentei-me na mesa de jantar e conversamos por alguns minutos, lembrando suas falas no documentário. Quando este foi lançado, em 2015, recebemos muitas mensagens exaltando a força em seu relato a respeito do início da ocupação:

*Eu tava em casa numa sexta-feira, comecei a escutar o pau quebrando, o fogo subindo. Eu tô assim “o que é que tá acontecendo lá embaixo, gente?” E um sobe e desce lá no morro... E o povo comentando: “Tá invadindo! Tá invadindo! Tá ocupando lá embaixo!”. Aí eu falei assim: “É agora que eu vou!” É deus me guiando na minha casa. Aí falei com o pai dos meus filhos, na época a gente vivia junto ainda, né. E ele falou assim: “Cê tá ficando é louca! EU morar em invasão? Jamais que eu faço um trem desse!”. Falei “Tá bom”. Nem dormi à noite, escutando o povo. Amanheceu o dia e eu falei: “E aí, cê vai lá comigo lá, ou não vai?” Ele falou: “Se você quiser, você vai sozinha!” Pois falei: “Então vou!” Eu tava com dois bebês, Marco Antônio tava com dois meses e um pouquinho, e minha Maria tava com um ano. Aí desci sozinha e consegui. (JULIANA em: SOARES, 2015)*

**Figura 105 - Juliana para documentário em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

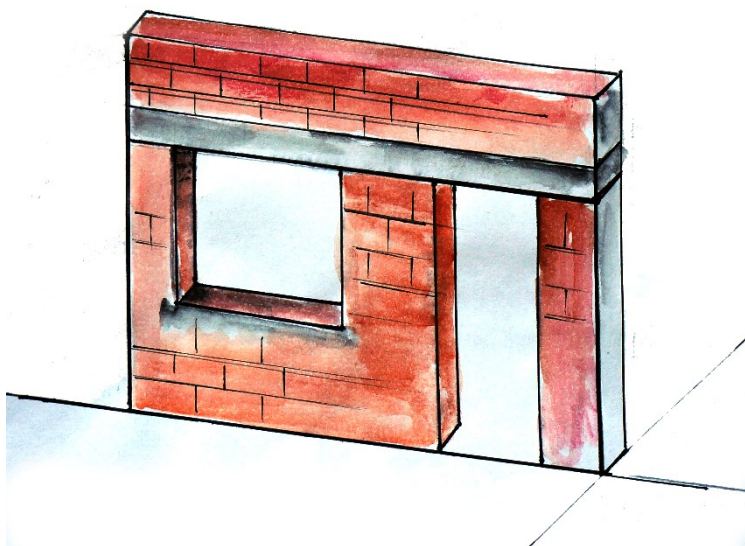




A entrevista de Juliana para o documentário foi gravada ali, no mesmo local onde na época havia uma cozinha aberta, como uma grande varanda. Agora há uma ampla sala de estar, com sofá, *rack* e TV. A sala se estende até uma mesa de jantar que une o ambiente com a cozinha, tudo muito bem iluminado. Enquanto passava pano no chão, Juliana reclamava das infiltrações e goteiras que, segundo ela, “*não têm fim*” e assim conversamos por um tempo sobre as chuvas que “*não param nem um segundo*”. Juliana explicou que ainda não conseguiu comprar as janelas, por isso, a casa fica muito fria, e quando chove entra água em alguns cômodos:

### Figura 106 – Croqui das portas e janelas

Fonte: Acervo pessoal (2020)



*Juliana: O problema, Renata, é que eu não tenho janela né... é só o buraco. E o telhado pinga. Então tudo molha... não fica limpo... Tá tudo mofoado! Mas eu vou comprar a janela pelo menos pro quarto dos meus filhos. Assim... Eu vou ter que endividar, né... Mas não posso correr o risco de ficar doente. Se tudo der certo, eu vou comprar.*

O desabafo de Juliana a respeito das dificuldades em permanecer em sua casa sem vedação nas janelas durante o período de chuva impactou minha percepção em relação à pesquisa de diversas formas, pois revelou as percepções muitas vezes ignoradas pelo campo da arquitetura. Nesse sentido, é evidente a importância da leitura do território por meio do outro, enquanto uma perspectiva que não ignore a subjetividade.

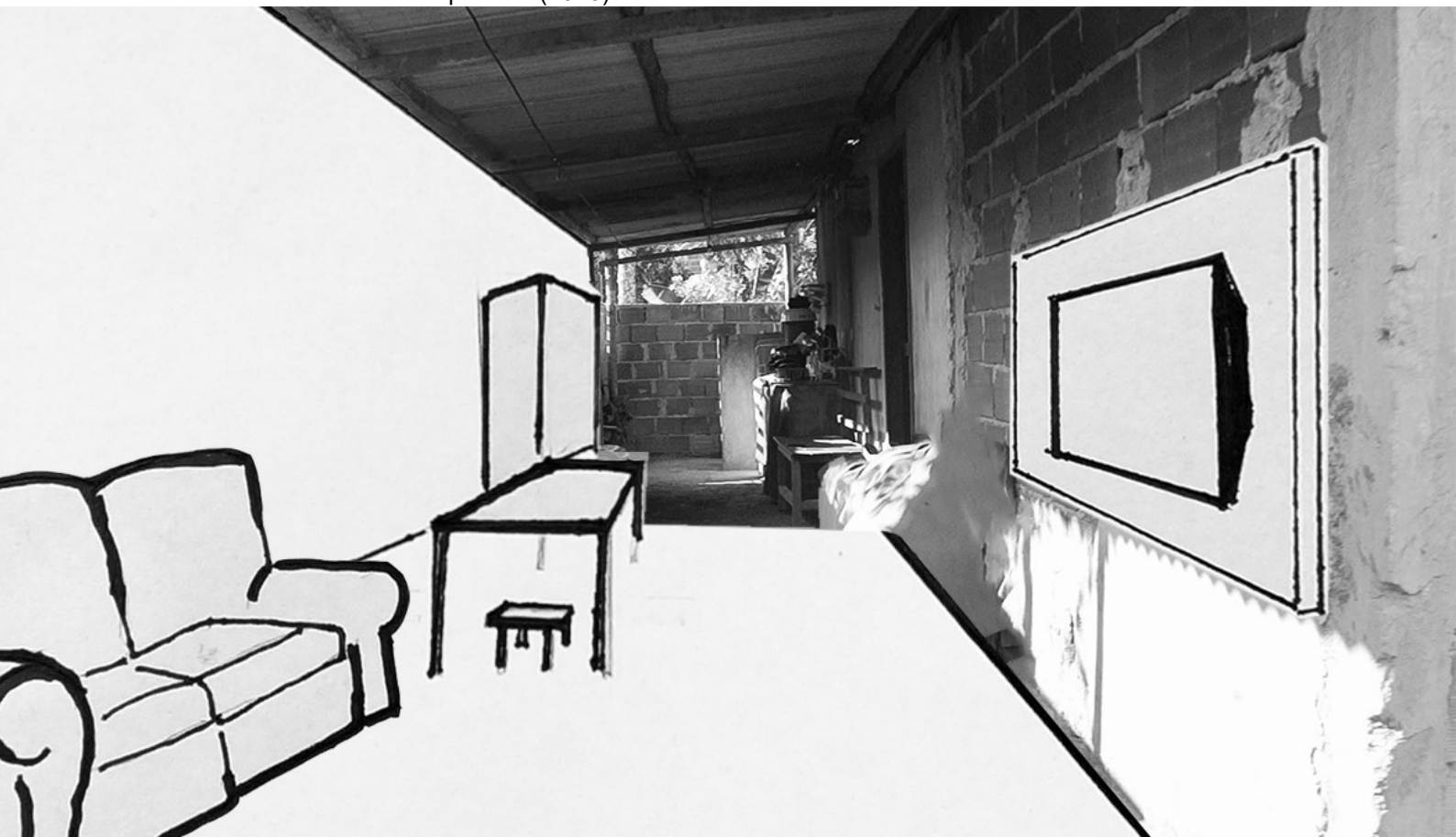
**Figura 108 - Casa de Juliana em 2015**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 107 - Foto ilustrada da casa de Juliana em 2020**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Em seguida, chegou Agnaldo, também morador da ocupação do Macuco, que se prontificou a participar da conversa. De acordo com ambos, as chuvas fortes estão causando problemas em algumas ruas que não foram “bem planejadas”, devido à urgência em construir as moradias. Portanto, a drenagem não foi previamente pensada e ocorreram alguns pontos de alagamento.

**Figura 109 - Via após chuva**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Continuamos conversando a respeito das particularidades do território. De acordo com Juliana e Agnaldo, todo o bairro do Macuco foi formado por ocupação e nada ali é regularizado. Esse foi um dos motivos que fizeram com que o bairro fosse classificado como ZEIS no Plano Diretor de 2004. Assim como nas outras ocupações, na Ocupação do Macuco também há uma separação entre os moradores dali e os “outros”, moradores antigos, que ocuparam o local por volta dos anos 1999 e 2000. Contudo essa divisão não é visível territorialmente, tampouco existe alguma delimitação física. Como ressalta Juliana, os territórios se misturam e sua vizinha, por exemplo, faz parte dessa ocupação antiga. Em todas as conversas que tive com as moradoras, a diferença sempre ressaltada é que para os moradores antigos nunca houve processo de reintegração de posse.

*Juliana: O processo de reintegração de posse só veio para nós, quando a gente ocupou em 2012.*

Após a ocupação dos moradores antigos, a prefeitura construiu, nos anos 2000, o total de 160 casas de “*placa de muro*” (placas pré-fabricadas de concreto) para reassentamento das famílias no bairro Alegre, distante de onde já viviam. No entanto os moradores se recusaram a sair de suas casas que já estavam construídas ou em processo de construção. As casas pré-fabricadas no bairro Alegre foram apelidadas de “campo de concentração”, devido às suas condições precárias de habitação, e atualmente estão em ruínas, pois nunca foram ocupadas.



**Figura 111 - Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



No decorrer da conversa, questionei Juliana e Agnaldo a respeito da falta de participação das moradoras, e sobre quais eles acreditavam ser os motivos para tal ausência. Ficou claro como os problemas existentes àqueles que vivem no contexto de uma ocupação urbana possuem um caráter de urgência ligada à sobrevivência. Ou seja, anterior à mobilização, como no caso da participação da pesquisa, é a luta pela própria condição de vida. Os problemas relatados por Juliana durante o período de chuvas em sua casa sem vedação nas janelas, por exemplo, são preocupações que tomam prioridade em relação a qualquer outra demanda. Neste sentido, como afirma Zaluar (1985, p. 36), “o compromisso primeiro é com sua sobrevivência”.

Como dito anteriormente, recentemente ocorreram algumas reuniões na mesa de negociação com o Estado de Minas Gerais e reuniões de articulação do processo da Ocupação do Posto, que se encontra em uma situação mais urgente. Eu acreditava que esse momento de conflito iria contribuir para uma maior mobilização e envolvimento das moradoras, mas Juliana discordou: *“Hoje nem todo mundo (se mobiliza), pra ser mais sincero. Assembleia que faz é esvaziada, costuma uma ocupação de quase 90 famílias aparecer 15, 10 (pessoas).”*. Desde o início da ocupação foi assim. Agnaldo afirmou que as pessoas são mais “acomodadas”, porém se não participam presencialmente, buscam contribuir de outra forma, por exemplo na contribuição de vaquinha, divulgação, entre outras. Ele afirma: *“mesmo que às vezes não participa, mas de um jeito ou de outro está contribuindo, entendeu? Mas em toda a vida, quem já é, é meio acomodado né?”*.

Outro fator que influencia a mobilização das moradoras é a evolução construtiva das moradias. Nesse sentido, além de todas as necessidades de sobrevivência que demandam a construção da moradia, também há uma urgência em finalizar a construção de alvenaria por segurança da posse. Assim, após a consolidação da casa de alvenaria, a luta e a mobilização pelos direitos parecem concluídas, como afirma Juliana:

*Quando a ocupação começou foi falado: ‘gente, sai da lona né, porque quando tem uma construção já de alvenaria fica mais difícil pra tirar’ e tal (...) O povo acredita que não sai mais, o motivo é esse... ‘Ah, já está consolidado, já, ninguém arranca ninguém daqui não’.*

Outra dificuldade relacionada à desmobilização é a falta de recursos e principalmente de tempo para envolvimento com as questões. Esse ponto também



está relacionado à sobrevivência, uma vez que é preciso trabalhar, estudar, cuidar dos filhos e das outras obrigações, como ressaltado na seguinte fala de Juliana:

*Juliana: Eu vou tá em casa durante a semana por volta das 10h40 da noite. Chega final de semana, eu tenho que dar conta da minha casa. Domingo é o dia que possivelmente eu tinha pra estar descansando com a minha família, ou se sobrar um faz-me-rir, visitar um parente, porque visitar um parente eu levo um refrigerante né, uma cervejinha e pronto. Aí não, não tem jeito não, porque domingo o pessoal do artesanato vai lá para casa, aí fica aqui duas, três horas. Quando é que eu vou descansar?*

*Tem hora que eu fico chateada, sabe? A Flávia fala 'Ju você tem que sair, você tem que conhecer outros lugares, tem que viajar, você tem que ocupar esses espaços, levar seus filhos pra um shopping, um teatro'. Mas cara, como é que eu vou? Assalariada, com três filhos, recebo pensão, que me ajuda, mas tem praticamente seis anos que eu sou chefe de família. Eu tenho condição de manter essa vida? Não tenho! A minha casa tá aqui ó! Eu durmo na minha casa sem porta e sem janela. A chave que eu tenho aqui em casa, primeiro deus, que me protege, é o cadeado no portão. Aí como que eu vou tirar? Em um passeio no shopping com meus filhos pra pegar um cinema não vai ficar pelo menos de 200 Reais. Sem brincadeira!*



*Juliana: Eu tava fazendo orçamento, tá entrando frio agora e eu tô na cruz sem saber pra que lado que eu vou! Minha casa, tá vendo, ó, não tá pingando muito agora porque tá só garoando, mas quando a água cai mesmo, esse lado aqui alaga dentro de casa. O frio tá chegando e esse ano tá prometendo ser mais intenso o inverno. Tô querendo pôr janela aqui em casa, pelo menos nos quartos, porque já vai entrar frio e coisa, mas as cama dos meus meninos e a minha cama tá debaixo da janela. Só coberta, só um lençol lá pendurado lá não serve. [...] Mas aí, tipo assim, eu prefiro fazer um investimento num negócio que é necessidade agora do que pegar meus filhos e fazer um passeio. Eu prefiro gastar aí e fazer um churrasquinho dentro de casa divertido com meus meninos do que eu gastar 250, 300 Reais dentro do shopping. É legal o passeio? Demais da conta né! Vou pagar de gatinha no shopping, porque shopping é pra rico! (Risos)*

**Figura 112 - Aquarela da roda de conversa**

Fonte: Acervo pessoal (2020)

Questionei se o cenário político atual também poderia influenciar na decisão de participação das moradoras. A meu ver, há um cansaço comum frente aos acontecimentos que envolvem o governo atual, e como Juliana afirma, “*as pessoas estão desmotivadas com a política*”. Nesse sentido, viver dentro de uma ocupação urbana no atual contexto político é um enfrentamento diário, pois uma vez que ocupar é um ato político, a ocupação é política.

Além do cansaço, existe o medo causado pela política de morte (MBEMBE, 2011) do atual governo do presidente eleito, que promove um modelo opressor que persegue e ataca as minorias em diversos âmbitos. O assassinato de Marielle Franco e a perseguição política aos que lutam pelos direitos humanos também foram constantemente mencionados como motivos de desmotivação em qualquer envolvimento político:

*Juliana: Renata, sabe o que mais me deixa triste? Eu sinceramente, tô querendo ficar igual esse povo tá aí: sem me envolver, sem querer saber nada e viver cercadinho no meu quadradinho e pronto! Porque se você começa a querer bater de frente, para mim que tô aqui embaixo, para você que tá aqui embaixo, você vai querer bater de frente com esse grande aí, você não sabe quem que tá por trás. Quem vai levar chumbo na asa aí é eu, é você, o Agnaldo. E eu já deixei bem claro quando o povo, esse povo das Brigadas aí e do Psol fala: “ah Juju você tem que se candidatar para lutar pelo povo!” Eu? E quem é que vai lutar por mim? Você acha que eu quero ser mais uma Mariele? Hãhã! Se eu tiver que ser lembrada, eu quero ser lembrada viva. Não quero ser lembrada, exaltada debaixo de sete palmas. De jeito nenhum!*

Além disso é claro que, entre os moradores das ocupações, também existem aqueles que são favoráveis ao governo atual. Principalmente em relação aos grupos de determinadas igrejas evangélicas, como ressalta Juliana: “*Como é que você consegue convencer o povo que foi feito uma lavagem cerebral neles? Igual povo da igreja... Ele (Bolsonaro) é o apocalipse, meu filho! (Risos) O povo é movido pela fé*”.

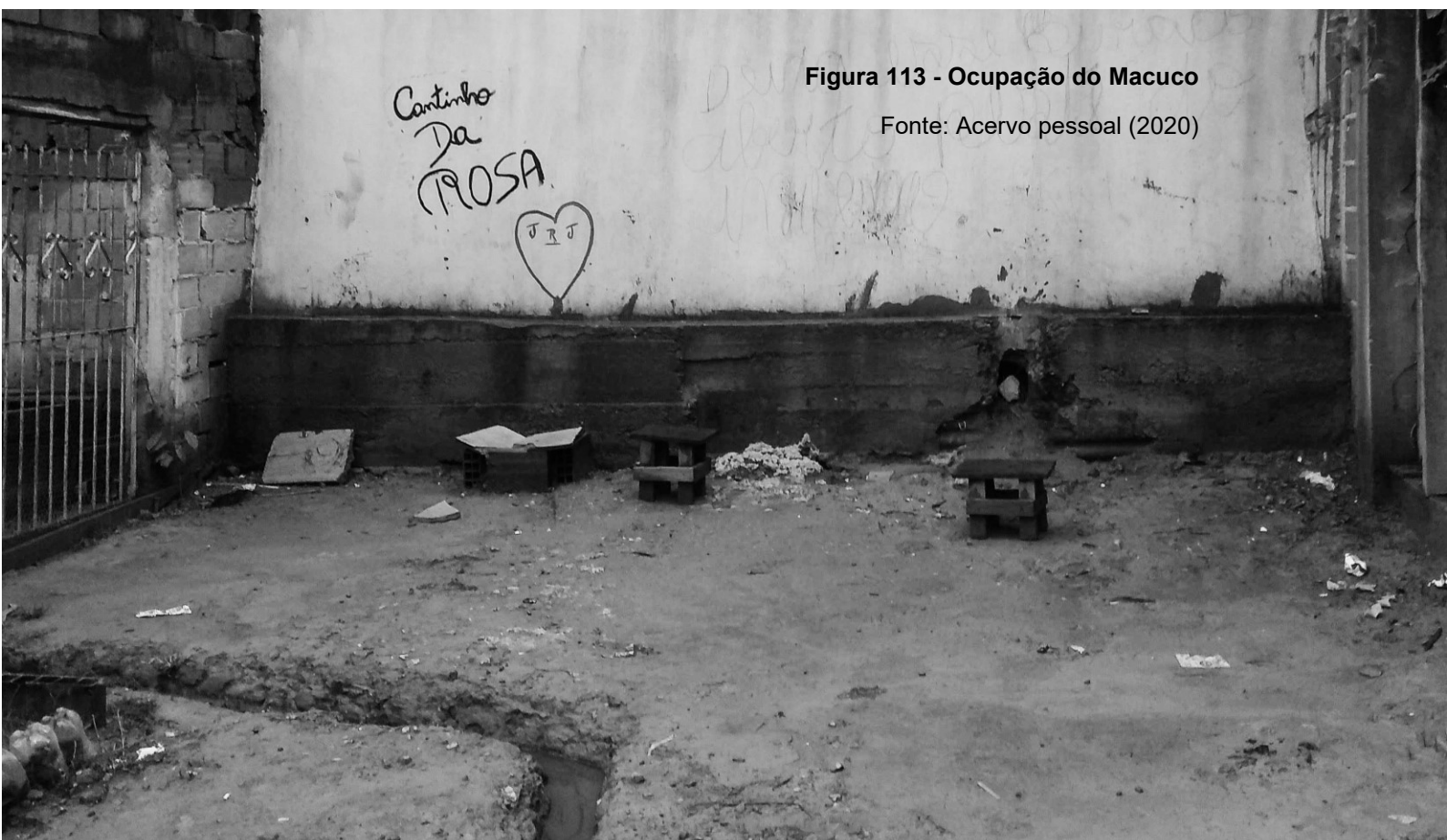
Como Juliana afirmou, a situação jurídica das ocupações é um jogo de “*interesse político*”. Nesse sentido, desde 2019 a COPASA vem cortando o acesso à água em várias ocupações e, para que ocorra a regularização, exige um mapeamento das casas. Já a prefeitura se recusa a mapear as ocupações. Juliana afirma que os interesses políticos são sempre muito bem explícitos e nunca voltados a favor das ocupações:

*Juliana: Nesse dia lá do Ministério Público, o promotor de justiça falou na cara do Humberto (Procuradoria-Geral): “O que impede vocês de dar essa certidão de número?”. Ele é branco e ficou transparente! “Porque que vocês não faz? Sabe o que que falta?” Virou pra nós que tava lá, eu, Jaque, Ivan, o Vitor, Bruno (moradores)... Virou pra todo mundo e falou: “Falta interesse político! Só isso!” O nosso processo, gente, é só interesse político. Se o f\*\*\*\*\* do Douglas (prefeito) virar e ligar hoje, sei lá, bater num fórum desse aí e ó: eu quero extinguir o processo de reintegração de posse de 2012 para cá, acaba tudo. Acaba tudo, Agnaldo! E tudo que eles fala que não pode fazer, porque tem o processo de reintegração nas costas, eles faz! Mas não faz porquê? Por estratégia política. Porque nós é usado! A gente é usado o tempo inteiro!*

Quando questionei se houve outros projetos de estudantes nas ocupações, Juliana listou alguns, mas, sem muita empolgação, repetiu a mesma fala:

*É que a gente é usado de tudo quanto é forma. Política, tudo... Pessoal da Psicologia veio aqui porque precisava concluir o trabalho TCC. Vieram, fizeram o trabalhinho deles, levaram lá para faculdade e nunca mais tive notícias. Entendeu? Aí que fica rodeando é você! (Risos) Você tá sempre por aqui, rodeando, ligando!.*

Esse momento me fez questionar minha própria posição no campo, os limites da pesquisa e da academia dentro desse jogo de interesses e qual é o sentido dessa troca, uma vez que minha presença ali se mostrou necessária e justificada, para as moradoras, a partir de atos concretos.



**Figura 113 - Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



Desde a conclusão do documentário Ouro em Pó, foram desenvolvidos outros projetos nas ocupações, propostos por alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), através dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Em 2016 foi realizado o Plano Participativo de Requalificação Urbana com a Ocupação Terra de Canaã. Durante seis meses foram realizadas oficinas e palestras elaboradas e coordenadas pela aluna Thaís Costa. Em 2017 foi desenvolvido o escritório piloto de assistência técnica “Comunitá Arquitetura” da aluna Nicole Dias, com objetivo de levar assistência técnica para a Ocupação Terra de Canaã. Também foram desenvolvidos trabalhos do curso de Psicologia.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, já era possível observar alguns desafios no envolvimento entre universidade e ocupação (BARBOSA *et al.*, 2017). A saber: a ampliação da participação das moradoras, a criação de espaços de escuta e trabalhos que consigam envolver as demandas concretas das ocupações e das moradoras. Por outro lado, a estrutura dos Trabalhos de Conclusão de Curso não permite a construção de atividades de pesquisa contínuas, como projetos de pesquisa e extensão, o que impossibilita atividades que possam ser desenvolvidas e ampliadas a longo prazo. Neste sentido, também não existe nenhuma aproximação com outros cursos e outras áreas conhecimento, para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar.

**Figura 114 - Casa na Ocupação do Macuco**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





Saindo da casa de Juliana, Agnaldo me convidou para conhecer sua casa, onde fez questão de me apresentar cada cômodo que ele mesmo foi construindo e modificando aos poucos. A casa tem dois andares e Agnaldo ainda pretende terminar o terraço com uma área para fazer festas e churrasco com a família no fim de semana.

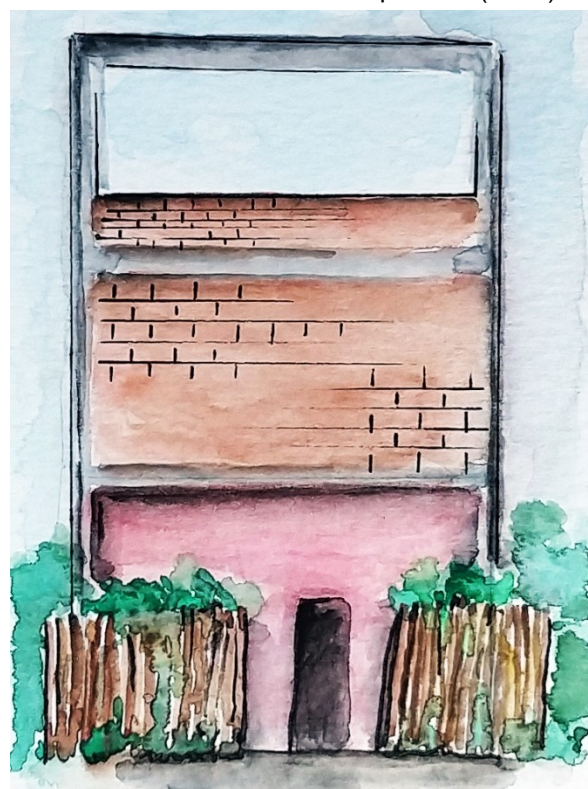
**Figura 116 - Vista da casa do Agnaldo**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



**Figura 115 - Croqui da casa do Agnaldo**

Fonte: Acervo pessoal (2020)





**Figura 117 - Terraço da casa do Agnaldo**

Fonte: Acervo pessoal (2020)



### 4.2.3 Novas perspectivas

Como dito anteriormente, o caminho metodológico previa os itens (4) oficina de cartografia e (5) cartografia final das ocupações. A oficina tinha como objetivo complementar as informações a respeito do território, além dos registros de imagens e áudios, buscando ser fiel à leitura pelo olhar das moradoras. A partir de todas as informações, seria, então, elaborada a cartografia final de leitura do território das ocupações. Contudo esses passos não foram executados como previsto, em parte devido à pandemia do novo coronavírus, mas também devido à falta de participação das moradoras, que já havia sido percebida na execução dos percursos no campo.

Em um primeiro momento, esses acontecimentos levam a acreditar que a experiência chegou ao fim de forma desanimadora, contudo passei a me questionar e analisar esses fatos por meio de uma perspectiva da arquitetura reversa como uma questão que surgiu dos próprios moradores. A possibilidade de ausência dos moradores na participação do trabalho já havia sido mencionada logo durante a primeira roda de conversa. Alguns afirmaram que seria difícil a participação no trabalho, pois estão desmotivados e desorganizados. De fato, a maioria dos moradores não compareceram na execução dos percursos no campo.

De antemão, é necessário esclarecer os acontecimentos posteriores à última ida à ocupação do Macuco, que ocorreu entre os dias 8 e 10 de março. Já nesse período, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) avançava no Brasil. No dia 12 de março, quando eu já me encontrava de volta à Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais declarou<sup>19</sup> “situação de emergência” em Saúde Pública, em razão do surto de Covid-19. O Decreto<sup>20</sup> 47.886, do dia 15 de março, estabeleceu medidas de isolamento e quarentena como enfrentamento à pandemia. A partir do dia 18 de março as aulas da Universidade Federal de Minas Gerais e de toda rede estadual foram paralisadas<sup>21</sup>. Tão logo, no dia 20 de março, o governo declarou o estado de

---

<sup>19</sup> Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DNE&num=113&comp=&ano=2020>> Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <[https://www.portaldoservidor.mg.gov.br/images/caderno1\\_2020-03-15.pdf](https://www.portaldoservidor.mg.gov.br/images/caderno1_2020-03-15.pdf)> Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-anuncia-interruptao-progressiva-de-atividades>> Acesso em: 20 maio 2020.

calamidade pública<sup>22</sup>. Esses dados contextualizam minimamente como a pandemia mundial do novo coronavírus se intensificou de forma rápida e modificou, ou pelo menos impactou, diversos âmbitos da vida em sociedade.

Esse cenário, no contexto de uma ocupação urbana, destaca ainda mais as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, se por um lado já havia uma dificuldade e desmotivação por parte das moradoras em participar do trabalho no campo, por outro lado a pandemia, além de agravar os problemas concretos e urgentes, impossibilitou a continuação presencial. A partir de então, foi necessário repensar o desenvolvimento da pesquisa, adequando-a a novas possibilidades de análise, sem a pretensão de repensar uma metodologia online ou alternativa. Investigar possibilidades de pesquisa para o cenário atual que abordem a etnografia quando se discute também o território envolve uma problemática de maior dimensão, para além deste trabalho.

Dando continuidade à pesquisa, seguimos em contato online como alternativa viável frente às limitações deste contexto de pandemia, utilizando mídias sociais como *WhatsApp* e *Google Meet*. Nesse período as ocupações também sofriam com as fortes chuvas, passando por dificuldades como deslizamento de barrancos e alagamentos em alguns pontos. Entre eles, na ocupação do Macuco, na rua Massaranduba, e nas ocupações da Rua Canela e Rua Bálsamo. Na foto a seguir, enviada pelas moradoras, eles se organizavam para reformar a ponte da ocupação da Rua Canela e da Rua Bálsamo.

---

<sup>22</sup>Disponível em: <[https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/000\\_2020/coronavirus-legislacoes/25-03/Decreto-n-47.891-20.03.20.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2020/coronavirus-legislacoes/25-03/Decreto-n-47.891-20.03.20.pdf)> Acesso em: 20 maio 2020.



**Figura 118- Mutirão para reformar a ponte**

Fonte: Moradoras das Ocupações (2020)



Conversei por mensagem com Juliana e Jaqueline a respeito da pandemia e do cotidiano nas ocupações. Ambas continuam trabalhando e cuidando da família. Até a presente data, a cidade de Timóteo possui 1654 casos confirmados de Covid-19 e 64 óbitos confirmados<sup>23</sup>. A maioria dos casos está na regional Leste, região central da cidade, segundo dados fornecidos pela prefeitura. As moradoras confirmaram que, até a presente data, não há nenhum caso confirmado de coronavírus nas ocupações. A seguir um trecho de uma conversa com Jaqueline, por meio de mensagens de áudio:

*Jaqueline: Levando, Renata, levando a vida aqui minha filha. Com essa porcaria dessa pandemia aí agora, essa doença que parece que saiu lá dos quintos dos infernos. Tocando, mas graças a Deus, nosso povo aqui é protegido por Deus, nenhum caso, glória a Deus! Todo mundo tranquilo, tocando a vida. E é isso. Nosso recurso financeiro através da Deputada Andréia de Jesus saiu, 360 mil, pra usar dentro da ocupação, nós vão precisar da ajuda de vocês...*

*Jaqueline: Minha filha, você acredita? Nossa, fiquei feliz demais... nós, com aquele morro lá, precisava de uma orientação boa suas, que é profissional na área, pra dar a gente uma orientação. E eu achava que quando essa verba saísse, que teria que contratar uma empresa e tal, mas o pessoal lá falou, reivindicou lá na prefeitura, que pode fazer um contratozinho com cada morador aqui, que tiver disponibilidade de trabalhar pra eles mesmos executar a obra deles né, e a coisa vai caminhar, se Deus quiser.*

*Jaqueline: Isso agora, oh Renata, aí depois você pode gravar os áudios seu aí, qualquer coisa, tá? Você tá pra vir pro lado de cá? aí nós vão falando aí, tô numa correria aqui, mas de vez em quando eu dou uma paradinha.*

*Jaqueline: é minha filha, mudei meu número, mudei, mas joguei lá no grupo e acaba que, né... é por que vai ficando... você não tem noção do que é minha vida, esses WhatsApp da vida, é um milhão de mensagens, interrogatório, ai ai ai, mas vou estressando. E mãe cada dia pior né, com o mal de Alzheimer dela, virando criança mesmo, aquelas crianças sem noção de nada mesmo, sabe? Aquela coisa.*

*Jaqueline: Mas sobre a verba, é o seguinte, quem vai saber te explicar melhor vai ser o Victor. Eu sei que a gente conseguiu através da deputada Andréia de Jesus uma solicitação que ela fez lá, não sei como que eles conseguiram, né, com um terreno ainda todo irregular, igual é o nosso, num sei te explicar, só sei que eles conseguiram, tá? E se nós tivéssemos uma entidade registrada, com CNPJ, essas coisas toda, igual falei com você, daquele espaço assim, que a gente reservou lá né, pra poder ser o nosso escritório, ser a “sedezinha” das brigadas, assim, o sonho da gente era ter*

---

<sup>23</sup> Disponível em: <[www.covid19.timoteo.mg.gov.br](http://www.covid19.timoteo.mg.gov.br)>. Acesso em: 12 set. 2020.

feito aquilo ali, é conseguir registrar, porque aí a verba ia vir né, já diretamente no nome da comunidade. Mas como a gente não tem nada disso ainda, veio no nome da prefeitura, já tá no cofre da prefeitura pra gente usar aqui dentro, e, é isso. Conseguimos através deles lá, da Andréia deputada, aí a gente tem que ficar de olho, Renata, porque eles têm autonomia pra usar essa verba em qualquer outro lugar né. Se a prefeitura falar: "ah não, tem uma área aqui, de periferia, de ocupação, que também precisa e tal", mas, no nosso caso nós não vamos deixar né, porque foi conseguida através da Andréia. A Andréia é uma deputada eleita pelas comunidades aí, igual você sabe, é advogada também do processo nosso, né, então eles têm todo um cuidado lá pra não levar essa verba pra outro lugar. Essa verba vai ser usada aqui e no Macuco. Aquela coisa... É ruim, né? Então nós tamo deixando mais assim, vai ser direcionado uma parte pro Macuco e uma parte pra usar aqui, que são os lugares que tão com mais problema, né. Não é que as outras ocupações não merecem, não é isso.

Jaqueline: é assim, é o lugar que tem mais, que a gente teve desmoronamento, várias pessoas na temporada de chuva, igual você mesmo sabe né, que eu comentei várias vezes no grupo... que não puderam nem ficar em casa, porque caiu barranco. Então a gente vai ver aquelas partes mais delicadas. Igual no Macuco teve alagamento, encheu tudo lá, as casas lotou tudo de água e, graças a Deus, nessas outras ocupação, não tem necessidade de usar porque graças a Deus não tem esse tipo de problema, né? Tem uns probleminhas lá que eles mesmos conseguem resolver, né? E esperar até quando a Prefeitura entrar com a regularização. E é isso, então vai ser usado aqui, na nossa comunidade e no Macuco, que tem uns problemas mais sérios né... Problema de alagamento, desmoronamento, a questão daquele morro lá que a gente precisa demais, por que a dificuldade de trânsito aqui dentro aqui... de corpo de bombeiro, caminhão de lixo, entrega de material de construção, esses caminhão grande têm muita dificuldade por que não tem lugar pra virar. Então é de extrema necessidade de mexer naquele morro lá, pra que ser um, tipo mão e contramão, entra ali, faz o contorno e sai cá.

Jaqueline: Do processo, ali do Posto de Gasolina, é uma audiência que vai acontecer dia 14 agora em Belo Horizonte, entendeu? E até agora nós não sabemos como que vai ser essa audiência, se vai ser online se vai ser presencial... eles tão lá, na luta lá, vendo né, parecer do judiciário lá pra saber como que vai ser. Que até hoje nós ainda não sabemos e nem eles sabem lá, porque sempre eu tô ligando, tô perguntando pro Luís, pra Flávia, pro Victor. Eles tão aguardando também retorno pra saber. Mas é uma audiência que vai acontecer dia 14, do Posto de gasolina, e segundo eles é até bastante delicado, tá? A audiência deles, não é assim, eles não tão tendo muita coisa, assim, favorável não, sabe? É uma audiência bastante tensa, até, eles tão muito preocupados. Eu entendi assim, que eles estão demonstrando muita preocupação, ao respeito a essa audiência. Mas Deus no controle de tudo né, Renata?!



A verba que Jaqueline mencionou foi aprovada por meio de uma emenda parlamentar<sup>24</sup> proposta pela deputada Andréia de Jesus (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), destinados a obras de intervenção urbana nas ocupações em terrenos públicos da cidade de Timóteo. De acordo com Victor Schittini, esta verba parlamentar é um marco de grande conquista popular, para promover o avanço das negociações via acordos com Estado para regularização da área e legitimação da posse. Fui convidada pelas moradoras e militantes das Brigadas Populares para participar da construção de um projeto que busque utilizar esse recurso em conjunto com as ocupações.

Em uma reunião online para discussão do projeto, estavam presentes o atual Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio ambiente da Prefeitura de Timóteo, o atual subsecretário de Habitação e Defesa Civil da cidade de Timóteo, moradoras representantes das ocupações Massaranduba e Macuco, a arquiteta Thais Costa, que desenvolveu, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, um Plano Participativo de Requalificação Urbana para as ocupações (2016), e os militantes e advogados Victor Schittini, Flávia Nolasco e Rafael Bittencourt. Durante a reunião foram apresentadas, por parte das ocupações, possibilidades de construção de um projeto coletivo, participativo, priorizando as áreas atingidas pela chuva que apresentam maior necessidade de intervenção, segundo os moradores. Por outro lado, os representantes do poder público não demonstraram preocupação na construção de um planejamento e um projeto conjunto.

O secretário e subsecretário reafirmaram diversas vezes a importância de se seguir as orientações técnicas de projeto que a prefeitura já vem executando em outros bairros como procedimento padrão de possível regularização: cadastramento das famílias, diagnóstico da área por meio de aerolevanteamento e, então, obras para execução de caixa de meio fio e asfalto. Ou seja, o procedimento consiste na execução do diagnóstico e solução de problemas. A justificativa para o procedimento se dá, segundo os representantes do poder público, pela urgência na regularização para que ocorram os devidos pagamentos de energia (CEMIG), água (COPASA) e recolhimento de IPTU.

---

<sup>24</sup> As emendas parlamentares são verbas que o governo do Estado destina para que os deputados façam intervenções nas áreas em que eles têm atuação.

Quando questioneei a possibilidade da participação das moradoras na construção de um projeto participativo, os representantes do poder público acreditaram não ser possível “misturar as coisas”, uma vez que os profissionais se encontram trabalhando em seus “desenhos técnicos”. Já a execução da obra poderia ser participativa como um mutirão voluntário, sem a previsão de contratação de trabalhadores locais e moradores das ocupações, por diversas “complicações legais”, segundo os agentes.

Até então, o poder público se mostra firme no que foi dito durante a reunião, e o projeto não foi discutido devido à espera das imagens de aerolevanteamento, que, segundo os representantes, serão fornecidas pelo governo do Estado. As possibilidades de participação dos moradores nas tomadas de decisão do projeto, meu acompanhamento aos moradores em conjunto com a arquiteta Thais Costa e a contratação dos moradores na execução das obras ainda não foram considerados pelos representantes de poder público.

Após esses acontecimentos, foi agendado o julgamento do processo da Ocupação do Posto para o dia 14/07/2020, no Tribunal de Justiça em Belo Horizonte. Mesmo diante do cenário atual, a data do julgamento foi mantida, colocando em risco o despejo das famílias da ocupação no contexto de pandemia. Além do risco de perder a causa em segunda instância, o desembargador determinou que a seção de julgamento ocorra de maneira presencial, tornando vulnerável a saúde das famílias, militantes e advogados populares. Por fim, para não colocar em risco a saúde de todos e por não acordarem com um julgamento sem a participação popular, os advogados populares e as famílias decidiram que não compareceriam, na esperança de que o julgamento seja anulado por arbitrariedade. Até a presente data não há nenhum retorno sobre o processo.

5. FINALIZANDO...



Para dar início às abordagens finais deste trabalho, é necessário retomar a pergunta que conduziu esta discussão: Quais seriam os benefícios e entraves de uma arquitetura reversa a partir da leitura dos territórios das ocupações urbanas? Para responder esse questionamento, a investigação ocorreu em três momentos: formação teórica, trabalho no campo e escrita.

A inquietação que motivou este trabalho me levou ao estranhamento do campo da arquitetura, familiar a partir de minha formação. A construção teórica de plano de fundo, com base principalmente em Stevens (2003), permitiu analisar o campo da arquitetura, seu funcionamento e as relações de poder e domínio presentes desde a formação do arquiteto. Nesse sentido, o arquiteto é analisado como um agente em posição de poder e controle, que mantém e valida seus próprios privilégios por meio da produção do próprio ser, como uma validação de um determinado capital cultural refinado. Essa cultura arquitetônica sustenta o arquiteto enquanto o único portador dos códigos necessários para intervir no espaço.

A partir da discussão antropológica, principalmente da Antropologia Reversa, foi possível buscar novas perspectivas e repensar as relações culturais, simbólicas e as convenções enraizadas na prática arquitetônica, que reforçam a arquitetura vinculada a um saber elitista e supérfluo das classes dominantes. Assim construiu-se a proposta de Arquitetura Reversa como contraposição à prática atual, para reconhecer e legitimar as percepções de quem constrói, habita, ocupa e vivencia o território. Como possibilidade prática de uma Arquitetura Reversa, foi realizado um trabalho no campo com o objetivo de ler o território das ocupações urbanas a partir de um desvio etnográfico.

Através da leitura do território pelo olhar do outro, proposta por Morado Nascimento *et al.* (2019), em contraponto aos instrumentos de diagnóstico, foi possível desenvolver um diálogo com a antropologia e romper as barreiras limitadas pelo campo da arquitetura por meio da etnografia. A Arquitetura Reversa busca, por um olhar mais próximo e menos generalista sobre o território, guiado pelo olhar do outro e reverso aos discursos dominantes, perspectivas que passariam despercebidas se enquadradas no modelo diagnóstico-solução, comumente utilizado na arquitetura.

Durante os percursos no campo, foi possível analisar o território como uma complexa rede de relações e conflitos, resultante das práticas dos atores envolvidos,

como poder público, as moradoras, os ativistas, os policiais militares etc. Através da leitura do território pelo olhar das moradoras foi possível compreender aspectos importantes do território, de acordo com quem construiu e quem de fato o vivencia plenamente, dentro de seus próprios termos. Sendo assim, a Arquitetura Reversa permitiu compreender aspectos importantes do território em diversas esferas.

Os apontamentos das moradoras, por exemplo, sobre a cultura local de se locomover de bicicleta; os aspectos referentes à condição das ruas, que, segundo Jaqueline, estão muito boas; a rede de esgoto, iluminação e internet compartilhadas só puderam ser levantados devido à leitura do território através do desvio etnográfico, em contraponto ao olhar técnico, macro e viciado em seus próprios símbolos, aparatos intelectuais e sistema de valores dentro das análises de diagnóstico, como os mapeamentos e desenhos técnicos realizados pela prefeitura.

Em uma das ocasiões de “sacada” que me ocorreram no desenvolvimento do trabalho no campo, percebi que a cartografia das ocupações elaborada com um detalhamento maior das áreas poderia acabar colaborando com ações contrárias aos interesses das moradoras, como possíveis ações de repressão. Assim, alguns pontos, como localização de casas específicas, das lideranças e os pontos de encontros, não foram transcritos e não foram incluídos nos mapas, mantendo a segurança em favor do interesse das moradoras.

Um ponto importante a se destacar é que as áreas definidas pelo poder público como “áreas de risco” ou “áreas em situação precárias” não foram, em nenhum momento, mencionadas ou abordadas pelas moradoras dessa forma. A apreensão das moradoras, demonstrada no início da pesquisa, em compreender quais eram esses territórios, contrasta com as informações obtidas a partir da leitura no campo. De fato, as próprias moradoras possuem muito mais informações e sabem do território com propriedade em relação ao próprio poder público, que denomina e agrupa diferentes territórios como uma única categoria de ocupação.

Neste âmbito, o diálogo entre o campo da arquitetura e a antropologia, possibilitaram um outro olhar para a prática, através do “afetar” e deixar-se afetar (GOLDMAN, 2008, p.450). O desabafo de Juliana a respeito das dificuldades em permanecer na casa sem vedação nas janelas durante o período de chuva, destacam a importância de se considerar na pesquisa o contexto cultural (WAGNER 2017), por meio de uma perspectiva que não ignore a subjetividade. Ao passar a limpo as

anotações feitas no caderno de campo, me dei conta da relevância dessa segunda roda de conversa e de como as falas das moradoras, principalmente de Juliana, impactaram minha percepção em relação à pesquisa de diversas formas, pois revelaram os desafios e as percepções muitas vezes ignoradas pelo campo da arquitetura.

É necessário retomar que alguns entraves na construção de uma Arquitetura Reversa a partir da leitura dos territórios das ocupações urbanas foram desvelados. A arquitetura, assim como o direito à moradia e à cidade, é negada à maioria da população. Sendo assim, ainda que meu processo de aproximação com as moradoras tenha se dado ao longo de cinco anos de envolvimento com as ocupações, ainda existem dificuldades relacionadas à desconstrução do *status* do arquiteto e de sua atuação como prestador de serviço.

As falas de Jaqueline a respeito do que eu poderia fazer de concreto para as ocupações, como desenvolver o projeto de reforma do escritório e o projeto do muro de contenção, ressaltam que ainda existe uma expectativa que envolve a atuação do arquiteto enquanto prestador de serviço, no modelo arquiteto x cliente. Portanto os desejos das moradoras, dentro de seu contexto cultural, também podem estar imbricados nos moldes capitalistas e na prática arquitetônica mercantilista (STEVENS, 2003), aos quais a Arquitetura Reversa se contrapõe. O indicativo é a necessidade de um processo de construção compartilhada e, nesse sentido, a Arquitetura Reversa promove a abertura ao diálogo e a ouvir o outro, em um exercício de transformação conjunta.

Nessa perspectiva, a reunião descrita no subcapítulo 4.2.3 — realizada com os representantes do poder público e as moradoras, com o intuito de discutir as obras de intervenção urbana nas ocupações utilizando o recurso concedido por meio de uma emenda parlamentar — ilustra o modelo de atuação do arquiteto, ainda que este esteja vinculado ao poder público. Durante a reunião, técnicos da prefeitura, arquitetos e engenheiros defenderam firmemente a execução de um projeto padrão, que não condiz com as necessidades urgentes que as moradoras apresentaram. Quando destaquei a importância de ouvir o que as moradoras tinham a dizer, compreender quais seriam suas prioridades e incluí-las nos processos de tomada de decisão, os técnicos afirmaram que isso seria inviável e utópico. Nesse momento, torna-se clara a falta de interesse dos técnicos em um processo de construção



compartilhada, assim como também se elucida a relevância da Arquitetura Reversa como uma outra possibilidade da prática, dentro daquilo que satisfaça as necessidades e os interesses das moradoras.

Durante a mesma reunião citada anteriormente, o principal argumento utilizado pelos técnicos da prefeitura para justificar a inviabilidade do projeto compartilhado com as moradoras foi o fato de apenas os especialistas desenvolverem os desenhos técnicos. Esse discurso de poder, carregado de convenções culturais, dos símbolos e códigos do campo da arquitetura (STEVENS, 2003) é utilizado como uma valorização do arquiteto e uma afirmação de sua superioridade em relação ao outro, aquele que é inculto (ZALUAR, 1985).

Outros entraves ocorreram, em sua maioria associados à mobilização das moradoras durante o trabalho no campo. Entre os fatores levantados que justificam a falta de participação das moradoras na execução dos percursos, estão a desmotivação política, os conflitos internos entre lideranças e a falta de tempo, tendo em vista os horários de trabalho e outras responsabilidades dessas mulheres. Esses fatores foram esclarecidos principalmente durante a segunda roda de conversa, em um momento muito importante para a pesquisa. Quando questionei Juliana a respeito do envolvimento de outras pesquisas acadêmicas na ocupação, sua fala foi clara e direta: *“a gente é usada o tempo inteiro”*. Essa questão envolve um debate e um conflito que perpassa vários campos de conhecimento, entre conflitos éticos e políticos de pesquisas que analisam e abordam o outro, na maioria das vezes o pobre, enquanto objeto de pesquisa. Como afirma Juliana, o pesquisador desenvolve seu trabalho na ocupação, depois leva-o para a universidade e nunca mais volta ali. Dessa forma não existe transformação conjunta, não é possível se “afetar” (GOLDMAN, 2008), menos ainda possibilitar uma “troca de ideias” (ZALUAR, 1985, p. 32).

Sem ir além de uma inquietação e um conflito pessoal, questiono a possibilidade de outros caminhos na pesquisa e na extensão, com envolvimento de moradoras de territórios populares, levando em consideração principalmente a fala de Juliana, o contexto sombrio do atual governo brasileiro e a pandemia do novo coronavírus.

Por fim retomo o terceiro momento da pesquisa, de recuo para análise e conexão da teoria com o campo, que despertou outros olhares a respeito deste trabalho em diversos âmbitos. A inquietação que motivou esta tese partiu do primeiro

contato com as ocupações, em 2015, relatado no início desta dissertação, e da insegurança e incerteza de Marco Aurélio a respeito do que significava a minha presença nas ocupações. O primeiro estranhamento gerado por esse contato, o fato de ser recebida com desconfiança em um início turbulento, entre processos e conflitos, fez com que as moradoras me tratassem como aluna em diversos momentos, o que sempre me deixou muito grata e atenta ao que elas tinham para dizer.

O reencontro com Marco Aurélio, durante os percursos, foi uma das mais incríveis surpresas que ocorreram no campo. Dessa vez havia uma nova forma de relação e entendimento, capaz de construir uma nova visão de mundo. O contraste com o relato de 2015 ilumina principalmente o processo de construção da etnografia a partir do ato de se afetar, do reconhecimento das limitações e dos melhores caminhos para construção de uma relação equivalente (eu e Outro) em um processo de mediação. Saí da casa de Marco Aurélio e Mirella muito emocionada, com um buquê de taioba e manjericão, um presente que possui um significado grandioso para mim.

Para construção da Arquitetura Reversa, os símbolos utilizados pela arquitetura — desenhos, mapas, croquis e diagramas — precisavam ser somados aos relatos de campo. Os desenhos técnicos, símbolos e instrumentos de manutenção das relações de poder por meio da linguagem, foram supridos por diagramas, aquarelas, ilustrações, montagens e outros símbolos que deram luz ao olhar reverso. Assim surgiram novas inquietações que podem direcionar pesquisas futuras, principalmente a respeito de outras possibilidades do desenho e de outros processos diagramáticos na etnografia, para construir novas narrativas na cidade e da cidade. Reafirmo, por fim, que este trabalho de dissertação de mestrado não possui a pretensão de solucionar problemas, tampouco intenciona oferecer uma resposta final e objetiva. O que se espera é que novas fissuras possam surgir no campo de conhecimento da arquitetura.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina; MORADO NASCIMENTO, Denise. PRAXIS-EA/UFMG lança plataforma Leitura do Lugar. *LabCidade*, FAU USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/praxis-ufmg-lanca-plataforma-leitura-do-lugar/>> Acesso em 20 jan. 2020.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BARBOSA, Kênia de Souza. *Por que a gestão da região metropolitana do Vale do Aço não sai do papel?* 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BARBOSA, Kênia De Souza et al. *Direito à moradia: a experiência da parceria entre unileste, brigadas populares e ocupações urbanas de Timóteo/MG*. In: Anais do Fórum Habitar. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/habitar/73060-direito-a-moradia--a-experiencia-da-parceria-entre-unileste-brigadas-populares-e-ocupacoes-urbanas-de-timoteomg/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2009.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL; DATAFOLHA. *O Maior Diagnóstico Sobre Arquitetura e Urbanismo já feito no Brasil*. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>> Acesso em 25 maio 2019.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. In: \_\_\_\_\_. *Coleção Face Norte*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, v. 9.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

GOLDMAN, Marcio. O fim da antropologia. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 195-211, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000100012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100012)>. Acesso em: 15 dez 2019.

\_\_\_\_\_. Os Tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 3, 2008, p. 01-11.

Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. *O remorso da ficção*. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo. p. 6, 22 maio 2005. Entrevista concedida a Boris Wiserman.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2205200509.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LOPES, Marcela S. Brandão; NASCIMENTO, Denise Morado. Por uma tessitura de saberes. In: *O que é uma escola de Projeto na contemporaneidade*, São Paulo, 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n. 49, p. 11-29, 2002.

\_\_\_\_\_. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo soc.* São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

\_\_\_\_\_. A etnografia como prática e como experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17-34.



MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 12, n. 1,2, p. 41-58, jan. 2010.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2010v12n1-2p41/20799>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 121-188.

\_\_\_\_\_. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. *PLHIS: Plano Local de Habitação de Interesse Social*. [S.n]: Timóteo, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; DRUMOND, Júlio C.M. Uma área metropolitana sem metrópole. *Fundação João Pinheiro: economia, administração, tecnologia, urbanismo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1974, v. 4, n.1, p.21-30.

MORADO NASCIMENTO, Denise. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-164, abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Uma leitura bourdieusiana da arquitetura. In: MARTELETO, Regina. Maria.; PIMENTA, Ricardo. Medeiros. (orgs.). *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2017. p.283-296

\_\_\_\_\_. Moradia: é possível pensar em alternativas? *e-metropolis*, n.37, p.6-12, 2019.

\_\_\_\_\_. (org.) *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.

MORADO NASCIMENTO, Denise; IGLESSIAS, W.; VALADARES WEIMANN, P. E. Ler os territórios para descriptar a cidade. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 20, 29 jun. 2019.

QUECINI, Vanda Maria. *Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial*. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

*Ouro em Pó*. Direção: Renata Salas Soares. Coronel Fabriciano, 2015. (58 minutos). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=rluCsCHKJbY>> Acesso em: 20 maio 2019.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100002&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100002&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em 04 maio 2020.

\_\_\_\_\_. *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II)*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997.

Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200004)>. Acesso em 04 maio 2020.

STEVENS, Garry. *O Círculo Privilegiado: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: UNB, 2003.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

UNILESTE. *PDDI: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. Coronel Fabriciano: Unileste, 2014.

URIARTE, Urpi Montoya. *O que é fazer etnografia para os antropólogos*. *Ponto Urbe*, 2012.

Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/300>>. Acesso em 03 maio 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

\_\_\_\_\_. *O nativo relativo*. *Mana*, Rio de Janeiro. v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132002000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132002000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 maio 2020.

WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. *O Apache era o meu reverso*. *USP – Portal de Revistas*. São Paulo, 17 ago. 2011. [Entrevista cedida à] Florencia Ferrari, Iracema Dulley, Jamille Pinheiro, Luísa Valentini, Renato Sztutman e Stelio Marras.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/39652/43148>>. Acesso em: 20 maio 2019.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.